UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

BRUNO STELMACH PESSI

**Entre o fim do tráfico e a abolição: a manutenção da escravidão em
Pelotas, RS, na segunda metade do século XIX (1850 a 1884)**

São Paulo
2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

BRUNO STELMACH PESSI

**Entre o fim do tráfico e a abolição: a manutenção da escravidão em
Pelotas, RS, na segunda metade do século XIX (1850 a 1884)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História

Orientador: Prof. Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar

São Paulo
2012

Sumário:

Lista de tabelas:	4
Lista de gráficos:	6
Introdução:	11
Capítulo I: A estrutura de posse e a demografia escrava na historiografia brasileira – uma breve revisão	23
Capítulo II: A cidade de Pelotas: origem, população e economia	40
Capítulo III: Estrutura de posse escrava em Pelotas.....	52
Capítulo IV: O perfil demográfico dos escravos pelotenses	79
Capítulo V: Formas de aquisição de cativos em Pelotas	108
Capítulo VI: A família escrava e a reprodução endógena nos plantéis pelotenses .	124
Capítulo VII: A venda e a compra de escravos em Pelotas	151
Considerações finais:	182
Anexo: inventários de charqueadores em Pelotas (1850 – 1884).....	191
Fontes pesquisadas:	193
Bibliografia:.....	196

Lista de tabelas:

Tabela 1: Relação de fábricas existentes em Pelotas em 1853.....	46
Tabela 2: Ocupações da população livre e cativa pelotense, 1872.....	47
Tabela 3: Evolução da população escrava em Pelotas, 1814 - 1884.....	50
Tabela 4: Distribuição dos inventários analisados. Pelotas, 1850 - 1884.....	54
Tabela 5: Distribuição da propriedade escrava. Pelotas, 1850 - 1884.	63
Tabela 6: Participação dos charqueadores na posse de escravos em Pelotas (1850 - 1884)	72
Tabela 7: Quantidades médias de escravos por proprietários. Pelotas, 1850 - 1884.	73
Tabela 8: Concentração da propriedade escrava. Pelotas, 1850 - 1888.....	74
Tabela 9: Razão de sexos nos diferentes tamanhos de plantéis. Pelotas, 1850 - 1884.	83
Tabela 10: Origem dos escravos crioulos. Pelotas, 1850 – 1884.....	89
Tabela 11: Origem dos escravos africanos. Pelotas, 1850 - 1884.	94
Tabela 12: Idade média dos escravos por tipo de plantel. Pelotas, 1850 - 1884. ...	100
Tabela 13: Taxa de fecundidade nos diversos tipos de plantel. Pelotas, 1850 - 1884.	103
Tabela 14: Distribuição da propriedade escrava nas matrículas. Pelotas, 1872.	111
Tabela 15: Formas de aquisição de escravos (%) a partir da idade do escravista. Pelotas, 1872.	116
Tabela 16: Participação das formas de acumulação de escravos na composição dos plantéis. Pelotas, 1872.	118
Tabela 17: Distribuição sexual dos escravos a partir da forma de acumulação. Pelotas, 1872.	119
Tabela 18: Distribuição etária dos escravos a partir da forma de acumulação. Pelotas, 1872.	119

Tabela 19: Médias etárias dos escravos segundo forma de aquisição. Pelotas, 1872.	120
Tabela 20: Composição dos plantéis (%) de acordo o seu tamanho e formas de acumulação de cativos. Pelotas, 1872.	121
Tabela 21: Média de escravos comprados, crias da casa e herdados por cada proprietário. Pelotas, 1872.	122
Tabela 22: População escrava segundo o estado conjugal. Pelotas, 1872.	127
Tabela 23: Mães com quatro ou mais filho. Pelotas, 1850 - 1884.	139
Tabela 24: Presença de laços de maternidade por tamanho de plantel. Pelotas, 1850 - 1884.	141
Tabela 25: Nascimentos de escravos em Pelotas. 1850 - 1884.	147
Tabela 26: Escrituras de compra e venda de acordo com o número de escravos negociados. 1850 - 1884.	158
Tabela 27: Distribuição das escrituras de compra e venda de escravos de acordo com o município de registro. 1850 - 1884.	159
Tabela 28: Classificação do comércio de escravos envolvendo moradores de Pelotas. 1850 - 1884.	161
Tabela 29: Distribuição etária dos escravos negociados de acordo com a modalidade do comércio envolvendo Pelotas. 1850 - 1884.	166
Tabela 30: Valor médio dos escravos de acordo com o número de escravos negociados nas escrituras envolvendo Pelotas. 1850 - 1884.	167
Tabela 31: Valor médio dos escravos negociados. 1850 - 1884.	168
Tabela 32: Distribuição das procurações de escravos de acordo com o tipo de tráfico. Pelotas, 1874 - 1880.	170
Tabela 33: Distribuição anual das procurações para venda de escravos. Pelotas, 1874-1880.	172
Tabela 34: Averbações de escravos para dentro e fora do município. Pelotas, 1873 - 1884.	178

Lista de gráficos:

Gráfico 1: Inventários sem escravo. Pelotas, 1850 - 1884.	58
Gráfico 2: Evolução da Taxa de não escravistas e da Participação relativa dos escravos nos inventários. Pelotas, 1850 - 1888.	61
Gráfico 3: Distribuição dos escravistas segundo o tamanho dos plantéis. Pelotas, 1850 - 1884.	68
Gráfico 4: Percentual de escravos por tipos de plantéis. Pelotas, 1850 - 1884.	70
Gráfico 5: Razão de sexos da população escrava pelotense. 1850 - 1884.	81
Gráfico 6: Evolução da razão de sexos por tipo de plantel. Pelotas, 1850 - 1884. ...	85
Gráfico 7: Presença de africanos e crioulos na composição da população escrava. Pelotas, 1850 - 1884.	87
Gráfico 8: Composição etária da população escrava em Pelotas. 1850 - 1884.	96
Gráfico 9: Distribuição sexual da população escrava de acordo com a faixa etária. Pelotas, 1850 - 1884.	98
Gráfico 10: Evolução da participação das crianças na população cativa pelotense. 1850 - 1884.	99
Gráfico 11: Evolução da taxa de fecundidade da população escrava. Pelotas, 1850 - 1884.	101
Gráfico 12: Evolução etária da população escrava. Pelotas, 1850 - 1884.	104
Gráfico 13: Média de escravos de acordo com a idade do proprietário. Pelotas, 1872.	114
Gráfico 14: Distribuição das mães escravas de acordo com o número de filhos presentes nas matrículas. Pelotas, 1872.	133
Gráfico 15: Idade das primeiras concepções das mães escravas. Pelotas, 1872...	135

Resumo:

A presente pesquisa tem como principal objeto a escravidão em Pelotas na segunda metade do século XIX. Procurou-se entender como essa instituição se sustentou ao longo dos últimos 35 anos de sua existência, bem como quais foram as modificações ocorridas em decorrência de duas leis abolicionistas, a Lei Eusébio de Queirós e a Lei do Ventre Livre. Além disso, procurou-se entender a escravidão na localidade de forma global, quais eram as características dos plantéis escravos, seu perfil demográfico, como se montaram e se sustentaram, fugindo da exclusividade da charqueada, mas procurando incorporar toda a sociedade escravista pelotense. O uso de fontes de caráter serial e de metodologias do estudo de posse escrava e demografia histórica tornaram possível a verificação de um quadro bem complexo para escravidão local no período estudado. Longe de ser um fornecedor em potencial de escravos para as regiões produtoras de café após o encerramento do tráfico transatlântico, Pelotas demonstrou um esforço para a manutenção da escravidão até praticamente seu fim oficial na década de 1880.

Palavras-chave: Escravidão, Estrutura de posse escrava, Reprodução natural escrava, Comércio de escravos, Pelotas.

Abstract:

The present investigation has as main object the slavery in Pelotas in the second half of the nineteenth century. We sought to understand how this institution was maintained over the last 35 years of its existence, and what were the changes occurring as a result of two abolitionists laws, the Eusebio de Queiroz Law and the Law of Free Womb. In addition, we sought to understand slavery in the locality as a whole, what were the characteristics of slaves groups, their demographic profile, how it was assembled and maintained, fleeing of the exclusiveness of the charque production, but looking to incorporate all the Pelotas slavery society. The use of serial sources and the slave ownership and historical demography methodologies made it possible to scan a very complex picture for local slavery in the studied period. Far from being a potential supplier of slaves to the coffee growing regions after the close of the transatlantic slave trade, Pelotas showed an effort to maintain slavery until almost its official end in the 1880s.

Keywords: Slavery, Slave ownership structure, Natural Slave Reproduction, Slave Trade, Pelotas.

Agradecimentos:

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer á Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo apoio financeiro e por acreditar no projeto apresentado. Esse apoio foi fundamental para a dedicação exclusiva a esta pesquisa, bem como sua própria execução.

Agradeço aos professores que contribuíram de diversas formas com essa pesquisa. Aos professores da minha graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Helen Osório, Regina Xavier e Fábio Kühn, que sempre acreditaram e deram muito apoio a esta pesquisa. Aos professores da Universidade de São Paulo, Carlos de Almeida Prado Bacellar, por ter aceitado orientar esse trabalho, pelas indicações e críticas, José Flávio Motta e Horácio Gutierrez, pelas críticas e comentários na banca de qualificação, e Marina de Mello e Souza pelas dicas e empréstimos de livros.

Aos amigos que fiz em São Paulo e que muito bem me acolheram nesta cidade: Juliana, Heitor e Larissa. Aos amigos da História, recentes e antigos, de Porto Alegre, que sempre estiveram próximos e disponíveis para conversas, reuniões, encontros, para distrair e focar na pesquisa. Valeu Laura, Gabriel, Antônio, Patrícia, Valter, Carla, Renata, Luciano, Daniela e Daiana e todos os que não foram citados aqui. Aos amigos de sempre: Douglas, Quaresma, Ana e Igor.

Também quero agradecer aos colegas pesquisadores do tema que muito contribuíram com críticas, indicação de fontes e bibliografia, principalmente ao Jonas Vargas, Luciano Gomes, Natália Pinto e Thiago Araújo.

Agradeço àquela que foi minha segunda família ao longo de quase todo esse percurso: à Clarissa, à Isabel e ao Gabriel. Muito obrigado pelo apoio e incentivo!

Por fim, agradeço aquela força mais do que especial que meus pais e meu irmão me deram. Meu pai Ari e minha mãe Verônica estiveram do meu lado em todos os momentos, sejam longe ou perto, alegres ou nem tanto, acadêmicos ou pessoais. Foram vocês que me fizeram seguir firme e forte, muito obrigado!

Introdução:

A pesquisa sobre o Rio Grande do Sul dos séculos XVIII e XIX não pode ignorar que a escravidão foi um dos pilares de sustentação econômica e social desse período. Esse erro foi cometido anteriormente por uma historiografia mais tradicional que via na sociedade gaúcha a reprodução de um mito democrático, inspirado na lida do campo, onde estancieiros, peões e escravos supostamente viviam e trabalhavam como iguais. A historiografia mais recente traz à luz a importância dos escravos negros na sociedade gaúcha, analisando em diversos aspectos a vida, o trabalho, a exploração, as lutas e a participação dos escravos na sociedade sul-rio-grandense¹. Nesse espírito, Pelotas foi palco fundamental da exploração humana no território gaúcho. Foi talvez nessa localidade que a utilização do trabalho forçado de escravos ao longo dos séculos XVIII e XIX foi mais intensa e contínua. O papel desses indivíduos escravizados, contudo, ainda merece atenção, de forma a desvelar uma série de aspectos que envolviam a escravidão no Rio Grande do Sul. O primeiro passo para o acerto de contas e superação desse passado opressor é atravessado pela compreensão de o que significou a escravidão no Rio Grande do Sul para explorados e exploradores, escravos e escravistas, cativos e senhores.

Se a historiografia recente vem retomando a questão da existência da escravidão no Rio Grande do Sul, buscando a compreensão de como diversos

¹ O primeiro trabalho que demonstrou a importância econômica e social da escravidão e do trabalho cativo no Rio Grande do Sul dos séculos XVIII e XIX foi o já clássico livro de Fernando Henrique Cardoso. Nele, o autor faz a crítica do mito democrático proposto por historiadores mais tradicionais mostrando ser a escravidão uma das bases fundamentais da sociedade gaúcha do período. Ver: CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

aspectos do escravismo (alforrias, famílias escravas, crimes, justiça, abolição, trabalho na pecuária, escravidão urbana, tráfico, entre outros) se manifestavam em diversas localidades do sul do Brasil parece que Pelotas foi esquecida pelos historiadores da escravidão. Talvez porque alguns deles pensavam que não havia mais nada a pesquisar e escrever sobre escravidão nesta cidade depois de obras tão importantes como aquelas escritas por Fernando Henrique Cardoso, Berenice Corsetti, Mário Maestri e outros pesquisadores². Ou quem sabe para fugir da imagem de que somente a charqueada pelotense teria sido palco da escravidão no Rio Grande do Sul, como forma de evidenciar as outras realidades e formas de exploração cativa na região. O fato é que por algum tempo, pouco se produziu a respeito do tema referente a Pelotas. E isso não quer dizer o assunto teria sido esgotado, muito pelo contrário. Analisando fontes e a própria evolução do tema no Brasil em geral e no Rio Grande do Sul, em específico, é possível observar que há muito ainda para se investigar sobre a escravidão em Pelotas. Nos últimos anos alguns pesquisadores ligados a Programas de Pós-Graduação de uma série de Universidades retomaram o interesse por Pelotas buscando compreender uma série de questões ainda não desveladas sobre a sociedade pelotense³. A presente pesquisa faz parte desse movimento de retomada das pesquisas sobre escravidão em Pelotas.

² Ibidem; CORSETTI, Berenice. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1983; MAESTRI FILHO, Mário José. *O escravo no Rio Grande do Sul: A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1984; GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas e olarias*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, PUC-RS, Porto Alegre, 1993; ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. *Pelotas: escravidão e charqueadas. (1780-1888)*. (Dissertação de Mestrado). Pós- Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

³ Gostaria aqui de destacar a importância dos pesquisadores Jonas Vargas, Natália Garcia Pinto, Roger Elias e Caiuá Cardoso Al-Alam, que vem se dedicando ao estudo do tema na localidade em questão e que muito tem contribuído para a elaboração da presente pesquisa.

E o cenário desta pesquisa é a Pelotas na segunda metade do século XIX. Esse período foi de grandes transformações no Brasil em termos de legislação, economia e composição da sociedade. Entre essas transformações, é possível citar a aprovação da Lei de Terras que acabou por revalidar a concessão de sesmarias e legitimar a posse de terras no Brasil; a Lei Eusébio de Queirós que encerrou a entrada de africanos no Brasil para o abastecimento do mercado de escravos; a Lei Rio Branco que libertou o ventre escravo, livrando os filhos das escravas nascidos após a sua aprovação da escravidão; finalmente, a Lei Áurea, que aboliu de vez a escravidão no Brasil; a expansão do cultivo do café no sudeste brasileiro; a Guerra do Paraguai; a entrada de novas levas de imigrantes europeus no Brasil; entre tantos outros fatos e transformações que mudaram o Império Brasileiro e que são tema de uma série de pesquisas de historiadores, economistas e demógrafos.

A pesquisa aqui apresentada se aproxima dessas questões ao ser guiada por uma pergunta norteadora: *de que forma a instituição da escravidão em Pelotas se comportou diante as leis abolicionistas – em específico, a Lei Eusébio de Queirós e a Lei do Ventre Livre?* A partir desse questionamento, o objeto dessa pesquisa é identificado como a escravidão em Pelotas, instituição que, apesar da importância já observada pela historiografia é, muitas vezes, vista como frágil ao não conseguir resistir ao encerramento do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil. De forma geral, o Rio Grande do Sul (e junto, Pelotas) são vistos pela historiografia tradicional no interior da lógica da acentuação do tráfico interno como grandes fornecedores de escravos para as províncias cafeeiras do sudeste do país. Mas será que a escravidão em Pelotas teria sido dizimada completamente após a promulgação da Lei Eusébio de Queirós? Teria sido a cessação do ingresso de africanos que teria promovido o fim da escravidão em Pelotas? Se não, quais seriam os impactos dessa

lei sobre o escravismo na localidade em questão? E a libertação dos nascituros? Teria essa medida causado alguma mudança nos projetos dos escravistas pelotenses? Qual teria sido a real força do tráfico interno sobre a escravidão em Pelotas?

Para responder a essas questões, procurei utilizar as técnicas, métodos e teorias dos estudos de estrutura de posse escrava e demografia histórica. Assim, tracei como objetivos dessa pesquisa, analisar a estrutura da posse escrava em Pelotas e seu comportamento ao longo da segunda metade do século XIX; identificar as características demográficas da população escrava; compreender a montagem das senzalas pelotenses e a partir daí verificar a importância da reprodução natural e do comércio para a composição dos plantéis de escravos; por fim, entender se e de que formas a escravidão teria resistido à legislação abolicionista, além de como e quando teria se dado a desagregação da escravidão em Pelotas.

De forma introdutória, já que uma caracterização maior do espaço pelotense será tratada no capítulo dois dessa dissertação, a bibliografia associa escravidão em Pelotas e no Rio Grande do Sul à ampliação das charqueadas ocorridas no século XIX. Diversos autores demonstraram⁴ a importância das charqueadas para a economia sulina no final do século XVIII e no século XIX. Segundo Fernando Henrique Cardoso⁵, a explicação para os grandes contingentes escravos no Rio Grande do Sul no começo do século XIX só pode ser compreendida quando se considera um canal de regular absorção de mão-de-obra escrava, além da produção

⁴ Entre os autores e obras que analisaram a economia rio-grandense e a produção do charque, pode-se destacar: CARDOSO, Fernando Henrique *Op. cit.*; CORSETTI, Berenice. *Op. cit.*; MAESTRI, Mário. *Op. cit.*; GUTIERREZ, Ester J. B. *Op. cit.*; ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. *Op. cit.*

⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. *Op. cit.*, p. 60.

de trigo e das estâncias de criação de gado: a produção do charque⁶. Essa produção data da presença portuguesa nas terras meridionais do Império, como forma de utilizar a carne salgada para o abastecimento das estâncias, mas é somente a partir de 1780, com o estabelecimento de Pinto Bandeira, que o charque passa a ser comercializado e somente nas décadas iniciais do século XIX que as charqueadas tiveram um impulso mais acentuado.

Essas charqueadas localizavam-se principalmente nas proximidades dos rios navegáveis, nas regiões próximas à Lagoa dos Patos e à Lagoa Mirim, local onde o transporte fluvial pôde ser aproveitado a fim de facilitar o transporte do charque. É nessa região que se encontrava o Arroio Pelotas e a mais importante concentração de charqueadas. Localizada em um ponto estratégico, nas proximidades de Rio Grande, o mais importante porto da região no período, e aproveitando-se do arroio navegável, a cidade de Pelotas desenvolveu-se sobre a alta rentabilidade da produção saladeril.

Nas charqueadas, diversas atividades eram executadas desde o abate do gado à secagem da carne e obtenção do charque e outros subprodutos, ocorrendo entre outubro e maio, os meses mais quentes e secos do ano. A estrutura de uma charqueada era bastante simples: basicamente, necessitava-se de um tablado para o abate e esquartejamento do gado, galpões para o empilhamento da carne salgada

⁶ Contrariamente ao postulado por Cardoso, estudos dedicados à população no Rio Grande do Sul e à estrutura agrária mostram que, já no século XVIII, em diversas regiões houve a utilização constante e disseminada da mão-de-obra escrava. Mesmo entre os pequenos lavradores, 85% detinham pelo menos um escravo, sendo a média de 3,3 cativos por proprietário. Na freguesia de Viamão, essencialmente urbana, em 1751, 42% da população era composta por cativos africanos, disseminados entre 64% dos fogos. Para um estudo sobre as regiões de pequena lavoura, ver: OSÓRIO, Helen. Estancieiros que plantam, lavradores que criam, comerciantes que charqueiam: Rio Grande de São Pedro, 1760-1825. In: GRIJÓ, Luiz Alberto et. al. (Org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, pp. 75-90. Para a freguesia de Viamão, ver: KÜHN, Fábio. *Op. cit.*, 2004, pp. 47-74.

e varais para a secagem do couro. Entre os principais produtos da charqueada estavam o charque e o couro (este destinado a abastecer basicamente o mercado europeu e aquele, os centros escravistas brasileiros como as províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia), mas havia um importante comércio de subprodutos – como o sebo, a graxa e os chifres – para outras finalidades. A produção de carne seca era obtida, basicamente, pela mão-de-obra escrava. O uso de mão-de-obra livre era freqüente em atividades administrativas e de controle, bem como em atividades mais complexas, mas de forma geral, o escravismo foi a solução para o trabalho saladeril.

Segundo Berenice Corsetti, “o advento da charqueada e a estruturação definitiva do escravismo como modo social de produção dominante marcam a história gaúcha, não apenas em termos econômicos como, também, em termos sociais”⁷, ressaltando a importância do charque e dos escravos para a sociedade pelotense e para a formação de uma classe de senhores de escravos na localidade. Com a necessidade cada vez maior de braços para o charqueio, constituir-se-iam grandes concentrações de cativos nas regiões dedicadas à produção do charque: dados censitários mostram que, em 1833, mais de 51% da população de Pelotas era composta por escravos⁸.

Porém, nem só da charqueada viveu Pelotas, como se verá no segundo capítulo dessa dissertação. Pelotas, na década de 1850, era uma cidade efervescente; que tinha um núcleo urbano consolidado; grande trânsito de pessoas de diversas origens; um comércio ativo; amplo setor de serviços; pequenas fábricas;

⁷ CORSETTI. Berenice. *Op. cit.*, p. 125.

⁸ Mappa de São Francisco de Paula e seu termo. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Papéis da “Câmara Municipal de Pelotas. Fardo, 1833. Apud: MAESTRI, Mário. *Op. cit.*, p. 75.

agricultura e pecuária de abastecimento não só das charqueadas, mas da população em geral; um extenso grupo de letrados; artistas, etc. É devido a essa diversidade que essa pesquisa não se restringiu ao estudo somente do grupo de charqueadores, mas de todos aqueles escravistas residentes em Pelotas, possuidores de um a mais de uma centena de cativos. Ao invés de focar somente na exceção, procurei compreender a estrutura da posse escrava como um todo, identificando as características das senzalas mais comuns e também daquelas que se destacavam por algum motivo.

A pesquisa se centrou no período entre os anos de 1850 e 1884, anos que compreendem a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, de 1850, e da Lei Rio Branco, de 1871. A lei de 1850 proibiu o tráfico transatlântico de escravos para o Brasil. Com a cessão da oferta de cativos africanos, a dinâmica da escravidão no Brasil se modificou, o acesso à compra de escravos se tornou mais difícil, o preço dos cativos se elevou e o tráfico interno se fortaleceu, levando para as regiões com maior necessidade de trabalhadores - principalmente para aquelas voltadas ao cultivo do café - os escravos de zonas mais periféricas do Brasil, como o extremo sul, o oeste e o nordeste do país. A Lei Rio Branco foi apresentada na Câmara dos Deputados em 12 de maio de 1871 e transformada em lei em 28 de setembro do mesmo ano e, entre outras deliberações, libertava as crianças recém-nascidas das mulheres escravas, obrigando os seus senhores a cuidar delas até a idade de oito anos. O marco final do período proposto é o ano de 1884, no qual nos meses de setembro e agosto, uma série de alforrias em massa foi promovida na Província, praticamente extinguindo a escravidão. Segundo Robert Conrad, “em questão de meses, dois terços dos sessenta mil escravos dessa província do sul receberam a

condição de livres”⁹. Apesar da concessão da liberdade a esses escravos, muitos foram obrigados a continuar prestando serviços aos seus antigos senhores por até sete anos, conforme legislava o quarto artigo da Lei Rio Branco. Apesar de mascarada, a escravidão permaneceu sendo exercida na província. Infelizmente, o rastreamento do trabalho escravo se torna difícil devido à ausência desses prestadores de serviços nas fontes do período, marcando assim o fim do marco temporal selecionado para a pesquisa. Como se verá adiante, ao longo desses últimos 35 anos da escravidão no Rio Grande do Sul, a composição da escravaria pelotense sofreu diversas alterações, transformações estas implicadas pela adoção de novas estratégias entre os escravistas, que possibilitassem a sobrevivência da escravidão no novo contexto jurídico instaurado pelas leis abolicionistas, alterações essas que puderam ser rastreadas com uma pesquisa intensiva sobre a estrutura de posse e a demografia escrava nesse período.

Para investigar as questões propostas nessa pesquisa utilizei diversas fontes primárias. Como a metodologia utilizada foi a análise da estrutura de posse e da demografia histórica, as fontes selecionadas foram, em grande parte, de caráter serial. O principal conjunto de documentos foi composto de inventários *post-mortem* abertos em Pelotas. Ao todo, foram pesquisados 1077 inventários entre 1850 e 1884. Esses documentos estão sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) e foram utilizados na sua totalidade. As principais informações extraídas desses documentos foram aquelas localizadas nas listas de arrolamentos de bens, referentes aos escravos, além do nome dos inventariados e ano de abertura do processo. No interior desses inventários outra fonte foi localizada e selecionada. Trata-se das cópias das matrículas de escravos anexadas aos

⁹ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. p. 248.

processos de inventário. Foram localizadas 188 listagens naqueles processos abertos após 1872, que tiveram tratamento semelhante àquele dado aos inventários.

Outro conjunto de fontes analisados e que também fazem parte do acervo do APERS são livros dos tabelionatos de Pelotas. Foram encontradas nos Livros de Registros Diversos e nos Livros Registros Ordinários um total de 87 registros de compra e venda de escravos, envolvendo a negociação de 336 cativos. Nos Livros de Procurações, foram localizadas 359 procurações que outorgavam o poder de vender 404 escravos. A partir desses registros foram selecionados dados a respeito do escravo negociado, das partes envolvidas e da forma de comércio (se local, interprovincial ou intraprovincial). Os dados extraídos dessas fontes foram dispostos em bancos de dados a partir de uma criteriosa organização para melhor analisar as informações obtidas. Foram criados diversos bancos de dados que, com a ajuda de um *software* para análises estatísticas, foram manipulados e suas informações cruzadas e depois analisadas à luz da historiografia e dos outros resultados para produzir o estudo que se segue.

Além das fontes já citadas, alguns documentos avulsos foram também utilizados, porém de forma menos sistematizada. Esses documentos estão listados na seção *Fontes pesquisadas*, ao final dessa dissertação. São fontes de natureza arquivísticas, impressas, disponíveis online, além do catálogo seletivo produzido pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, referente às compras e vendas de escravos.

O texto que se segue está dividido em sete capítulos. Optei por essa disposição para facilitar a leitura e organização dos temas tratados. Assim, cada

capítulo tem uma estrutura que é composta por uma breve introdução, argumentação e conclusões da argumentação proposta, sempre procurando retomar as conclusões obtidas nos capítulos anteriores, de forma a unir verticalmente as questões abordadas. O primeiro capítulo faz uma breve revisão historiográfica relativa aos estudos sobre estrutura de posse escrava e demografia escrava. Longe de pretender ser algo exaustivo, a ideia é apresentar como esses temas foram tratados pelos seus precursores e quais foram as contribuições importantes que se acrescentaram. Também é um espaço no qual se faz a justa referência aos trabalhos que inspiraram a presente dissertação.

O segundo capítulo, “A cidade de Pelotas: origem, população e economia”, busca traçar um panorama geral do espaço selecionado nesta pesquisa. Apresento um pouco das origens de Pelotas, da criação e crescimento da cidade, da composição populacional e das características econômicas da localidade. Além de demonstrar mais uma vez a importância da escravidão para a sociedade pelotense, este capítulo procura trazer à tona a crítica à supervalorização da charqueada em detrimento de todas outras atividades praticadas em Pelotas.

Os capítulos três e quatro estão muito ligados. Foi a partir deles que se desenvolveu toda a pesquisa. No terceiro capítulo, procuro investigar a estrutura da posse de escravos para entender quem eram os proprietários de escravos na localidade, quais as características dos plantéis, o quão disseminada era essa propriedade e como essa estrutura se modificou ao longo dos anos abordados nessa pesquisa. Já o quarto capítulo vem ampliar as conclusões anteriores, entendendo quais eram as características demográficas da população cativa em Pelotas e como era o perfil dos escravos nos diversos tipos de plantéis. Questões como a relação entre o número de homens e mulheres, relação entre o número de

mulheres em idade adulta e de crianças, origens desses indivíduos, distribuição etária, entre outras, foram abordadas nessas páginas. Nesses dois capítulos, o principal conjunto de documentos era composto de inventários *post-mortem*.

Os capítulos cinco, seis e sete também estão ligados entre si. Isso porque o capítulo cinco abre a questão das formas de aquisição de escravos, buscando entender quais eram as formas de acumulação de escravos pelos proprietários pelotenses e como cada uma dessas formas contribuiu para a composição de seus plantéis. Para isso, utilizei as informações constantes nas matrículas de escravos anexadas aos inventários. Com esses dados comprovaram-se diversas hipóteses acerca da importância do tráfico de escravos e da reprodução natural, levantadas nos capítulos anteriores, para a composição das escravarias pelotenses. E essas formas de aquisição foram melhor investigadas nos últimos dois capítulos da dissertação. No capítulo seis, ainda a partir das matrículas de escravos, reconstruí as famílias escravas presentes nessas listagens como forma de observar as características da reprodução natural entre a população cativa pelotense. Assim, algumas questões como número de filhos, idade das primeiras e das últimas concepções maternas, intervalos genésicos, presenças de núcleos matrifocais nos diversos tipos de plantéis.

Por fim, o último capítulo problematizou a concepção de que Pelotas, assim como o Rio Grande do Sul, teria sido fornecedora em potencial de escravos via tráfico interno para abastecer a cafeicultura no sudeste brasileiro. Para isso, analisei os registros de compra e venda, bem como as procurações para venda de escravos e procurei compreender quais eram as características dessas negociações, se envolviam necessariamente a saída desses indivíduos de Pelotas ou não. Enfim,

procurei analisar como o trafico interno teria afetado a escravidão em Pelotas, causando uma possível desagregação desta instituição.

Desejo àqueles que entrarem em contato com essa dissertação uma boa leitura. Algumas questões levantadas nas próximas páginas, por questões de recorte temático, não foram levadas adiante. Deixo o convite, aos que se interessarem, de continuar pensando, refletindo e aprofundando o conhecimento da escravidão em Pelotas.

Capítulo I: A estrutura de posse e a demografia escrava na historiografia brasileira – uma breve revisão

O interesse pela demografia escrava e o estudo da estrutura de posse escrava no Brasil teve surgimento com a utilização de técnicas refinadas da demografia histórica e de quantificação entre o fim da década de 1960 e início de 1970. Tais estudos foram amparados no redescobrimento das fontes seriais no Brasil, entre elas, principalmente os censos demográficos, listas de habitantes e inventários *post-mortem*. Talvez os estudos pioneiros ao inserir a população escrava no interior das preocupações demográficas tenham sido os clássicos trabalhos de Maria Luiza Marcílio, *A Cidade de São Paulo: povoamento e população*, publicado pela primeira vez em 1968 e *Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista*, originalmente defendido como tese de livre-docência na Universidade de São Paulo em 1974¹⁰. Nessas obras, Marcílio foi precursora ao aplicar os métodos de Louis Henry e de outros demógrafos historiadores franceses para compreender questões relativas à composição e transformação demográfica no Brasil. Uma das principais contribuições destes belos trabalho foi solidificar a tese de que a economia colonial brasileira foi muito complexa e que não se resumia na concepção tradicional segundo a qual se resumiria em unidades voltadas para a exportação, com a absoluta atrofia dos setores mercantilizados voltados ao abastecimento. Quanto à escravidão, estas obras influenciaram trabalhos posteriores desenvolvidos por uma

¹⁰ MARCÍLIO, Maria Luíza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850, com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos*. (La Ville de São Paulo). Trad. da autora, pref. Michel Fleury e Louis Henry. São Paulo: Pioneira, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973. (Biblioteca Pioneira de Estudos Brasileiros); _____. *Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista. 1700-1836*. São Paulo: EDUSP, 2000.

série de autores que foram responsáveis pelo início de um movimento que culminou na produção de três importantes efeitos, segundo José Flávio Motta.

Em primeiro lugar, tais trabalhos implicaram uma revisão da noção presente na historiografia tradicional acerca dos padrões de distribuição da propriedade escrava, em especial no que diz respeito à atividade mineratória e, outrossim, embora com menor intensidade, no que tange à produção açucareira. Em segundo lugar, os trabalhos aludidos possibilitaram aos estudiosos o aprofundamento nesse tema de relevância inegável para o entendimento da economia escravista brasileira, não apenas no que concerne às regiões particularmente comprometidas com as duas atividades mencionadas, mas igualmente com relação a outras áreas do país, com destaque para São Paulo e Paraná. Em terceiro lugar, como um corolário da análise da estrutura de posse de escravos propriamente dita, muito se avançou, em termos quantitativos e qualitativos, no conhecimento das características de escravistas e cativos no Brasil¹¹.

Segundo os estudos de Marcílio, a estrutura de posse escrava paulista era muito semelhante ao padrão detectado para Minas Gerais: apenas 25% dos domicílios possuíam escravos e a maior parte deles possuíam até quatro cativos. Muitos trabalhos posteriores ao de Marcílio apontam para conclusões que já se podem ver no estudo em questão: a disseminação da escravidão pelo Brasil, não mais compreendidas como ligada estritamente às *plantations*, grandes fazendas monocultoras de produtos para exportação, mas presente em diversas localidades onde a produção para o abastecimento interno era a base da economia e, inclusive, em cidades. Além disso, se observou que a posse de escravos era baseada essencialmente em pequenos plantéis e não nos grandes proprietários com centenas de cativos, o que se mostrou ser a exceção em todas as regiões pesquisadas.

O estudo pioneiro de Francisco Vidal Luna foi o responsável por se debruçar sobre a questão da estrutura de posse escrava, pensando a distribuição dos

¹¹ MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres. Posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999, p. 68.

escravos entre os proprietários mineiros¹². Rebatendo a visão clássica da exploração mineira como semelhante à essência das grandes lavouras (exploração em larga escala onde predominaria a grande unidade e o trabalho exclusivamente escravo). Luna demonstrou que, em geral, a estrutura de posse escrava nos centros mineratórios era composta por uma elevada porcentagem de senhores com poucos escravos, em média de 3,7 a 6,5 cativos nas localidades estudadas¹³. Se os plantéis eram basicamente compostos por poucos escravos, esses pequenos escravistas eram responsáveis por possuir uma significativa parcela da escravaria. Os proprietários com mais de 20 escravos nas localidades estudadas possuíam apenas entre 12,8% e 36,3% do total. Outro passo importante dado por esse estudo foi analisar a concentração de escravos a partir do índice de Gini, um coeficiente utilizado para calcular a concentração de riquezas em uma população. O uso desse índice mostrou uma distribuição de escravos relativamente proporcionada.

Em outro estudo, Luna estudou dez localidades mineiras no momento de crise da mineração¹⁴. Além da evidência do predomínio dos pequenos escravistas, o autor observou que os senhores com mais de 10 cativos encontravam-se principalmente nas áreas menos urbanizadas. Além dessa constatação, outra importante contribuição desse estudo foi observar a correspondência do tamanho das posses com a idade dos proprietários e as atividades econômicas desempenhadas pelo mesmo.

¹² LUNA, Francisco Vidal. Minas Gerais: *Escravos e senhores. Análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804)*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.

¹³ Ibidem, p. 124.

¹⁴ LUNA, Francisco Vida. Estrutura de posse de escravos em Minas Gerais (1804). In: COSTA, Iraci del Nero da (Org.). *Brasil: História econômica e demográfica*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986, pp.157-171.

Autor também de muita importância nos primeiros passos da demografia da escravidão e estrutura da posse escrava foi o americano Stuart Schwartz. Estudando os engenhos de açúcar na Bahia ao longo de quase 300 anos, o autor se dedicou a compreender, entre diversas questões, o regime demográfico da lavoura de cana-de-açúcar na Bahia e a estrutura da posse escrava¹⁵. Contrariando a historiografia mais tradicional, que supervalorizava a presença de imensos plantéis que chegavam a mais de mil escravos, Schwartz mostrou que entre os senhores de engenho, os escravistas com mais de cem escravos representavam menos de 15% dos proprietários de escravos, sendo o número médio de 65,5 escravos entre esse grupo. Lembrou ainda o autor que os senhores de engenhos correspondiam a apenas 7% dos proprietários de escrava. Os outros 44,2% dos proprietários que estavam ligados às atividades primárias possuíam bem menos escravos: em média, menos de 20. Analisando as atividades dos proprietários, outra contribuição importante desse estudo foi a observação de que a maioria dos proprietários de escravos não se dedicava primariamente à produção de açúcar. Essa afirmação suporta a tese, bastante impressionante na época, de que nem todo o Recôncavo baiano era composto somente por plantações de açúcar. Os resultados de Schwartz colocaram em xeque a compreensão tradicional das relações entre senhores e escravos e a própria atitude patriarcal mantida por alguns senhores em relação aos seus escravos.

É importante destacar o esforço de um grupo de pesquisadores ligados ao Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, entre eles o já citado Francisco Vidal Luna, Iraci del Nero da Costa e Horácio Gutiérrez. Estudando principalmente as localidades mineiras, de São Paulo e do Paraná, em conjunto ou

¹⁵ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

individualmente, os autores deram importantes contribuições para o avanço do estudo da escravidão no Brasil. De forma geral, seus estudos, que mantêm um rigoroso cuidado no manuseio das fontes, demonstraram o predomínio da propriedade de escravos em pequena escala, da diversidade econômica das ocupações dos escravos e da presença de estruturas familiares entre os escravos, se dedicaram ao estudo do perfil demográfico da população escrava, além da importância da posse de crianças e da capacidade de reprodução positiva da população escrava em alguns contextos¹⁶. Faz-se necessário destacar aqui o importantíssimo livro organizado por Iraci del Nero da Costa, *Brasil: História econômica e demográfica*¹⁷. Referência obrigatória, o livro contém 14 artigos de historiadores conceituados tratando de temas relativos a questões demográficas, posse de escravos, mercado e tráfico de escravos.

O avanço das pesquisas sobre estrutura de posse e demografia escrava acabaram por abrir novas questões acerca do estudo da família escrava. A partir da importante influência dos avanços produzidos na historiografia sobre o tema nos Estados Unidos, na década de 1980 surgiram diversos estudos sobre o tema que, de forma geral, constatarem a possibilidade e existência da família monogâmica e estável entre os escravos no Brasil e fizeram importantes críticas às concepções tradicionais sobre o tema onde a vida sexual dos escravos era vista como promíscua

¹⁶ Destaco aqui alguns dos estudos desses autores, além dos já citados acima. COSTA, Iraci del Nero da. *Arraia-miúda*. Um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil. São Paulo: MGSO Editores, 1992; LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. *Minas Colonial: Economia e sociedade*. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas; Livraria Pioneira Editora, 1982; GUTIÉRREZ, Horácio. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830. *Estudos Econômicos*, v.17, n.2. São Paulo, mai./ago., 1987, pp. 297-314; _____. Crioulos e Africanos no Paraná, 1798-1830. *Revista Brasileira de História*, v.8, n.16. São Paulo, mar./ago., 1988, pp.161-188; _____. O tráfico de crianças escravas para o Brasil durante o século XVIII. *Revista de História*, n.120. São Paulo, jan./jul., 1989, pp. 59-72.

¹⁷ COSTA, Iraci del Nero da.(Org.) *Brasil: História econômica e demográfica*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.

e imoral. Essas pesquisas, em geral, recorreram à análise de novas fontes documentais, principalmente as de caráter quantitativo, como já comentado. O caráter serial e homogêneo dessas fontes, mantendo as mesmas informações ao longo de períodos suficientemente longos de tempo, permitiu a um grupo de historiadores o estudo das dinâmicas populacionais da escravidão. Muitas das questões como estrutura da posse escrava, desproporção entre os sexos, presença africana e crioula, taxas de natalidade e mortalidade, índices de fecundidade, além de conjunturas de flutuação desses dados, construídas apenas a nível teórico até então, foram comprovada ou refutadas pelas novas pesquisas. A princípio, tiveram destaque as pesquisas sobre a província do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, possibilitando diversas análises comparativas¹⁸.

Importante contribuição ao tema foi dada pela já citada obra de Stuart Schwartz, *Segredos Internos*. Uma das maiores contribuições desse estudo em relação à família escrava deve-se às formas de utilização e interpretação das fontes documentais. Atentando para as potencialidades dos documentos, o autor ressalta que é preciso escapar das conclusões diretas dos dados demográficos, necessitando incorporar a elas uma série de reflexões. Em suas palavras,

A análise estrutural do arrolamento de escravos de um engenho fornece apenas o esqueleto da vida familiar, carecendo de carne e do sangue que são a interação humana, os costumes e o sentimento. A família englobava papéis e atitudes, além de um comportamento normativo que o simples arrolamento raramente reflete¹⁹.

¹⁸ Entre os estudos desse período, destaco SLENES, Robert. *The demography and economics of Brazilian Slavery: 1850 – 1888*. Tese de doutorado em História, Stanford, Stanford University, 1976; SCHWARTZ, Stuart B. *Op. cit.*, 1988; COSTA, Iraci del Nero da; SLENES, Robert; SCHWARTZ, Stuart. A família escrava em Lorena (1801), *Estudos Econômicos*, v. 17, n.2. São Paulo, maio-ago., 1987; GRAHAM, Richard. A família escrava no Brasil colonial. In: *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979. Pp. 41-57; LUNA, Francisco Vidal. *Op. cit.*, 1981; COSTA, Iraci del Nero da. *Op. cit.*, 1992.

¹⁹ SCHWARTZ, Stuart B. *Op. cit.*, 1988, p. 328.

Pesquisando os batismos e os casamentos, o autor empreende uma caracterização geral das famílias escravas no Recôncavo baiano. As principais análises são quanto aos padrões das uniões, a legitimidade dos nascimentos, a fecundidade feminina e a incidência de determinados tipos de apadrinhamentos. O seu interesse centra-se particularmente na tensão entre as imposições senhoriais e os desejos cativos, assim como as relações deles com a Igreja. As conclusões a que Schwartz chega são da existência de uma política de restrição do universo social do escravo pelos casamentos, atestado na pouca representatividade das uniões interpropriedades. Ao mesmo tempo, através do compadrio, percebe-se uma ampliação da família ligada pela cerimônia ritual.

Os estudos citados anteriormente apontam para uma única direção: a necessidade de revisão das interpretações tradicionais em relação à família escrava. A imagem tradicional das famílias fragmentadas normalmente associada aos escravos mostrou-se insuficiente para algumas localidades onde a estrutura da escravidão era caracterizada por economias mistas e baixo nível de importação, necessitando de um maior aprofundamento das variáveis como o número de escravos e o tipo de atividade econômica. Além disso, a ausência de uniões formais sancionadas pela Igreja não serve como prova da inexistência da família escrava no Brasil.

Até agora foram relacionados os principais trabalhos publicados até o final da década de 1980, momento em que se deu uma importante virada na produção historiográfica sobre o tema. As comemorações do centenário da abolição em 1988 foram extremamente profícuas em termos de reflexões sobre o passado histórico brasileiro. De forma geral, esse foi um período no qual a temática da escravidão estava em destaque. Conforme salienta Schwartz, em 1988, com o centenário da

abolição, os brasileiros se propuseram a fazer um balanço do passado da nação e do papel dos descendentes africanos dentro dela, com ampla cobertura da imprensa, mobilização política, publicação de livros, realização de congressos e simpósios acadêmicos²⁰. Apesar de após 1988 o tema da escravidão ter perdido um pouco da grande atenção dos pesquisadores, muito ainda continuou a ser produzido até hoje sobre questões relacionadas à demografia histórica e estrutura de posse. Para não tornar muito exaustiva a revisão, vou fazer algumas citações mais rápidas sobre as quais eu considero serem mais importantes para a atual pesquisa.

É impossível não citar aqui os trabalhos sempre muito sérios e rigorosos de José Flávio Motta. Sua tese para o Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, defendida em 1990 e publicada posteriormente em 1999²¹, demonstrou um grande avanço na análise de fontes seriais. Estudando Bananal entre 1801 e 1829, Motta analisou questões relativas à estrutura de posse escrava e família escrava, tais como a disseminação da escravidão na lavoura cafeeira, a evolução da posse cativa no desenvolvimento da cultura do café, análise das características demográficas da população cativa e a composição da família escrava. Ainda, o apêndice metodológico disponível ao final de seu livro, além de servir como ótimo exemplo para pesquisadores do tema, mostra o refinado tratamento dispensado pelo autor aos dados. Neste trabalho, o autor procedeu a uma arguta pesquisa demográfica e percebeu que tanto a posse quanto a família evoluíram de forma paralela, no transcorrer daquele período. A atividade cafeeira dessa região engendrou o crescimento demográfico das populações livre e escrava, esta última, pela entrada de cativos africanos, condicionou a estrutura de posses de escravos.

²⁰ SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001, p.21.

²¹ MOTTA, José Flávio. *Op. cit.*, 1999.

Esta variável incidiu sobre as possibilidades de convívio familiar que, como bem assinalou o pesquisador, a par das diversidades encontradas, sempre se fez presente.

Dentre outros trabalhos importantes do autor, é possível citar sua tese de livre docência, onde estudou minuciosamente o tráfico interno de escravos envolvendo algumas localidades cafeeiras após 1850²². A partir de uma intensa análise empírica, Motta mostrou que a periodização do tráfico interno proposta por Jacob Gorender carece de bases empíricas, pelo menos no que se refere à década de 1870 que Gorender caracteriza como “muito intenso”. Segundo a análise de Motta, esta década deve ser separada em um período moderado – entre 1870 e 1873, decorrente das incertezas decorrentes das discussões acerca da instituição servil – e um período de ritmo muito intenso – entre 1874 e 1880, motivado por uma maior demanda e dinamismo econômico da região sudeste, sobretudo aquelas localidades vinculadas ao cultivo do café. Outro ponto importante desse estudo é o refinamento que buscou analisar o comércio a partir de três perspectivas: o comércio local, restrito ao interior de cada localidade; o comércio intraprovincial, que tinha comprador ou vendedor em outra localidade paulista; e, finalmente, o comércio interprovincial, envolvia negociadores de fora da província. Além disso, destaco a preocupação com o comércio envolvendo famílias de escravas que se mostrou bastante interessante ao aliar duas preocupações bastante relevantes na pesquisa da escravidão.

²² MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além*. O tráfico interno de cativos na expansão da economia cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887). Tese de livre-docência. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Departamento de Economia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Quero destacar também, rapidamente, dois trabalhos publicados em parceria com outros pesquisadores. O primeiro deles, juntamente com Renato Marcondes Leite, foi publicado em 2000, na revista *População e Família*²³ e trouxe importantes contribuições para a reflexão sobre a importância da família escrava ao pensar a relação entre casamentos e relações consensuais entre os cativos e como os senhores percebiam essas relações. O outro foi resultado de uma parceria com Agnaldo Valentin²⁴ e procurou analisar a estabilidade das famílias escravas no interior de uma senzala em Apiaí, São Paulo e trouxe importantes reflexões sobre o tema.

Talvez tão importante quanto os trabalhos de sua autoria, outra contribuição de Motta ao tema está relacionada com seu trabalho como professor do Programa de Pós-Graduação em História Econômica na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e na Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade (FEA/USP), ambos da Universidade de São Paulo. Lá, Motta orientou e vem orientando diversos alunos que produziram e produzem dissertações e teses onde os temas aqui relacionados são abordados²⁵. Para não me alongar demasiadamente, resalto a importância desses trabalhos ao analisarem economia,

²³ MOTTA, José Flávio; MARCONDES, Renato Leite. A família escrava em Lorena e Cruzeiro (1874). *População e Família*, v.3, n.3, pp. 93-128. São Paulo, 2000.

²⁴ MOTTA, José Flávio. VALENTIN, Agnaldo. A estabilidade das famílias em um plantel de escravos em Apiaí (SP). *Afro-Ásia*, v.27, pp. 161-192. Salvador, 2002.

²⁵ Destaco aqui os seguintes estudos: TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas em Mariana, 1850 – 1888*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001; VALENTIN, Agnaldo. *Uma civilização do arroz*. Agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira (1800 – 1880). Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006; GARAVAZO, Juliana. *Riqueza e escravidão no nordeste paulista: Batatais, 1851-1887*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006; VASCONCELLOS, Macia Cristina Roma. *Família escrava em Angra dos Reis, 1801-1888*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

estrutura de posse escrava e família cativa em diferentes localidades, na busca de uma compreensão das especificidades de diversos contextos e destaco a tese de doutoramento de Renato Marcondes²⁶. Nela, Marcondes buscou compreender as formas de acumulação na gênese da cultura cafeeira no Vale do Paraíba Paulista ao longo do século XIX. No contexto da conformação de uma sociedade do café na região, a partir da análise de diversas fontes através do cruzamento de dados, o autor procura compreender as transformações ocorridas, inclusive as formas de acumulação de cativos e riqueza de seus habitantes. Em relação às formas de acumulação de escravos, o autor se dedicou a analisar a importância de fatores como compra/venda, nascimento/óbitos, e heranças/doações de escravos para a composição dos plantéis em Lorena. Outra importante contribuição foi comprovar, empiricamente, a hipótese da relação entre o ciclo de vida dos escravistas e o tamanho das posses e as formas de acumulação de cativos. Outro estudo de Marcondes que é necessário destacar é sua tese de livre docência²⁷, onde homericamente o autor analisa as desigualdades regionais no Brasil do final do século XIX a partir do estudo do comércio marítimo e da posse de escravos. Para tal, o autor procurou compreender as regiões analisadas e diversidade econômica brasileira a partir do conhecimento da realidade local e/ou provincial. Isso significa, em essência, montar um quadro de cada uma das regiões brasileiras, tudo feito com base em fontes primárias, auxiliado de um amplo conhecimento da historiografia regional.

²⁶ MARCONDES, Ricardo Leite. *A arte de acumular na gestão da cultura cafeeira: formas de enriquecimento no Vale do Paraíba Paulista durante o século XIX*. Tese de doutorado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Departamento de Economia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

²⁷ MARCONDES, Renato Leite. *Desigualdades regionais brasileiras: comércio marítimo e posse de escravos na década de 1870*. Tese de livre-docência. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Departamento de Economia, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2005.

Robert Slenes é outro importante pesquisador americano dos temas relacionados à escravidão brasileira. Se a sua tese de doutorado²⁸, defendida em 1976, trouxe para a pesquisa da escravidão no Brasil uma série de inovações, muitas delas influências das novas abordagens que o tema estava recebendo nos Estados Unidos, este trabalho não foi listado anteriormente pela dificuldade de acesso ao mesmo no Brasil. Mesmo sendo uma obra de extrema importância, ainda não houve publicação em português e mesmo algumas universidades brasileiras não tem cópia do original. Isso faz com que o principal estudo desse autor seja o livro *Na senzala, uma flor*²⁹, onde o pesquisador dedicou-se a analisar a família escrava a partir das experiências escravas. Slenes se posiciona do debate acerca da família cativa argumentando que a família escrava não pode ser considerada necessariamente com um papel estabilizador das relações entre senhores e escravos, como afirmado por Manolo Florentino e José Roberto Góes em *A paz das senzalas*³⁰. Para o autor, a vivência do tráfico foi definidora de uma experiência comum a todos cativos. Com isso, sublinhou a formação de uma comunidade tornada cativa desde a experiência da vinda da África no navio negreiro. Contraria, assim, a visão do cativeiro como um local onde o conflito existia a todo o momento, conforme defendem Florentino e Góes. Para o autor, a família cativa não satisfazia nem os desejos dos senhores, nem os dos escravos. Havia uma relação de dependência, onde as políticas de domínio senhorial coexistiam com a possibilidade de uma margem de autonomia escrava, onde os cativos estavam sujeitos às determinações impostas por seus proprietários e estes “se viam forçados a

²⁸ SLENES, Robert. *Op. cit.*, 1976.

²⁹ SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

³⁰ FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 - c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

abdicarem parcialmente de seu poder de dispor livremente dos escravos”³¹. A reflexão sobre essas duas esferas da relação entre senhor e escravo resulta na perspectiva do autor de que a família poderia tanto ser um mecanismo de controle senhorial, na medida em que inibiria as fugas dos aparentados, por exemplo, quanto de coesão entre a escravaria, contraposta ao poder senhorial. Dessa forma, a instituição familiar entre os escravos resultou de um conflito de interesses entre escravos e senhores, assumindo relevância na construção e transmissão de elementos culturais no seio da sociedade escravista.

Slenes atualmente é docente na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Neste programa, Slenes orientou uma série de pesquisas dedicadas aos temas de família escrava e estrutura de posse escrava. Entre eles, a dissertação de mestrado de Dora Isabel Paiva da Costa³² que estudou a posse e o comércio de escravos em uma economia não-exportadora; a tese de doutorado de Isabel Cristina Ferreira dos Reis³³ que analisou os significados da família negra escrava e liberta na Bahia ao longo dos últimos anos da escravidão; e, por fim, a tese de Jonis Freire³⁴ que investigou questões referentes à demografia cativa, família e alforria na Zona da Mata Mineira oitocentista.

³¹ SLENES, Robert. *Op. cit.*, 1999, p. 48.

³² COSTA, Dora Isabel Paiva da. *Posse de escravos e produção no agreste paraibano: um estudo sobre Bananeiras, 1830-1888*. Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

³³ REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão*. Bahia, 1850-1888. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

³⁴ FREIRE, Jonis. *Escravidão em família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista*. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

Citado anteriormente, o trabalho conjunto de Manolo Florentino e José Roberto Góes foi de extrema importância para o debate sobre família escrava. Em *A Paz das senzalas*³⁵, a partir de um profundo estudo demográfico, Manolo Florentino e José Roberto Góes enfocam as relações familiares escravas como elementos estruturais cuja ação, no desempenho de papéis essencialmente políticos, ajuda-nos a compreender a reprodução, ao longo dos séculos, da própria sociedade brasileira. O cativeiro seria, na visão dos autores, estruturalmente dependente do parentesco cativo. Se por um lado, a constante introdução de novos africanos nos plantéis – via tráfico transatlântico de escravos - causava a desagregação da escravidão (a anomia, no sentido de que o plantel não transparecia a concepção de comunidade, mas de indivíduos desprovidos de laços) pela contínua produção social do estrangeiro, a constituição de laços de solidariedade e auxílio mútuo, por outro, eram os recursos que instituíam a paz das senzalas, criando o que eles chamaram de uma “identidade coletiva da escravidão”³⁶. Dessa forma, os senhores permitiam a formação de famílias entre os escravos, pensando no retorno político, ou seja, a paz nas senzalas.

*Das cores do silêncio*³⁷ é mais um dos livros sobre escravidão que adquiriu status de clássico. Nele, Hebe Mattos, a partir de um estudo das trajetórias cativas buscou compreender as ações e motivações desses indivíduos na sua história, verificando os limites e condicionamentos aos quais estavam presos. A partir desse viés, a autora analisa, entre outras questões, a família escrava. Para ela, a família cativa funcionava como uma forma de fomentar diferenças entre os escravos crioulos e ladinos, por um lado, e os africanos novos, pelo outro. A grande facilidade

³⁵ FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. *Op. cit.*

³⁶ *Ibidem*, pp. 35-37

³⁷ MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio*. Os significados da liberdade no sudeste escravista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

de reposição de mão-de-obra via tráfico transatlântico fazia com que os escravos recém-chegados contassem com menores oportunidades de receber concessões dos senhores, criando um ambiente de disputa no interior das senzalas. É essencial para a autora, a proximidade da família escrava com as expectativas de liberdade e autonomia no cativeiro, frequentemente associada à roça própria, um maior status dentro do plantel e aproximação da experiência de liberdade, que fazia parte de uma política de domínio que permitia uma mobilidade social limitada, conferindo estabilidade ao cativeiro e às relações de poder no seu interior. Procurando entender os níveis de autonomia dentro das senzalas, a autora considera que as relações comunitárias com outros escravos e homens livres da região foram de extrema importância para a obtenção de maiores níveis de autonomia³⁸. A formação de uma família, ou o pertencimento a uma já existente seria pré-condição para a formação de laços verticais mais permanentes, na medida em que esses laços eram normalmente estabelecidos entre famílias e não indivíduos. Porém, com a interrupção do tráfico, a autora argumenta que houve uma profunda transformação no comportamento senhorial. O acirramento do tráfico interno seria o responsável pelo reforço dos laços comunitários entre os cativos nas áreas mais antigas, em função da diminuição da entrada de novos africanos e da concentração da propriedade escrava. Por outro lado, as possibilidades de desenraizamento cresciam em função da ampliação do comércio interno de cativos. Os escravos comercializados através do tráfico interno viam, nas novas senzalas, o desaparecimento das relações pessoais e familiares existentes nos seus locais de origem. Por outro lado, nos grandes plantéis do sudeste, formados entre o final do século XVIII e início do XIX, a estabilidade do cativeiro tendia a se ampliar,

³⁸ Ibidem, p. 65.

reforçando a integração familiar e cultural dos cativos com o processo de crioulação das novas aquisições a partir de 1850.

Um trabalho publicado recentemente, e que também mostra bastante qualidade é o livro de Ricardo Salles, *E o Vale era o escravo*³⁹. Nele, Salles utiliza o conceito de “bloco histórico”, formulado por Gramsci, para analisar o papel das práticas sociais escravas no confronto com seus senhores a partir de Vassouras e da Província do Rio de Janeiro na sua conexão com a formação, consolidação e crise do Estado Imperial. Segundo Salles, as estruturas verticais da relação social de forças entre diferentes grupos sociais seriam atravessadas horizontalmente por dimensões culturais, políticas, sociais e econômicas de natureza espacial⁴⁰. Com isso, o autor busca na historicização a compreensão de classes sociais e como estas interagem. Tendo em mente os conflitos inerentes entre senhores e escravos, Salles, a partir do estudo demográfico, mostra que a os proprietários de escravos em Vassouras após a proibição do tráfico transatlântico sustentaram uma sociedade que, pelo menos até o fim da década de 1860, vivia um momento de

transição nas relações entre senhores e escravos. A dinâmica demográfica marcada pela presença africana [...] realimentada pela importação de africanos propiciada pelo tráfico inter e intraprovincial, passou a dar lugar a uma nova dinâmica, característica de uma sociedade escravista madura. A base desta nova dinâmica era a comunidade escrava estável, assentada na família, na crescente proporção de crioulos em relação aos africanos, no maior equilíbrio entre os sexos, resultando tudo isso em uma pirâmide etária mais equilibrada e no aumento do número de famílias e filhos. Essa comunidade tendia a um processo de crescimento vegetativo, quando nele já não havia ingressado”⁴¹

A Lei do Ventre Livre teria impactado essa dinâmica de forma irreversível, estancando o crescimento natural da população escrava.

³⁹ SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

⁴⁰ Ibidem, p. 26.

⁴¹ Ibidem, p. 254.

Muito continua sendo produzido sobre o tema da escravidão no que se refere a demografia, estrutura de posse e família escrava. Optei por fazer nessas páginas uma análise mais sucinta, não-exaustiva, da historiografia disponível para apresentar os problemas e possibilidades de pesquisas abertos por esses estudos, bem como mostrar os principais interlocutores do presente trabalho. Este não é, de forma alguma, um trabalho definitivo. Há diversos historiadores se debruçando sobre essas questões e muitas novas para se estudar.

Capítulo II: A cidade de Pelotas: origem, população e economia

Do início da povoação à criação da cidade

A povoação de Pelotas esteve ligada ao processo de ocupação da parte sul do Império Português no século XVIII. E os conflitos entre portugueses e espanhóis no fim do século XVII e início do XVIII para a manutenção da Colônia de Sacramento estão no cerne desse processo. Com a fundação da cidade de Montevideu pela coroa espanhola em 1726 houve a tentativa de controlar o comércio do Rio da Prata e de criar um obstáculo para a expansão lusa naquela região. Entretanto, a resposta portuguesa foi bastante rápida. Em 1737, a fundação do presídio de Jesus-Maria-José às margens da barra do Rio Grande (atual Lagoa dos Patos) como ponto de apoio entre Sacramento e as regiões centrais do Império Português na América contribuiu para a incorporação dos atuais territórios sul-rio-grandenses ao Brasil português. Tendo como característica principal a ocupação militar, a colonização em Rio Grande se deu de forma híbrida, sendo também importante o aspecto de colonização de povoamento da região⁴². A primeira referência à Pelotas aparece em 1758, com a doação do governador do Rio de Janeiro e Capitão-geral das capitanias do Sul, Gomes de Andrade, de uma estância, localizada às margens da Lagoa dos Patos, entre o canal de São Gonçalo e os arroios de Pelotas e Correntes, a Tomaz Luís Osório, tenente-coronel de dragões. Com a invasão castelhana em abril de 1763, Osório se rendeu a dom Pedro Ceballos, capitão-general e Governador das províncias do Rio da Prata. A rendição de Osório foi levada a julgamento em Portugal e o mesmo foi sentenciado à forca. Depois de executado, as terras foram vendidas pela viúva ao capitão-mor Bento Manoel da Rocha. Em 1822, depois de

⁴² KÜHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007. 3 ed., pp. 52-3.

falecido Bento Manoel da Rocha e sua viúva, a estância de Pelotas foi dividida em cinco fazendas e, pelo menos, sete charqueadas.

O espaço geográfico onde surgiu a cidade de Pelotas situava-se entre o arroio Pelotas e Santa Bárbara, denominado Monte Bonito. Inicialmente pertencente ao tenente-de-dragões Manuel Carvalho de Souza, as terras foram vendidas e divididas em inúmeras partes. Ao longo do século XIX, pelo menos 30 charqueadas se estabeleceram nessa área. A divisão dos terrenos foi feita no sentido longitudinal, de forma que os poteiros davam fundos ao que foi consagrado como Logradouro Público, e o espaço de matança dava frente ao curso de água por onde os dejetos eram atirados e o charque era embarcado para exportação⁴³.

Em 1810 a aglomeração urbana de Pelotas já podia ser observada. Conforme o relato do inglês John Luccock,

Vêem-se casas disseminadas por ali, muitas delas espaçosas e algumas com certas pretensões ao luxo; existem capelas anexas a muitas delas e em volta de uma encontra-se tamanho número de habitações menores que o conjunto bem merece o nome de aldeia⁴⁴

A freguesia de São Francisco de Paula foi estabelecida em 1812, destinada para o perímetro urbano da povoação de uma área de cem mil braças quadradas. Em 1813, o então governador da Capitania do Rio Grande do Sul, dom Diego de Souza, impôs a uma das proprietárias de terras da antiga estância de Monte Bonito que doasse os terrenos no qual seriam construídos uma igreja, um quartel, um hospital e uma praça, sob pena de cassação do título de propriedade. O plano de urbanização obedeceu ao formato de um tabuleiro de xadrez, adotando o que havia então de mais moderno em matéria de urbanização. Em 1815, o terreno com a

⁴³ GUTIERREZ, Ester. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas [1777-1888]*. Pelotas: Ed. UFPEL, 2004, p. 107

⁴⁴ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Trad. De Milton da Silva Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia/Universidade de São Paulo, 1975, p. 142.

igreja, o átrio, a área circundante, o passeio público, e os destinados a aforamento foram medidos e loteados, numa área de cerca de 22,5ha. A aldeia foi descrita pelo naturalista francês, Auguste Saint-Hilaire, que lá esteve em 1820. Segundo ele, a aldeia, situada em uma vasta planície,

É a sede da paróquia e conta com mais de 100 casas construídas segundo um plano regular de edificação das aldeias. As ruas são largas e retas. A praça em que fica a igreja é pequena porém muito bonita. A frente da maioria das casas é asseada. Não se vê em São Francisco de Paula uma palhoça sequer e tudo aqui anuncia abundância. Na verdade as casas são todas de um só pavimento, mas bem construídas, coberta de telhas e guarnecidas de janelas envidraçadas⁴⁵.

Até 1830 a freguesia de São Francisco de Paula esteve vinculada à vila de Rio Grande. Foi nesse período que uma segunda área do povoado foi loteada, instituindo o Logradouro Público – que serviria para o pasto de animais, coleta de madeiras e lenhas, novas divisões de terras, abertura de estradas, ruas e praças – e a Tablada – praça de comercialização, onde fazendeiros, capatazes e peões de estâncias e internadas das mais variadas regiões iam para vender tropas de gado. A população, que era de 2.419 pessoas passou a ser de 4.300 habitantes, vivendo em 500 casas⁴⁶. Nesse período, a cidade teve um grande crescimento, ao passo que a população da zona rural diminuía (representando 69% da população em 1820 e apenas 30% em 1830)⁴⁷.

No final de 1830, a freguesia de São Francisco de Paula foi elevada à condição de vila⁴⁸. Em 1832, após a ereção do Pelourinho, a área da Vila de São Francisco de Paula foi delimitada entre o Rio Camaquã ao norte, a Laguna dos

⁴⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820 – 1821*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974, p. 69.

⁴⁶ GUTIERREZ, Ester. *Op. cit.*, p. 133.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 145.

⁴⁸ Decreto Imperial de 7 de dez. 1830. ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Livro 1264.

Patos a leste, o Rio Piratini ao sul e pelo arroio das pedras, na Serra dos Tapes, a oeste. Mais tarde, em 1835, a vila de São Francisco de Paula foi transformada em cidade, a partir de então com a denominação de Pelotas⁴⁹. A partir daí a cidade se expandiu rapidamente, com a criação de novas ruas, praças, teatros, estradas, pontes, obtendo melhoramentos urbanos como uma rede de esgotos, estradas de ferro, água canalizada e linhas de bondes.

Comércio, produção e atividades econômicas

Economicamente, o surgimento e crescimento de Pelotas estão intimamente ligados com o início da produção do charque. Foi no final do século XVIII que os grandes estabelecimentos de produção do charque se instalam no sul do Brasil, iniciando um período importante para a economia da região, com a comercialização do charque para alimentar os contingentes escravos dos centros brasileiros. O processo de salga da carne não era desconhecido antes desse período; diversos registros mostram a produção de charque em Buenos Aires, já no século XVII e na Colônia do Sacramento⁵⁰. No território onde hoje é o Rio Grande do Sul, também antes do século XVIII a produção do charque era conhecida. Porém, foi através da fundação da charqueada de José Pinto Martins, em 1780, nas margens do Arroio Pelotas, que a incipiente produção do charque tomou maiores proporções. Devido a uma série de secas no nordeste brasileiro – principal produtor do charque até então – na década de 1770, o português Pinto Martins mudou-se para o sul do Império

⁴⁹ Decreto do Presidente da Província, junho de 1835. Fonte: ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Autógrafos da Presidência, Códice 16. O nome da cidade é uma referência às embarcações de varas de corticeira, forradas de couro, muito utilizadas para a travessia dos rios e arroios da região.

⁵⁰ MAESTRI FILHO, Mário José. *O escravo no Rio Grande do Sul: A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1984, p. 54 et. seq.

Português, se estabelecendo nas terras de Manoel Carvalho de Souza, às margens do Arroio Pelotas⁵¹. Porém, de acordo com Fábio Kühn, além das secas ocorridas no nordeste brasileiro na década de 1770, outros dois fatores levaram ao desenvolvimento da charqueada devem ser levados em consideração: a situação de paz vivenciada na Província após a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso em 1777, o que permitiu a expansão das estâncias de criação de gado sobre novas terras e o aumento crescente da demanda de gêneros alimentícios nas outras províncias do Brasil ocasionado pelo impulso populacional⁵².

Foi a partir do século XIX, entretanto, que as charqueadas tiveram um impulso realmente acentuado, destacando-se a região do Rio Pelotas, constituída por uma série de arroios ligados à Lagoa dos Patos que se conectava diretamente com o Oceano Atlântico, o que facilitava o escoamento da produção para as regiões sudeste e nordeste do Brasil. Diversos autores demonstraram⁵³ a importância das charqueadas para a economia sulina no final do século XVIII e no século XIX. Segundo Fernando Henrique Cardoso, a explicação para os grandes contingentes escravos no Rio Grande do Sul no começo do século XIX só pode ser compreendida quando se considera um canal de regular absorção de mão-de-obra escrava, além da produção de trigo e das estâncias de criação de gado: a produção do charque⁵⁴. O autor afirma que essa produção datava da presença portuguesa nas terras meridionais do Império, como forma de utilizar a carne salgada para o abastecimento das estâncias, mas foi a partir de 1780, com o estabelecimento de

⁵¹ MAESTRI FILHO, Mário. *Op. cit.*, 1984, p. 58.

⁵² KÜHN, Fábio. *Op. cit.*, p. 63.

⁵³ Entre os autores e obras que analisaram a economia rio-grandense e a produção do charque, pode-se destacar: CARDOSO, Fernando Henrique. *Op. cit.*; CORSETTI, Berenice. *Op. cit.*; MAESTRI FILHO, Mário. *Op. cit.*, 1984; GUTIERREZ, Ester J. B. *Op. cit.*

⁵⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. *Op. cit.*, p. 60.

Pinto Martins, que o charque é comercializado e somente nas décadas iniciais do século XIX que as charqueadas tiveram um impulso mais acentuado.

A produção de carne seca nas charqueadas era obtida, basicamente, através da utilização de mão-de-obra escrava, apesar do uso de mão-de-obra livre ser freqüente em atividades administrativas e de controle, bem como em atividades mais complexas. Segundo Berenice Corsetti, “o advento da charqueada e a estruturação definitiva do escravismo como modo social de produção dominante marcam a história gaúcha, não apenas em termos econômicos como também em termos sociais”⁵⁵, ressaltando a importância do charque e dos escravos para a sociedade pelotense e para a formação de uma classe de senhores de escravos na localidade. Com a necessidade cada vez maior de braços para o charqueio, constituir-se-iam grandes concentrações de cativos nas regiões dedicadas à produção do charque.

Mesmo levando em consideração o importante impulso econômico promovido pela atividade charqueadora em Pelotas, não se pode afirmar que a produção do charque não foi a única atividade econômica importante em Pelotas. Apesar de haver poucos trabalhos dedicados à atividade urbana e rural em Pelotas que não a charqueadora, existem algumas fontes que podem indicar quais tipos de atividades econômicas existiam no município. Uma relação das fábricas existentes na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul no ano de 1853 indica a existência de 91 empreendimentos fabris na cidade de Pelotas, o maior número entre todas as localidades relacionadas, maior inclusive do que as cidades de Porto Alegre e Rio Grande. A tabela abaixo apresenta a relação das fábricas relacionadas para o município de Pelotas.

⁵⁵ CORSETTI, Berenice. *Op. cit.*, p. 125.

Tabela 1: Relação de fábricas existentes em Pelotas em 1853.

Tipo de fábrica	Quantidade
Charqueadas	38
Olarias	37
Velas e sabão	3
Curtume	2
Velas	2
Chapéus	1
Queimar ossos	1
Curtume e invernização [sic]	1
Curtume e cola	1
Cerveja e vinagre	1
Licores	1
Pólvora	1
Velas de cera	1
Azeite de égua [sic]	1

Fonte: DE PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO A ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. CENSOS DO RS, 1803-1950. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística/Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1981, p. 63.

Outra fonte bastante interessante sobre a produção econômica de Pelotas é um mapa elaborado entre 1862 e 1864 que demonstra as fábricas e produtos de alguns municípios da Província. Sobre Pelotas, o mapa indica uma fábrica de cerveja em grande escala, quatro fábricas de chapéus, cinco fábricas de velas de sebo, 4 fábricas de sabão, quinze fazendas de gado vacum, algumas lavouras de

feijão e mandioca, poucas de fumo e milho, além de 28 olarias de tijolos e uma de louças⁵⁶.

O recenseamento imperial de 1872 também pode ajudar a desvendar as atividades econômicas executadas em Pelotas. A partir da ocupação da população descrita no censo, podem ser observar grande quantidade de ofícios e profissões, envolvendo profissionais liberais (como religiosos, juristas, profissionais da área da saúde, professores, empregados públicos e artistas), proprietários e capitalistas, industriários e comerciantes, operários ligados às profissões manuais e mecânicas, profissões agrícolas, assalariados e pessoas envolvidas com o serviço doméstico.

Tabela 2: Ocupações da população livre e cativa pelotense, 1872.

Ocupação	Livres	Escravos
Lavradores	2945	26
Criados e jornaleiros	1943	117
Comerciantes, guarda-livros e caixeiros	1426	-
Serviço doméstico	1321	931
Costureiras	1174	106
Artistas	585	55
Em madeiras	422	24
De calçados	330	19
Capitalistas e proprietários	201	-
Manufatores e fabricantes	201	-
Em metais	169	8
Marítimos	121	46

⁵⁶ DE PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO A ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, p. 72.

Em couros e peles	87	6
Criadores	62	-
Professores e homens de letras	51	-
Empregados públicos	38	-
De chapéu	36	13
Militares	28	-
De edificações	28	6
Canteiros, calciteiros, mineradores e carrouqueiros	20	2
Advogados	15	-
Farmacêuticos	11	-
Médicos	10	-
De vestuário	9	4
Notários e escrivães	5	-
Procuradores	5	-
Parteiros	4	-
Religiosos	2	-
Cirurgiões	2	-
Juízes	1	-

Fonte: RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL, 1872. Disponível em:

<http://biblioteca.ibge.gov.br/> . Último acesso em 09/02/2011.

Os dados obtidos mostram uma diversidade muito maior do que a geralmente traçada pelos estudos sobre a cidade de Pelotas. Não só da charqueada sobrevivia Pelotas, a população pelotense livre e escrava esteve ligada a atividades que vão desde o plantio de produtos agrícolas e a criação de animais, às atividades manuais, profissões liberais, ao comércio, às artes, etc. Muito além da exclusividade da

charqueada, Pelotas possuía um núcleo urbano e rural muito consistentes, com uma grande diversidade econômica. Entender de que forma a escravidão também foi diversa em Pelotas é um dos objetivos da presente pesquisa.

População

Como visto anteriormente, no momento da fundação da freguesia de São Francisco de Paula, 1814, o número de habitantes contabilizados se resumia a 2.419 habitantes, sendo 1.226 escravos (50,7% da população), 712 brancos (29,4%) e 232 livres de todas as cores (9,6%)⁵⁷, crescendo para cerca de 4.300 no momento de elevação a vila, em 1830. Com a revolta farroupilha, que tomou conta da província entre os anos de 1835 a 1845, as atenções estavam voltadas aos assuntos bélicos, havendo uma paralisação dos serviços estatísticos. Somente em 1846 foram realizadas novas investidas nessa área. Infelizmente, a fonte consultada só dispõe dos dados sobre a população livre, contabilizada em 6.428 indivíduos⁵⁸.

Em 1858 a cidade de Pelotas já estava consolidada como uma das maiores e mais proeminentes da Província do Rio Grande do Sul. A população registrada era de mais de 10 mil pessoas, sendo 4.122 escravos, o que representava 38,3% da população. Quatorze anos depois, segundo o censo Imperial de 1872, a população quase dobrou em tamanho, chegando a 21.092 habitantes, apenas 17% (3.586 indivíduos) dos quais escravos⁵⁹. De acordo com esses dados, a diminuição da população escrava em Pelotas ao longo da segunda metade do século XIX teria se

⁵⁷ DE PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO A ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, p. 50.

⁵⁸ Ibidem, p. 60.

⁵⁹ *RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL, 1872. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Último acesso em 09/02/2011.*

dado tanto em números absolutos quanto relativos, influenciada pela interrupção do tráfico de transatlântico de escravos em 1850.

Tabela 3: Evolução da população escrava em Pelotas, 1814 - 1884.

Ano	População escrava	Taxa de crescimento anual
1814 (a)	1.226	
1858 (b)	4.122	20
1873 (c)	8.141	74
1884 (c)	5.914	-102

Fontes:

(a) DE PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO A ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, p. 50;

(b) Biblioteca Pública Pelotense, Volume 619. CUNHA, Alberto Coelho da. População do município em 1858, repartida por distrito e número de habitantes por condição, s.d;

(c) Quadro demonstrativo da população escrava no município de Pelotas, Província de São Pedro do R.S. de 30 de setembro de 1873 a 30 de junho de 1884. Correio Mercantil, Pelotas, 23 de agosto de 1884

Os dados do censo Imperial de 1872, entretanto, mostram algumas inconsistências no que se refere à população escrava pelotense. Isso porque um levantamento publicado em 1884 que procurava comparar a população escrava a partir das matrículas entre 1873 e 1884 apontou uma população cativa de 8141 indivíduos, sendo 5125 homens e 3016 mulheres, matriculados até 1873. Já em 1884 a população escrava matriculada teria decrescido para 5918 indivíduos (3666 homens e 2252 mulheres). Dispondo os dados disponíveis sobre a população escrava em Pelotas é possível observar que houve um crescimento do número de escravos até pelo menos 1872 na cidade e que, mesmo às vésperas da abolição

ainda existia um número importante de cativos em Pelotas. E, se observa-se a taxa de crescimento anual, é possível verificar que entre 1858 e 1872 o crescimento da população escrava em Pelotas foi mais de três vezes maior do que entre 1814 e 1858 quando, teoricamente, as condições de aquisição de escravos com a ampla oferta de africanos recém chegados do outro lado do Atlântico seriam mais propícias para a compra de cativos. O declínio da escravidão em Pelotas teria ocorrido somente após 1872, com a promulgação da conhecida lei do ventre livre. E como mostra a taxa de crescimento anual negativa, foi um declínio que ocorreu de forma muito intensa e rápida.

Nos próximos capítulos procurarei entender melhor as transformações ocorridas na população escrava e em sua distribuição entre os escravistas pelotenses após a cessação do tráfico transatlântico. Pelo observado até então é possível ver que tal fenômeno não chegou a afetar de forma irreversível a escravidão em Pelotas, pelo menos no que indica os dados demográficos. É necessário, porém, qualificar melhor essa afirmação e aumentar a lente de observação para analisar a estrutura da escravidão de forma mais próxima.

Capítulo III: Estrutura de posse escrava em Pelotas

Nesse capítulo, procuro caracterizar os cativeiros pelotenses a partir da análise da estrutura da posse de cativos na cidade, buscando identificar a composição e estabilidade desses cativeiros para uma maior aproximação das condições demográficas das senzalas escravas no período a partir do que é demonstrado na bibliografia sobre o tema. Os estudos sobre a estrutura de posse escrava indicam que as grandes concentrações de escravos estavam ligadas às regiões e economias voltadas à produção de produtos para exportação, as *plantations*. Nessas regiões, além do elevado número de escravos, o alto grau de masculinidade, de adultos e africanos apontam para a dinamicidade da economia, a proximidade com as redes comerciais, especialmente com as redes de tráfico, e a facilidade do acesso à compra de cativos. Por outro lado, como afirma Schwartz, “em áreas menos fortemente ligadas à economia exportadora ou com menor acesso ao tráfico atlântico de escravos poderíamos esperar encontrar razões de masculinidade menores, mais crioulos e pardos e mais mulheres e crianças”⁶⁰. Claro que esse debate se refere ao período no qual o tráfico transatlântico era ativo, mas pode ser relacionado também ao período posterior ao fim do tráfico. Assim, as regiões com economias mais fortes teriam maiores condições de manter grandes plantéis de escravos e resistir à crise de mão-de-obra causada pelo fim do tráfico, inclusive com a compra de cativos das regiões periféricas⁶¹. Se torna fundamental

⁶⁰ SCHWARTZ, Stuart B. *Op. cit.*, 1988, p. 290.

⁶¹ Ver, por exemplo, o estudo de Slenes sobre a economia cafeeira da Província do Rio de Janeiro entre 1850 e 1888. Neste artigo, o autor destaca a capacidade econômica da cafeicultura para aquisição de escravos de outras regiões do Brasil. Por outro lado, segundo o autor, a crise da charqueada nos anos 1870, combinada com o aumento da demanda de braços na lavoura do café, marcariam o início de um período de grande saída de escravos

nesse estudo, verificar como a estrutura de posse escrava e a composição demográfica da população cativa se relacionam, como se apresentam em Pelotas e quais semelhanças e peculiaridades guardam perante as outras regiões do Brasil. Para tanto, procurarei balizar os dados obtidos com aqueles fornecidos pela historiografia consolidada sobre a escravidão no Brasil.

Assim, busco a compreensão das características dos cativeiros em Pelotas na segunda metade do século XIX, bem como a disseminação da propriedade escrava, para verificar as dificuldades e os limites impostos pelo fim do tráfico aos proprietários de escravos, se houve possibilidades de manutenção dos plantéis e quais as possibilidades para tal. Assim, analiso 1077 inventários *post-mortem* abertos entre 1850 e 1884 e referentes ao município de Pelotas. Através dos inventários é possível verificar a presença ou não de escravos entre os bens arrolados, assim como o tamanho e caracterização dos plantéis, quando existentes. Como forma de observar a evolução da distribuição escrava em Pelotas, os inventários foram distribuídos, segundo a data de sua abertura, em intervalos de cinco anos, conforme apresentado na Tabela 4. Como a opção metodológica foi a de utilizar a totalidade de inventários referentes a custodiados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, observa-se que há um aumento progressivo do número de inventários ao longo dos anos até 1879, possivelmente ocasionado pelo crescimento populacional verificado no município no período em questão.

do Rio Grande do Sul. SLENES, Robert. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da Província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: DA COSTA, Iraci del Nero (Org.). *Op. cit.*, 1986, pp. 103-155.

Tabela 4: Distribuição dos inventários analisados. Pelotas, 1850 - 1884.

Período	Quantidade de inventários	%
1850 a 1854	099	09,2
1855 a 1859	122	11,3
1860 a 1864	129	12,0
1865 a 1869	152	14,1
1870 a 1874	180	16,7
1875 a 1879	227	21,1
1880 a 1884	168	15,6
Total:	1077	100,0

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas, 1850 – 1884

No geral, 66,1% dos indivíduos com inventários abertos entre 1850 e 1884 eram proprietários de escravos, com seus plantéis variando entre um único escravo e 159 cativos. É preciso ressaltar que a taxa de 33,9% de inventariados que não possuíam escravos representa uma taxa mínima, visto as características da fonte utilizada. É sabido que os inventários tendem a subrepresentar a parcela mais desfavorecida da população, por não contemplarem a totalidade dos agentes sócio-econômicos já que nem todos os falecidos tinham bens a inventariar. Além disso, as custas do processo poderiam ser um fator de desincentivo aos familiares dos falecidos mais pobres, levando os mesmos a preferir uma divisão extrajudicial e amigável dos bens a arcar com os valores que reduziram ainda mais o montante a ser herdado.

Dois terços da população inventariada de Pelotas na segunda metade do século XIX eram proprietários de escravos, o que demonstra uma significativa disseminação da instituição escravista na cidade no período marcado pela crise de mão-de-obra causada pelo fim do tráfico transatlântico de escravos, o acirramento do comércio interprovincial e o progressivo encarecimento do braço cativo. Alguns estudos sobre escravidão no meio urbano mostram que os valores encontrados para Pelotas são significativos. É preciso, contudo, ter cuidado com as comparações de dados para dar a devida atenção às especificidades das realidades pesquisadas. Isso porque os estudos utilizados como comparativos se reportam em alguns momentos a regiões e períodos com características bastante peculiares, o que torna dificultoso uma comparação mais aprofundada das realidades.

Feitas essas ressalvas, começo enumerando referências a regiões urbanas, mais semelhantes à realidade de Pelotas do que as rurais. Segundo os dados compilados por Schwartz, “cerca de metade dos domicílios nos centros urbanos de São Paulo e Ouro Preto, por exemplo, tinham menos de um escravo”. O mesmo autor verifica que 46% dos domicílios em São Paulo possuíam cativos em 1836, enquanto que em Ouro Preto a proporção era de 41% em 1804. Quando o autor vale-se de um censo publicado pela paróquia de São Pedro, em Salvador, no ano de 1775, observa que 47% dos domicílios nessa localidade possuíam pelo menos um escravo⁶². Assim, em nenhum dos casos analisados pelo autor a taxa de não proprietários foi inferior a 53%, diferentemente do observado por João José Reis para a cidade de Salvador na primeira metade do século XIX. Partindo de uma amostra de 395 inventários relativos à cidade de Salvador entre 1800 e 1850, Reis observa que em apenas 13% dos inventários não estavam arrolados um escravo

⁶² SCHWARTZ, Stuart B. *Op. cit.*, 1988, p. 369.

sequer⁶³. Buscando dados para as regiões do sul do Brasil, nas localidades urbanas de Porto Alegre e Viamão, no Rio Grande do Sul, 45% e 35%, respectivamente, dos fogos não eram habitados por escravos no último quartel do século XVIII⁶⁴.

Se é possível identificar semelhanças nas taxas de não proprietários na população de Pelotas e de outras regiões urbanas do Brasil e do Rio Grande do Sul, o mesmo não ocorre quando são observadas as regiões rurais. Em geral, a parcela da população que não possui escravos nas regiões rurais é muito menor. Manolo Florentino e José Roberto Góes ao analisarem os inventários do meio rural fluminense observam que apenas 12% deles não possuíam escravos entre 1790 e 1830⁶⁵. Taxas menores são encontradas por João Fragoso utilizando os inventários da Capitania (e depois, Província) do Rio de Janeiro entre 1810 e 1830: cerca de 10% dos inventários não arrolavam escravos⁶⁶. Ainda em relação ao Rio de Janeiro, de acordo com Ricardo Salles, apenas 3% dos proprietários de Vassouras, no Vale do Paraíba Fluminense, não possuíam escravos entre 1821 e 1880⁶⁷. Bastante díspar são os dados de Agnaldo Valentin que, ao estudar a formação da riqueza em duas localidades produtoras de arroz no Vale do Ribeira entre 1800 e 1880, observou através do estudo das listas nominativas de 1801 e 1836 que apenas 38% dos fogos em Xiririca e 26% em Iguape apresentavam escravos no primeiro ano⁶⁸. Já para 1836 não houve grande mudança: em Iguape 28,7% dos fogos possuíam

⁶³ REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil*. A história do levante dos Malês em 1835. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 32.

⁶⁴ GOMES, Luciano Costa. Estrutura etária e de gênero da população cativa e estrutura de posse de escravos em Porto Alegre a partir do rol de confessados de 1872. In: *VII Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2009, p. 249; KÜHN, Fábio. Op. cit., 2004, p. 55.

⁶⁵ FLORENTINO & GÓES, Op. cit., p. 52.

⁶⁶ FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 92.

⁶⁷ SALLES, Ricardo. Op. cit., p. 156.

⁶⁸ VALENTIN, Agnaldo. Op. cit., p. 36.

escravos enquanto que Xiririca apresentou um pequeno decréscimo para 33,3%⁶⁹. A economia do arroz na região, no período em questão, encontrava-se apenas em sua fase de gênese e expansão, tendo encontrado seu auge somente entre as décadas de 1840 e 1860. Aliada a essa explicação, o fato de o autor utilizar as listas nominativas torna possível visualizar a composição de todos os fogos das localidades, diferentemente dos inventários que, como explicado anteriormente, tendem a privilegiar as camadas mais abastadas da sociedade em detrimento daquelas com poucos bens. Apesar de Valentin utilizar inventários para verificar a estrutura de posse nas localidades selecionadas após 1840 infelizmente o autor não oferece no seu texto a proporção de inventários escravistas e não-escravistas.

Para o Rio Grande do Sul, Thiago Leitão de Araújo identificou que na região de Cruz Alta, localizada no planalto sul-rio-grandense e caracterizada pela economia agropastoril, 75,1% dos proprietários de bens de raiz entre 1834 e 1879 eram possuidores de cativos⁷⁰. Por analisar somente os inventários onde existe o arrolamento de bens de raiz a taxa encontrada por Araújo tende a não privilegiar as camadas mais pobres da sociedade em questão, possivelmente não escravistas. Sendo assim, é possível que mais de 25% da população não era proprietária de escravos.

Mantendo as devidas ressalvas quanto às comparações propostas é possível identificar que, quanto à difusão da propriedade escrava, Pelotas se destacava no interior de um conjunto de cidades pela ampla exploração do braço cativo, o que não

⁶⁹ Ibid., p. 40.

⁷⁰ ARAÚJO, Thiago Leitão de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila da Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008, p. 40.

é tão significativo quando comparado às baixas taxas de não-escravistas nas regiões rurais, sejam elas voltadas à produção para o mercado externo ou para o abastecimento interno. Entretanto, se for observada a presença de não escravistas a cada cinco anos no período selecionado, verifica-se que ela foi se acentuando até 1884, conforme é exibido no Gráfico 1.

Gráfico 1: Inventários sem escravo. Pelotas, 1850 - 1884.

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas, 1850 – 1884

Se na primeira metade da década de 1850, a disseminação da propriedade escrava em Pelotas pode ser comparada com as regiões mais dinâmicas da economia, com índice de apenas 6% de não proprietários, a evolução desse índice mostra o quão frágil foi a propriedade de cativos na região. Tanto em números absolutos quanto relativos, os não escravistas tiveram cada vez mais importância no interior da totalidade dos inventários, chegando a representar 54,8% do total dos

inventariados no período que abrange os anos de 1880 e 1884. O fim do tráfico e a dificuldade de manutenção dos plantéis frente ao fortalecimento do comércio interprovincial de escravos surtiram um efeito importante na escravidão em Pelotas já na metade da década de 1850: em cinco anos a importância relativa dos não-escravistas praticamente triplicou na cidade. Outro salto expressivo ocorreu na segunda metade da década de 1870, se aproximando dos 50% do total de inventariados, talvez proporcionado pela descrença na instituição escravista com a lei de libertação dos nascituros de 1872. A utilização de mão-de-obra escrava na década de 1880, talvez pela iminência do fim da escravidão, tornou-se dificultosa para a maior parte dos indivíduos amostrados. A partir desses dados pode-se verificar que o contexto do final do século XIX, marcado pelo encerramento do tráfico atlântico de escravos e encarecimento do braço cativo, dificultou bastante a aquisição de novos escravos e a manutenção dos plantéis em Pelotas, fazendo com que muitos indivíduos abandonassem o investimento nesse tipo de bem.

Heloísa Teixeira, ao analisar a estrutura da posse escrava em Mariana, Minas Gerais, entre 1850 e 1888, oferece dados passíveis de comparação com os obtidos para Pelotas. De forma geral, 27,1% dos 539 inventários utilizados pela autora não possuíam escravos arrolados. Utilizando os dados oferecidos, é possível acompanhar a evolução das taxas de proprietários ao longo das décadas finais da escravidão. O índice, que na década de 1850 foi de 26,9%, se manteve mais ou menos estável – 27,9% na década de 1860 e 21,7% na década de 1870 – até o final da escravidão, alcançando o valor de 46,5% entre 1880 e 1888⁷¹. O cotejamento dos dados para Pelotas e Mariana mostra que a propriedade escrava no município

⁷¹ TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Op. cit.*, p.16.

mineiro foi mais estável frente às dificuldades impostas pelo fim do tráfico transatlântico do que na localidade sul-rio-grandense.

O crescimento da taxa de não proprietários em Pelotas ao longo da segunda metade do século XIX não foi sempre acompanhado, entretanto, pela quantidade de escravos distribuídos nos inventários. O exercício proposto aqui é o de acompanhar a total relativo de escravos inventariados em cada quinquênio de forma a verificar se o decréscimo da proporção de inventários escravistas na sociedade pelotense representa também a redução do número de escravos arrolados na documentação. Ao analisar a variação das quantidades de escravos a cada período de cinco anos, observa-se que os momentos onde a taxa de não proprietários teve um crescimento mais elevado (finais das décadas de 1850 e 1870) foram acompanhados por uma queda significativa da quantidade de escravos arrolados (ver Gráfico 2, que exhibe as variações da taxa de não escravistas e da participação relativa dos escravos frente à sua totalidade). Já nos períodos onde o crescimento do índice de não escravistas foi menor (entre o final da década de 1860 e o início da seguinte), o número de escravos arrolados teve um pequeno aumento. Pode-se conjecturar que, apesar de ter sido dificultosa a manutenção da escravidão em Pelotas, não o foi para toda a população escravista já que alguns escravistas tiveram a possibilidade de manter, e quem sabe, ampliar seus plantéis. Os dados a seguir ajudam a compreender melhor como se deu esse processo.

Gráfico 2: Evolução da Taxa de não escravistas e da Participação relativa dos escravos nos inventários. Pelotas, 1850 - 1888.

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas, 1850 – 1884

Para acompanhar melhor a distribuição dos escravos nos plantéis, elaborei a Tabela 2 (abaixo) com alguns dados estatísticos da distribuição escrava em Pelotas no período estudado, dividido a cada cinco anos. Ela apresenta a quantidade de inventários escravistas, o número de escravos arrolados, bem como a média, mediana e moda da posse escrava em cada período. As últimas duas colunas são dedicadas para o Coeficiente de Gini, um dado estatístico que representa a concentração de riquezas – no presente caso, a propriedade escrava⁷². Infelizmente,

⁷² O coeficiente de Gini corresponde a um índice estatístico, largamente utilizado para medir a concentração de renda e riqueza a partir de uma situação hipotética de igualdade absoluta. Ele é expresso em uma escala que vai de 0,0 a 1,0, onde 0,0 representa a

a bibliografia sobre escravidão no Brasil que utilizei como parâmetro comparativo não esclarece sobre os métodos utilizados para o cálculo quando apresenta o coeficiente de Gini. A exceção é o estudo de Francisco Vidal Luna e Herbert Klein sobre a sociedade e economia escravista em São Paulo entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do século XIX. Nesse estudo, os autores apresentam valores calculados para o coeficiente de Gini explicitando a população estudada⁷³. Inspirado por esse trabalho e de forma a poder melhor comparar os dados analisados com a bibliografia, optei por calcular o coeficiente de Gini a partir de duas formas diferentes. Na primeira, o cálculo é referente à distribuição da propriedade escrava entre toda a população inventariada, seja ela escravista ou não. Na segunda forma, o coeficiente de Gini foi calculado excluindo os casos de não escravistas.

Os dados apresentados sugerem que, paralelamente ao crescimento relativo da parcela dos inventários que não possuíam escravos, houve um processo de acentuação da concentração da propriedade cativa entre os inventários analisados até o fim do período estudado. Novamente, o período que vai dos anos 1865 a 1879 volta a se destacar do conjunto. Enquanto a tendência é de queda do número médio de escravos e da participação dos escravistas em relação ao total de inventariados (como visto no Gráfico 1), nesse período ocorre um aumento do número de escravos arrolados, da média de cativos nos plantéis e do número absoluto de inventários escravistas em relação ao final da década de 1850 e o início da seguinte. Tal movimento pode sugerir uma adaptação às dificuldades ocasionadas pelo fim do

igualdade perfeita e 1,0 a concentração absoluta da riqueza. Assim, quanto mais alto seu valor, mais concentrada a posse de escravos ou menos equitativa a distribuição de escravos entre os proprietários. O cálculo do Coeficiente de Gini nesta pesquisa foram feitos através do site: <http://www.wessa.net/co.wasp>

⁷³ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Evolução da sociedade e da economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2006, pp. 153 et seq.

tráfico, pelo menos para alguns dos setores da população que puderam manter os seus plantéis. No período em questão, houve um reaquecimento da economia do charque na região, que pode ter trazido mais dinamicidade à economia pelotense e feito com que não só os charqueadores, mas outros indivíduos buscassem novos cativos no mercado interno para o incremento de suas produções⁷⁴.

Tabela 5: Distribuição da propriedade escrava. Pelotas, 1850 - 1884.

Período	(A)	%	(B)	%	Média	Mediana	Moda	(C)	(D)
1850 a 1854	93	13,1	1182	18,3	12,8	5	5	0,64	0,62
1855 a 1859	100	14,0	965	14,9	9,7	6	2	0,62	0,54
1860 a 1864	101	14,2	784	12,1	7,8	4	1	0,69	0,60
1865 a 1869	104	14,6	1024	15,8	9,9	5	2	0,75	0,64
1870 a 1874	123	17,3	1129	17,4	9,2	5	1	0,70	0,57
1875 a 1879	115	16,2	949	14,7	8,3	4	2	0,81	0,63
1880 a 1884	76	10,7	439	6,8	5,8	3	1	0,82	0,59
1850 a 1884	712	100,0	6477	100,0	9,1	4	1	0,74	0,61

(A): Quantidade de inventários escravistas;

(B): Quantidade de escravos arrolados;

(C): Coeficiente de Gini relativo à totalidade dos inventários;

(D): Coeficiente de Gini relativo aos inventários escravistas.

* Referentes à posse escrava.

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas, 1850 – 1884

Atentando para as colunas referentes ao coeficiente de Gini, observa-se que os dois valores obtidos não são correspondentes entre si. Ao analisar a totalidade da

⁷⁴ CORSETTI, Berenice. *Op. cit.*, p. 140 et seq.

população com inventários abertos, a tendência é clara: crescente concentração da propriedade escrava. Os dados de Luna e Klein para São Paulo, no entanto, mostram uma concentração muito mais acentuada nessa região, variando entre 0,88 e 0,90 na província como um todo⁷⁵. Tal concentração reflete o fato de menos de 30% dos domicílios relacionados nos censos analisados pelos autores possuírem escravos, diferentemente de Pelotas onde a taxa de escravistas obtida a partir do estudo dos inventários entre 1850 e 1880 é igual a 66,1% e, mesmo no período de menor participação, entre 1880 e 1884, não é menor do que 45%.

Por outro lado, ao analisar somente os escravistas, não há um comportamento estável do coeficiente de Gini, se mantendo flutuante entre 0,54 e 0,64 ao longo do período estudado. Enquanto a sociedade passou a contar com menos escravistas, a propriedade de cativos se tornou cada vez mais exclusiva para alguns indivíduos. Se alguns membros da sociedade deixaram de ser escravistas, entre os possuidores de escravos, entretanto, não houve uma melhor distribuição da posse cativa. Ao contrário, apesar de oscilante, a concentração da propriedade escrava se manteve em um patamar elevado durante todo o período analisado, que pode ser observado no valor obtido quando considerado o período selecionado como um todo: 0,61.

A comparação dos dados obtidos para Pelotas com os apresentados na bibliografia mostra o quanto é significativa a concentração da posse de escravos em meio aos escravistas pelotenses. Entre o final do século XVIII e o início do século XIX, a Bahia se destacava pela importância da produção açucareira, extremamente dependente do trabalho escravo. Nas paróquias bahianas localizadas em regiões voltadas a essa produção, as concentrações da propriedade escrava alcançavam

⁷⁵ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Op. cit.*, p. 161.

patamares um pouco elevados comparados com os observados para Pelotas: coeficiente de Gini entre 0,62 e 0,77. Todavia, nas paróquias com características urbanas e nas rurais onde a produção de açúcar não era a principal atividade, mas sim o plantio de mandioca e a criação de gado, o coeficiente de Gini não atinge níveis tão elevados: paira entre 0,38 e 0,48 nessas e entre 0,23 e 0,36 naquelas. Já nas regiões caracterizadas pela produção mista de mandioca e açúcar, apesar de ter a propriedade escrava mais concentrada do que nas áreas urbanas, a distribuição era mais homogênea do que entre as áreas de engenho, entre 0,52 e 0,59⁷⁶. Nas regiões voltadas para a economia extrativa, as localidades mineiras do século XVIII analisadas por Francisco Vidal Luna apresentaram uma distribuição relativamente proporcionada da propriedade cativa, indicada pelo valor do coeficiente de Gini, que teve variação entre 0,40 e 0,57⁷⁷. Outro estudo, dedicado à análise da estrutura da posse escrava em Bananal, no Vale do Paraíba Paulista, entre 1801 e 1829 – período onde ocorre a substituição da agricultura de abastecimento para a cafeicultura – revela uma concentração importante e estável da propriedade escrava, entre 0,63 e 0,66⁷⁸. Por último, é válido fazer a referência ao estudo de Horácio Gutiérrez, por se debruçar sobre uma zona distinta, onde as principais atividades econômicas eram a agricultura de subsistência e a pecuária entre 1804 e 1824. Aí, apenas em 20% dos fogos havia a presença de escravos e, entre esses fogos, o coeficiente de Gini variou de 0,41 a 0,57 nas diversas localidades em 1804 e entre 0,42 e 0,60 no ano de 1824. Segundo o autor, tais

⁷⁶ SCHWARTZ, Stuart B. *Op. cit.*, 1988, p. 359.

⁷⁷ LUNA, Francisco Vidal. *Op. cit.*, 1981, p. 127.

⁷⁸ MOTTA, José Flávio. *Op. cit.*, 1999, p. 142.

valores indicam “[...] que a distribuição da propriedade de escravos não foi igualitária, mas tampouco extremamente concentrada”⁷⁹.

Volta-se novamente para os dados de Heloisa Teixeira para Mariana na segunda metade do século XIX. Segundo os resultados publicados pela pesquisadora, entre 1850 e 1888, o coeficiente de Gini relativo à propriedade escrava foi de 0,579 se mantendo, de certa forma, estável nas décadas analisadas. A autora conclui que “os abalos sofridos pelo escravismo brasileiro a partir de 1850 [...] e o desenvolvimento da cafeicultura no Sudeste não afetaram de maneira estrutural a distribuição dos escravos”⁸⁰. Por outro lado, ao refinar a análise da concentração da propriedade cativa, incluindo os inventários não-escravistas no cálculo do índice de Gini, Teixeira se surpreende com a elevação deste índice, que chegou a ser de 0,775 na década de 1880. Neste aspecto, Pelotas se assemelhava bastante com Mariana, como podemos ver pela comparação de dados. Mesmo assim, a concentração da propriedade escrava na sociedade pelotense em geral (compreendida aqui como a totalidade de indivíduos inventariados no período em questão) mostrou-se mais elevada do que na localidade mineira.

Mais uma vez é importante destacar a variedade de contextos analisados pela bibliografia, chamando a atenção para o fato de que dos estudos relacionados acima, apenas o de Teixeira abrangeu o período posterior ao fim do tráfico. De qualquer forma, comparando-se os dados, a distribuição da posse escrava em Pelotas após 1850 se destacou pela semelhança com as áreas mais dinâmicas da economia brasileira, o nordeste produtor de açúcar e o sudeste da cafeicultura. Nota-se que, apesar da produção do charque ser restrita a poucos indivíduos, a

⁷⁹ GUTIÉRREZ, Horácio. Grandes e pequenos senhores de escravos no Paraná. *Documento para Discussão*. São Paulo: IPE/ANPUH, julho, p. 19.

⁸⁰ TEIXEIRA, *Op. cit.*, p. 34.

economia charqueadora teve uma importante proeminência e sustentou uma sociedade que, no tocante à distribuição da propriedade escrava, era bastante desequilibrada e que, se considerada como um todo, viu o acirramento desta concentração ao longo da segunda metade do século XIX.

O coeficiente de Gini, apesar de ser indicativo da concentração da propriedade escrava e possibilitar a comparação dos dados obtidos por outros autores, pelos resultados verificados não permite, entretanto, uma boa visualização da evolução da distribuição da posse escrava entre os escravistas pelotenses. De forma a aprofundar essa questão, categorizei os diversos tipos de plantéis em três grandes grupos e procurei acompanhar a importância relativa de cada grupo frente ao todo. Levando em consideração que o tamanho das posses descritas nos inventários variava entre 1 e 159 cativos, procurei agrupar os plantéis de forma a evitar por mais difícil que seja, incorporar em uma mesma categoria realidades díspares de plantéis. Assim, considerei **pequenos proprietários** aqueles possuidores de até 10 cativos; **médios proprietários**, os que detinham entre 11 e 50 escravos; e, finalmente, aqueles que eram senhores de mais de 50, foram classificados como **grandes proprietários**. Assim, de certa forma, procuro me aproximar das classificações utilizadas pela historiografia, a fim de melhor proceder com as análises comparativas, porém sem deixar de utilizar padrões que possam melhor representar a realidade pelotense.

Gráfico 3: Distribuição dos escravistas segundo o tamanho dos plantéis.

Pelotas, 1850 - 1884.

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas, 1850 – 1884

Observa-se, a partir do Gráfico 3, que as pequenas propriedades representavam a maior parte das posses em Pelotas entre 1850 e 1884, perfazendo aproximadamente 80% do todo (567 proprietários). Os outros pouco mais de 20% de proprietários eram compostos de médios (121 indivíduos e 17%) e grandes proprietários (apenas 24 escravistas e 3,4%). A pequena propriedade, possuidora de até dez cativos era a regra em Pelotas, demonstrando, talvez, a importância da escravidão urbana na cidade. Desses 567 pequenos proprietários, 121 eram senhores de apenas um cativo no momento de sua morte, o que representa 17% do

total de escravistas analisados. Esses dados apontam para a verificação, em Pelotas, de algo que os estudos sobre estrutura da posse de cativos vêm demonstrando há algum tempo: a ampla disseminação dos pequenos plantéis em todas as regiões do Brasil, em especial dos plantéis únicos. De acordo com José Flávio Motta, esses trabalhos foram de grande importância para a revisão da noção presente na historiografia tradicional acerca dos padrões de distribuição da propriedade escrava⁸¹.

Assim, ao lado da grande lavoura de exportação – marcada pela monocultura, grande propriedade e exploração da mão-de-obra escrava, no modelo de Caio Prado Júnior⁸² – a pequena propriedade foi disseminada por praticamente toda sociedade brasileira. Ou seja, assim como entre os membros da elite brasileira – imbuídos pelo ideal aristocrático, que consistia em transformar acumulação gerada na circulação de bens em terras, homens e sobrados, colaborando assim para a contínua reconstrução da hierarquia social excludente⁸³ –, os menos favorecidos partilhavam dos códigos culturais correntes dessa sociedade. E entre esses códigos estava a compreensão de que a liberdade, construída em uma sociedade escravista, se baseava na oposição à escravidão. Se a escravidão era marcada pela ausência de propriedade, inclusive sobre si mesmo, a propriedade de escravo estabelecia uma barreira que separava os senhores dos escravos. Assim, se a posse de ao menos um escravo pode ser entendida como uma manifestação econômica, não pode deixar de ser vislumbrada também (e talvez, preponderantemente) como parte de um intrincado cálculo social. Se pensarmos que, no contexto do fim do tráfico

⁸¹ MOTTA, José Flávio. *Op. cit.*, 1999, p. 68.

⁸² PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia*. 17. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

⁸³ Ver: FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto*. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c.1790-c.1840. 4.ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

internacional de escravos, a posse de cativos representaria um esforço maior ainda de manutenção do *status* senhorial, talvez tenhamos no grande número de pequenos plantéis e de plantéis unitários, a disseminação e constatação da importância da posse escrava impregnada nas estratégias sociais de muitos indivíduos.

Gráfico 4: Percentual de escravos por tipos de plantéis. Pelotas, 1850 - 1884.

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas, 1850 – 1884

Se o grupo de pequenos proprietários representava cerca de 80% dos escravistas, suas posses não alcançavam 34% do total de escravos arrolados nos inventários, conforme pode ser observado no Gráfico 4. Por outro lado, os 20% maiores escravistas eram detentores de quase dois terços da mão-de-obra cativa, o que representa uma concentração brutal da propriedade escrava em Pelotas. Os cativos participantes do plantel mais comum – o unitário – representavam 1,9% da população arrolada nos inventários, ou seja, os 17% menores proprietários eram responsáveis pela posse de menos de 2% dos escravos em Pelotas. Por outro lado, 98,1% dos escravos habitavam senzalas com pelo menos outro companheiro, interagindo, se relacionando e, quem sabe, estabelecendo relações familiares dentro dos plantéis.

É interessante destacar que entre os grandes proprietários, a maioria eram charqueadores, o que mostra que a concentração de riquezas entre os grupos mais abastados da sociedade pelotense não foi apenas econômica, mas socialmente determinada. Dos 712 escravistas que tiveram seus inventários analisados, 42 (5,9%) eram charqueadores⁸⁴. Dentre o grupo dos charqueadores, a variedade dos tamanhos dos plantéis era grande: possuíam entre 8 e 159 cativos, com uma média de 53,4 escravos por charqueada. Esse grupo, ademais, era responsável pela posse de 2244 escravos, mais de um terço dos cativos arrolados nos inventários pelotenses (34,6%). A partir da Tabela 6, é interessante observar que a participação dos charqueadores na posse de escravos sofreu uma queda considerável nos primeiros anos após a proibição do tráfico transatlântico de escravos, passando de 40% para 23,1% em 15 anos. Contudo, a partir da segunda metade do da década de

⁸⁴ Foram selecionados os inventários onde constavam referências à produção do charque no arrolamento dos bens, tais como a charqueada, produtos (charque, couro, graxa, etc.), escravos charqueadores, entre outros. Ver Anexo: Inventários de charqueadores em Pelotas (1850-1884) no final deste trabalho.

1860, observa-se a volta da importância dos charqueadores na composição da escravaria pelotense, participando com pelo menos 30% do total. Destaca-se o fato de que os momentos de crescimento do número de escravos arrolados, entre a metade da década de 1860 e o final da década de 1870, correspondem ao crescimento da participação dos charqueadores na posse de cativos.

**Tabela 6: Participação dos charqueadores na posse de escravos em Pelotas
(1850 - 1884)**

Período	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)
1850 a 1854	93	8	8,6	1187	476	40,1
1855 a 1859	100	7	7,0	965	307	31,8
1860 a 1864	101	4	4,0	784	181	23,1
1865 a 1869	104	5	4,8	1024	406	39,6
1870 a 1874	123	9	7,3	1129	386	34,2
1875 a 1879	115	6	5,2	949	355	37,4
1880 a 1884	76	3	3,9	439	133	30,3

(A): Total de inventários escravistas

(B): Inventários de charqueadores

(C): Percentual de inventários de charqueadores

(D): Total de escravos

(E): Escravos de charqueadores

(F): Percentual de escravos de charqueadores

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas, 1850 – 1884

A crescente participação dos charqueadores na composição da escravaria pelotense pode ser melhor observada a partir da Tabela 7. Nela, são dispostos os valores médios de cativos possuídos por três grupos: o total dos escravistas, os charqueadores e os escravistas não charqueadores. Se observada somente a média

global, é possível verificar que, após um decréscimo significativo do primeiro para o segundo período, ela se mantém oscilante, mas conservando certa estabilidade até a primeira metade da década de 1870, passando então a cair drasticamente.

Tabela 7: Quantidades médias de escravos por proprietários. Pelotas, 1850 - 1884.

Período	Média global	Média não charqueadores	Média charqueadores
1850 a 1854	12,8	8,4	59,5
1855 a 1859	9,7	7,1	43,9
1860 a 1864	7,8	6,2	45,3
1865 a 1869	9,8	6,2	81,2
1870 a 1874	9,2	6,5	42,9
1875 a 1879	8,3	5,4	59,2
1880 a 1884	5,8	4,2	44,3
Total	9,1	6,3	53,4

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas, 1850 – 1884

Essas oscilações, contudo, são influenciadas pelas variações ocorridas nas médias observadas para o grupo dos charqueadores já que, entre os outros escravistas, o comportamento do tamanho médio dos plantéis, apesar de apresentar pequenas oscilações, é declinante entre 1850 e 1884. Observa-se, assim, duas tendências diferentes em relação à estabilidade da propriedade escrava após a interrupção do tráfico transatlântico: entre os escravistas não charqueadores – representando 94% dos proprietários de escravos – é observado o declínio e uma

maior dificuldade de manutenção dos plantéis; já entre os charqueadores, verifica-se que, se ocorreu um importante impacto inicial nos primeiros anos depois de 1850, houve capacidade de estabilização e manutenção do trabalho escravo que, aliada à racionalização dos plantéis, melhoramentos técnicos e à melhor organização do trabalho, proporcionou a sustentação da capacidade produtiva nas charqueadas⁸⁵.

Tabela 8: Concentração da propriedade escrava. Pelotas, 1850 - 1888.

Período	Pequenos proprietários		Médios proprietários		Grandes proprietários	
	% prop.	% escr.	% prop.	% escr.	% prop.	% escr.
1850 a 1854	73,1	24,0	18,3	30,3	8,6	45,7
1855 a 1859	71,0	31,6	26,0	48,0	3,0	20,4
1860 a 1864	84,2	40,6	13,9	43,4	2,0	16,1
1865 a 1869	82,7	33,5	13,5	29,4	3,8	37,1
1870 a 1874	74,0	32,6	24,4	48,4	1,6	19,0
1875 a 1879	85,2	38,5	12,2	29,5	2,6	32,0
1880 a 1884	89,5	47,8	7,9	26,7	2,6	25,5

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas, 1850 – 1884

É possível, ainda, verificar a concentração da propriedade escrava entre os escravistas de acordo com a participação relativa de cada categoria de plantel ao

⁸⁵ Em estudo anterior, identifiquei que, se houve a dificuldade de manutenção dos grandes plantéis entre os charqueadores após o fim do tráfico transatlântico de escravos, foi possível a sustentação da escravidão através de medidas que visaram racionalizar o plantel e a produção, tais como: maior presença de cativos do sexo masculino e melhor organização do trabalho escravo. Ver: PESSI, Bruno Stelmach. *O impacto do fim do tráfico na escravaria das charqueadas pelotenses (C. 1846-C. 1874)*. (Monografia de Conclusão de Curso de Graduação). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

longo dos quinquênios analisados, conforme exibido na Tabela 8. É interessante observar que, apesar da forte concentração exibida no primeiro período selecionado, há um processo de relativa desconcentração da propriedade, com a crescente importância da participação dos pequenos proprietários, enquanto os escravistas com mais de 50 cativos vêem sua participação na composição da escravaria pelotense cair de 45,7% para 16,1 entre 1860 e 1864, voltando a crescer logo depois, mas nunca ao mesmo patamar anterior. Ao mesmo tempo, até o terceiro quinquênio selecionado, os pequenos proprietários vêem sua participação na posse de escravos quase que duplicar, passando de 24% a mais de 40%. Entre esse grupo, apesar de ser observada uma queda na proporção de escravos possuídos nos próximos anos – para patamares ainda maiores do que o inicial – é destacado o crescimento da porção de proprietários, chegando a representar quase 90% dos escravistas com inventários abertos entre 1880 e 1884 e possuindo 47,8% dos escravos. O grupo de escravistas com 11 a 50 cativos sofreu alterações bastante instáveis, seja quanto à sua participação entre os escravistas quanto à quantidade de escravos possuídos. Em momentos esse grupo apresentou um crescimento do número relativo de escravistas – acompanhado pelo crescimento na proporção de escravos possuídos. Apesar disso, a tendência observada é de declínio deste grupo, principalmente no referente ao percentual de proprietários (de 18,3% para 7,9%). O que mais se destaca, novamente, a partir da análise da Tabela 5 é o crescimento do grupo de pequenos proprietários entre os quinquênios inicial e final. Sua participação na composição dos escravistas pula de 73% para quase 90% enquanto que a participação desse grupo na posse de escravos praticamente dobra.

Ser senhor de escravo em Pelotas se tornava cada vez mais difícil enquanto se avançava o final do século XIX. A interrupção das duas fontes de cativos (o

tráfico transatlântico e o ventre materno) tornou o braço escravo cada vez mais precioso no Brasil, sendo impossível para a maior parte dos indivíduos terem acesso à compra de novos escravos para a manutenção de seus plantéis, além de muitas vezes vantajoso a venda de um ou mais cativo por valores elevados no tráfico inter e intraprovincial para grandes proprietários carentes de trabalhadores nas atividades mais dinâmicas da economia.

Segundo Hebe Mattos, a partir de 1850, com a extinção do tráfico africano de escravos no Brasil, ocorreu uma profunda transformação na experiência de cativo já que, apesar de interrompida a principal fonte de escravos, os cafezais continuaram a se expandir e, para isso, precisavam adquirir escravos. O tráfico interno teria, assim, respondido à expansão dos cafezais, levando para o sudeste do Brasil cativos das regiões mais periféricas do Império, causando grandes desequilíbrios regionais. Entre os grandes proprietários compradores de cativos, destacavam-se, ainda que não soberanamente, os da região cafeeira. Entretanto, ainda segundo a autora, os senhores de engenho do Nordeste, apesar de terem se retraído como compradores de cativos, não teriam se tornado vendedores líquidos dos mesmos. Assim, mais do que um processo de concentração regional de cativos, o resultado da extinção do tráfico atlântico foi uma intensa concentração social da propriedade cativa, onde o sentido do comércio de escravos seria do pequeno para o grande proprietário⁸⁶. O mesmo parece acontecer em Pelotas. Apesar dos poucos dados para o estudo do comércio inter e intraprovincial envolvendo os escravistas de Pelotas, a análise da estrutura da posse de escravos demonstra que alguns grupos da sociedade pelotense estavam suscetíveis à perda da propriedade escrava, enquanto que outros – em especial os charqueadores – teriam melhores condições

⁸⁶ MATTOS, Hebe Maria. *Op. cit.*, p. 108-109.

de resistir à crise de mão-de-obra do final do século XIX. Em Pelotas a evidente concentração social da posse escrava pode ser observada na crescente proporção de despossuídos ao longo da segunda metade do século XIX. A propriedade cativa, que no começo da década de 1850 se distribuía entre 94% da população amostrada, estava concentrada, no primeiro quinquênio da década de 1880, nas mãos da minoria, 45,2%. Nos 25 anos que separam os quinquênios referidos anteriormente, a participação dos não-escravistas nos inventários cresceu 900%.

Por outro lado, entre os escravistas que puderam manter seus plantéis, os pequenos plantéis foram os que mais cresceram, em número de proprietários, enquanto as outras faixas perderam participação. Entre os pequenos proprietários, um grupo localizado em um limiar simbólico que dividia escravistas e não escravistas (proprietários de até quatro cativos), foi o que mais teve crescimento no período estudado. Se no primeiro quinquênio eram 42% dos escravistas e possuíam apenas 8% dos cativos, chegaram a ser 70% dos proprietários de escravos, possuidores de quase 26% dos escravos entre 1880 e 1884. Ao todo, os pequenos proprietários, como mostrado anteriormente, tiveram um importante crescimento no período analisado enquanto que os escravistas com mais de 10 cativos foram se tornando cada vez menos ao longo dos últimos anos do século XIX e possuindo cada vez menos escravos. Esses dados indicam que houve uma relativa desconcentração da propriedade escrava entre os escravistas, similar ao ocorrido em Vassouras. Segundo Ricardo Salles, o processo de concentração da propriedade escrava ocorrido no período de expansão da produção de café e da consolidação da *plantation* escravista em Vassouras (1836 a 1850) sofreu um breve revés após a interrupção do tráfico transatlântico, principalmente após 1866, com o crescimento da participação dos micros e pequenos proprietários (aqueles, segundo o autor,

possuidores de até 19 cativos). Salles evidencia que era o tráfico transatlântico o responsável pela concentração da propriedade escrava, já que possibilitava taxas diferenciadas de acumulação, com os grandes senhores mostrando-se mais capazes de efetuar essa acumulação a taxas elevadas⁸⁷.

Os dados para Pelotas mostram que houve uma mudança provocada pelo fim do tráfico transatlântico e o fortalecimento do tráfico interno, mas não creio que houve uma homogeneização das condições de acumulação e manutenção da escravidão entre os diversos setores da sociedade. É evidente que, entre os maiores escravistas – em específico, os charqueadores – houve maior capacidade de resistir ao impacto do fim da importação de africanos para o Brasil. Por outro lado, o processo de desconcentração da propriedade escrava após 1850 em Pelotas foi definitivamente marcado pela dificuldade de manutenção dos plantéis de todos os tamanhos, mas também pelo esforço dos escravistas em permanecerem dentro dos limites do grupo de escravistas, fator evidenciado pelo amplo crescimento dos proprietários de até quatro cativos.

⁸⁷ SALLES, Ricardo. *Op. cit.*, p. 157 et seq.

Capítulo IV: O perfil demográfico dos escravos pelotenses

Como visto anteriormente, a cessação do tráfico de cativos africanos para o Brasil e, logo após, a libertação do ventre das mulheres escravas fez com que a instituição da escravidão se transformasse drasticamente nos anos que sucederam tais eventos, pelo menos no que se refere à distribuição e concentração da propriedade cativa. Nas próximas páginas, procurarei identificar as características demográficas da população escrava arrolada nos inventários de Pelotas entre os anos de 1850 e 1884, no que se refere a sexo, origem e idade desta população, bem como analisar movimentos demográficos ocorridos ao longo dos 35 anos que abrangem o período estudado. Para tal, utilizarei as informações que descrevem os escravos nas listas de arrolamento e avaliação de bens dos inventários *post-mortem* de escravistas pelotenses.

A característica dos escravos que mais facilmente pôde ser identificada nos arrolamentos dos inventários foi o sexo do cativo. A partir do nome e outras características, pôde-se identificar o sexo de 6447 dos 6477 escravos (99,5%) listados nos inventários. Os 30 escravos dos quais não foi possível obter identificação de sexo eram seis indivíduos listados sem nenhuma característica e 24 recém-nascidos, muitas vezes arrolados juntamente com suas mães, descritos como “crias” e, provavelmente, ainda não batizados. Daqueles que foi possível identificar o sexo, a grande maioria, 4167 (64,6%), era do sexo masculino. As mulheres eram 2280, representando 35,4% dos escravos com sexo identificado. Não é de espantar a presença maciçamente maior de homens frente às mulheres, afinal de contas diversos estudos sobre o tráfico transatlântico de escravos mostram que a imensa

maioria de cativos trazidos da África para o Brasil durante o funcionamento do tráfico transatlântico era do sexo masculino. O estudo de Herbert Klein sobre o tráfico negreiro para os portos do Rio de Janeiro, Pernambuco e São Luís no século XVIII aponta para uma taxa de mulheres importadas de 30% a 40% do total de escravos⁸⁸. Na primeira metade do século XIX os dados de Manolo Florentino e Gabriel Berute podem orientar mais de perto sobre a taxa de masculinidade do tráfico de escravos. Florentino calcula em 76% a quantidade de cativos do sexo masculino do total de escravos exportados por via marítima e terrestre a partir do Valongo e do porto da cidade do Rio de Janeiro entre 1822 e 1833⁸⁹. Já Gabriel Berute, ao estudar o tráfico de escravos para o porto de Rio Grande entre 1788 e 1824, aponta para uma taxa de 69% de homens entre os cativos vindos para o Rio Grande de São Pedro⁹⁰.

A razão de sexos identificada para a população escrava em Pelotas no período que se estende entre 1850 e 1884 foi de 183 homens para cada grupo de cem mulheres. Tal valor, entretanto, variou bastante ao longo dos 35 anos estudados, conforme exibido no Gráfico 5, abaixo. No primeiro quinquênio, os escravos do sexo masculino eram pouco mais de o dobro das escravas (791 e 394, respectivamente). Houve uma queda brusca da proporção de homens sobre mulheres na população cativa de Pelotas nos primeiros 15 anos após o encerramento do tráfico transatlântico, fazendo com que a taxa declinasse de 201 para 135 homens para cada grupo de 100 mulheres. Tal movimento pode ter sido resultado de diversas situações. Primeiramente, pode ter havido uma saída em

⁸⁸ KLEIN, Herbert., Apud: SCHWARTZ, Stuart B. *Op. cit.*, 1999, p. 286.

⁸⁹ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 221.

⁹⁰ BERUTE, Gabriel. *Dos escravos que partem para os portos do sul: Características do tráfico negreiro no Rio Grande de São Pedro do Sul*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006, p. 55.

massa de homens da população, vendidos, via tráfico interno, para escravistas das províncias do sudeste. Paralelamente à venda de escravos do sexo masculino, a própria reprodução natural dos escravos pode ter colaborado para o equilíbrio dos sexos. Por outro lado, a partir da segunda metade da década de 1860, a razão de sexos volta a crescer, se aproximando e, após 1875, ultrapassando o valor do quinquênio inicial, o que pode sugerir que os escravistas de Pelotas tiveram condições de participar de forma ativa do comércio inter e intraprovincial, adquirindo escravos do sexo masculino no mercado.

Gráfico 5: Razão de sexos da população escrava pelotense. 1850 - 1884.

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas, 1850 – 1884

Os dados para Pelotas mostram-se bastante singulares, se comparado com outras regiões do Brasil, seja pelo processo de queda inicial da razão de sexos após

a interrupção do tráfico transatlântico seguida por uma elevação da mesma no final da década de 1860, seja pela grande disparidade da composição sexual da população. Ricardo Salles, ao analisar a distribuição sexual da população escrava de Vassouras ao longo de grande parte do século XIX, observou a tendência ao decréscimo da razão de masculinidade conforme o avanço da segunda metade do século. Os dados do autor apontam para uma queda da razão de sexos de 159 no decênio de 1851 a 1860 para 128 ao longo da década de 1870. As possíveis explicações para tal evento, segundo o autor, residem em duas hipóteses: diminuição da entrada de homens provenientes de outras províncias e regiões fluminenses ou o aumento da taxa de natalidade na comunidade escrava. Ambas as hipóteses não são excludentes, podendo ter combinado no processo de equilíbrio sexual dos plantéis de Vassouras⁹¹.

Por outro lado, os dados de Stuart Schwartz para seis engenhos bahianos no ano de 1816 mostram uma proporção sexual equivalente a 275 homens a cada grupo de 100 mulheres⁹². As comparações com os dados apresentados por essa pesquisa necessitam de um cuidado maior já que entre 1810 e 1825 o tráfico transatlântico passava por um momento de aceleração da oferta de cativos⁹³ e no período analisado na presente pesquisa, estava extinto. Ainda, ao analisar os dados referentes aos engenhos, Schwartz deu destaque a um grupo específico de escravos, ligados a proprietários com grande proeminência econômica, possuidores de grandes plantéis, e não à população escrava como um todo.

Em Pelotas, em relação ao tamanho dos plantéis, é observado que a razão de sexos é crescente, acompanhando o tamanho dos plantéis, conforme mostrado na

⁹¹ SALLES, Ricardo. *Op. cit.*, pp. 223 et. seq.

⁹² SCHWARTZ, Stuart B. *Op. cit.*, 1988, p. 287.

⁹³ Ver: FLORENTINO, Manolo. *Op. cit.*, pp. 41-44.

Tabela 9, abaixo. Nas menores escravarias a razão de sexos entre 1850 e 1884 é bastante equilibrada, correspondendo a 101 homens para cada grupo de 100 mulheres. Nas faixas mais elevadas, a razão de sexos se torna mais desequilibrada, com um maior número de homens frente às mulheres. Nos plantéis compostos por 11 a 50 cativos, a razão de sexos é mais elevada, mostrando uma maior desproporção entre homens e mulheres. Tal desproporção chega a níveis altíssimos nas maiores escravarias. Dos 1875 escravos habitantes de senzalas com mais de 50 cativos, apenas 294 eram do sexo feminino (para cinco deles não foi possível identificar o sexo).

Tabela 9: Razão de sexos nos diferentes tamanhos de plantéis. Pelotas, 1850 - 1884.

Tamanho de plantel	Razão de sexos
Plantéis pequenos	101
Plantéis médios	166
Plantéis grandes	536

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas, 1850 – 1884

O equilíbrio sexual nos menores plantéis em contraste com o elevado desequilíbrio nos maiores não é exclusividade de Pelotas. Um estudo sobre a economia escravista de São Paulo entre 1750 e 1850 mostra resultados semelhantes aos identificados para Pelotas. Nos três anos analisados, 1777, 1804 e 1829, os plantéis de um a cinco cativos apresentavam uma distribuição sexual próxima a 100 homens, enquanto nas escravarias com mais de 40 cativos, a razão

de masculinidade nos respectivos anos era de 137, 141 e 204⁹⁴. Segundo os autores, “esse viés para a predominância numérica masculina ocorria porque os senhores mais ricos podiam comprar escravos africanos diretamente e assim adquiriam mais homens que o normal”⁹⁵.

As taxas exibidas na tabela acima não foram, entretanto, estáticas no tempo. O Gráfico 6 exibe a evolução das razões de sexos nos diferentes plantéis ao longo dos 35 anos que separam os marcos desta pesquisa. Pode-se observar que no interior dos pequenos plantéis há pouca variação das taxas de masculinidade ao longo do período estudado. Os plantéis com até dez escravos mantiveram uma razão de sexos muito próxima a 100, em alguns momentos, inclusive, favorável às mulheres. Nesses plantéis, os valores máximo e mínimo encontrados foram 131 entre 1855 e 1859 e 89 nos primeiros anos da década de 1870. Nos plantéis classificados como de tamanho médio, as variações foram maiores, observando uma alternância de crescimento e queda entre os quinquênios. Os valores oscilaram entre 128 e 216. Foi entre os escravos das senzalas com mais de 50 cativos que a desigualdade entre os sexos se mostrou mais profunda ao longo do tempo, chegando a atingir a proporção de 1300 homens para cada grupo de 100 mulheres entre 1880 e 1884. A única exceção é o período da primeira metade da década de 1860, onde há uma queda bastante significativa da proporção de homens nos plantéis. Nesse período, os dois plantéis com mais de 50 cativos apresentam mais mulheres do que homens na sua composição – são as escravarias de João Jacinto de Mendonça e Antônio de Moraes Figueiredo Visen, com 38 e 27 mulheres e 37 e 24 homens, respectivamente. Excluindo-se esse valor dispar entre os outros, a

⁹⁴ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Op. cit.*, pp. 186 et seq.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 187.

tendência observada foi de acentuação da desproporcionalidade entre os sexos na composição dos plantéis com mais de 50 cativos ao longo do final do século XIX.

Gráfico 6: Evolução da razão de sexos por tipo de plantel. Pelotas, 1850 - 1884.

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas, 1850 – 1884

As taxas encontradas para a população escrava em Pelotas são bastante destacadas se comparadas com as apresentadas pelos estudos sobre outras localidades. Através das listas de matrículas dos escravos, Robert Slenes encontrou uma razão de masculinidade da população com mais de 15 anos (excluindo, assim a

parte da população onde, teoricamente, o equilíbrio sexual é maior) equivalente a 213, variando de 94 nas posses com até nove cativos e 194 nos plantéis com mais de 10 escravos. Segundo o autor, o grande desequilíbrio entre homens e mulheres teriam implicações importantes para a família cativa, tornando diminutas as expectativas dos homens em formar uniões monogâmicas e estáveis enquanto que aumentavam o poder de barganha das mulheres em formarem uniões do seu agrado⁹⁶.

Menos freqüente é a descrição sobre a origem do escravo nos inventários. Apenas 53% apresentam algum indicativo de sua origem, seja ela africana ou brasileira. É possível fazer alguns ajustes a essa variável, incluindo sob o grupo dos crioulos aqueles escravos registrados com filiação conhecida, recém-nascidos e mestiços. Levo em consideração que o registro da filiação do escravo não era privilegiado pelos responsáveis por escrever os inventários. Dessa forma, muitos dos escravos que conheciam sua filiação não tiveram essa característica registrada. Apenas foram anotadas as filiações de escravos com as mães presentes nos plantéis, o que indica que provavelmente tais escravos nasceram no interior da senzala e que os laços de maternidade são conhecidos não só por eles, mas pelos seus senhores e, quem sabe, pela sociedade que os rodeia. Quanto aos mestiços, optei por considerar todos os pardos e mulatos que não tiveram a origem registrada como sendo crioulos. Assim foi possível identificar a origem de 4507 escravos, o que corresponde a 70,2% do total de cativos arrolados. Dos escravos com origem identificada, 68,2% eram crioulos e 31,8%, africanos. Enquanto pequenos e médios plantéis possuíam, em média, um quarto de africanos (24% e 27,8%, respectivamente), nas escravarias dos maiores proprietários, aqueles com mais de

⁹⁶ SLENES, Robert. *Op. cit.*, 1999, p. 73.

50 cativos, 48,5% dos escravos arrolados vieram do outro lado do Atlântico. Isso demonstra, talvez, a maior dinamicidade econômica dos maiores proprietários de escravos, que poderiam ter condições mais amplas de acesso ao mercado transatlântico de escravos enquanto este ainda estava em funcionamento.

Gráfico 7: Presença de africanos e crioulos na composição da população escrava. Pelotas, 1850 - 1884.

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas, 1850 – 1884

A criouliização da população escrava é um evento esperado para a segunda metade do século XIX. Com a interrupção do tráfico transatlântico e da entrada de africanos no Brasil, a escravidão passa a se sustentar a partir dos escravos aqui nascidos. O Gráfico 7 exhibe a intensidade desse processo ao longo dos anos finais da escravidão no Brasil. Verifica-se que houve um crescimento, de certa forma,

linear da proporção de crioulos na população escrava pelotense, atingindo 87,6% no final da década de 1870. Esses dados demonstram que houve uma entrada contínua de crioulos na população cativa de Pelotas, talvez nascida no interior dos plantéis locais.

Segundo Ricardo Salles, a extinção efetiva do tráfico internacional de escravos, em 1850, acarretando na crioulização da população cativa teria sido um evento de extrema importância para o processo de extinção da escravidão, implicando em novas condições nas relações entre senhores e escravos. Isso se daria pelo fato de crioulos, por terem nascido no interior da sociedade brasileira, dominarem melhor os códigos sociais vigentes, tendo mais possibilidades de construção de laços de amizade, compadrio e familiaridade, dentro e fora de sua comunidade. Dessa forma, aumentavam as possibilidades de conquista de espaços sociais, tais como a constituição de pecúlio, a compra de alforrias, o direito ao cultivo de uma roça, a formação de uniões estáveis entre os escravos com um maior poder de barganha na relação com os seus senhores, etc⁹⁷. No caso da comunidade escrava pelotense, a presença massiva de crioulos já no início da década de 1850, apresentando importante crescimento nos anos que se sucederam, pode indicar uma maior proximidade da população cativa com o setor livre da sociedade, havendo condições de os escravos transitarem e se relacionarem com ambas as comunidades.

⁹⁷ SALLES, Ricardo. *Op. cit.*, pp. 64-5.

Tabela 10: Origem dos escravos crioulos. Pelotas, 1850 – 1884.

De outras Províncias	Quantidade
Bahia	19
Ceará	11
Maceió	2
Minas Gerais	2
Paraíba	1
Pernambuco	9
Piauí	1
Rio de Janeiro	11
Santa Catarina	2
São Paulo	2
Total:	60

Da Província do Rio Grande do Sul	
Cachoeira	1
Camaquã	3
Desta cidade	4
Desta província	254
Porto Alegre	1
Total	263

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas, 1850 – 1884

A partir das descrições dos escravos, pode-se, ainda, observar algumas das redes desse comércio interno. Alguns escravos foram descritos com referências a províncias do Brasil. Apesar do número bastante reduzido de escravos que

apresentam tais informações (323, o que representa cerca de 5% do total dos escravos e 10,4% dos crioulos listados), é possível observar que houve ligações com diversas regiões do Brasil, destacadamente, Bahia, Ceará e Rio de Janeiro. Ainda que apresente poucas informações, é possível observar que houve um intenso comércio intraprovincial, no qual Pelotas absorvia parte dos cativos. Esses dados não permitem analisar todo o comércio interno de cativos, nem mesmo a participação dos escravistas pelotenses no mesmo, mas sugerem que ao menos alguns proprietários de escravos tiveram capacidade de recorrer ao mercado nacional e regional para a composição e recomposição de seus plantéis. No capítulo VII deste trabalho, utilizando os registros de compra e venda de escravos e as procurações passadas para a venda de escravos, procuro compreender melhor a dinâmica do tráfico interno envolvendo os proprietários pelotenses. Acrescenta-se, assim, outro fator importante na transformação das relações acarretada com o fechamento do tráfico transatlântico de escravos: a presença crescente de escravos deslocados de regiões distantes, carregados de uma bagagem cultural muito diversa daquela encontrada em Pelotas. Diferentemente dos africanos, esses indivíduos nasceram escravos, foram tirados de seus locais de nascimentos e trasladados para outras regiões e teriam que aprender a ser escravo em uma realidade bem diferente daquela anterior.

Como bem analisa Hebe Mattos, a partir do acirramento do tráfico interno, a lógica da escravidão não se tratava mais de escravização, mas de adaptar um cativo, arrancado de sua comunidade de origem, a uma disciplina de cativo, às vezes, bastante distinta da qual ele estava acostumado. Assim, esse crioulo negociado no tráfico interno traria para a relação com o seu senhor, que deveria se definir a partir de uma ausência de prerrogativas iniciais, toda uma bagagem de

práticas costumeiras preestabelecidas no local onde antes era explorado, como de castigo justo e injusto, de ritmos de trabalho e de condições que permitiriam a acumulação de pecúlio e o acesso à alforria que provavelmente foram bastante distintas das que encontraram nas novas senzalas⁹⁸. A julgar pela idade dos crioulos nascidos em outras províncias, pode-se imaginar o tamanho da bagagem trazida para a nova senzala: com exceção de um jovem de 12 anos, nenhum escravo tinha menos de 20 anos quando foi arrolado. Entre 20 e 29 anos eram 10, na faixa dos 30 anos, 21, dos 40 a 49 anos, 8 e com mais de 50 anos, eram 20 crioulos nascidos em outras províncias.

Analisando as razões de sexo entre os crioulos, comparativamente com os africanos, observamos as diferentes composições das duas populações. Entre aqueles que foi possível identificar como africanos, a razão de sexos era de 439 entre os anos de 1850 e 1884. Já entre os crioulos, no mesmo período, a distribuição sexual da população foi de 123 homens para cada grupo de 100 mulheres. Entre os crioulos que foram identificados alguma referência a outras cidades e províncias, a distribuição sexual observada foi bastante desequilibrada. Ao total eram 57 homens e apenas duas eram mulheres, verifica-se que as preferências de aquisição de escravos no mercado interno era prioritariamente por homens. Porém, mesmo com o grande afluxo de crioulos homens de outras províncias, a razão de sexos entre os crioulos se manteve equilibrada ao longo do período analisado, o que evidencia a importância da reprodução interna dos escravos na composição da população cativa pelotense, aliada às migrações provocadas pelo tráfico – atlântico antes de 1850 e interno após essa data.

⁹⁸ Ver: MATTOS, Hebe Maria. *Op. cit.*, pp. 151 et. seq.

Chama atenção a presença, ainda que tendendo ao desaparecimento dessa população, de africanos, que compuseram ao longo do período mais de 30% dos escravos com origem identificada e que, até a metade da década de 1880 eram cerca de 20% dos mesmos, o que pode indicar certa longevidade dos cativos. A presença desses africanos é de extrema importância para a caracterização da comunidade escrava e das formas de relacionamento que se estabeleciam no seu interior. Não é possível entender a comunidade escrava sem levar em conta a proximidade com indivíduos africanos que, como africanos e filhos de africanos, compartilhavam de uma cultura permeada de valores e significados vindos diretamente da África. Se os nascidos no Brasil estariam um pouco mais distantes da cultura africana, os dados do Gráfico 7 mostram que, até 1885, eles ainda conviviam com indivíduos que nasceram na África. Logo, a criouliização não parece tender diretamente ao enfraquecimento do fator africano na cultura, religião e nas formas de relação da comunidade escrava, dada à proximidade com as fontes africanas de sua cultura que ainda permaneceram presentes na população, com as experiências e heranças dos escravos africanos nas senzalas de Pelotas ao longo da segunda metade do século XIX.

Para entender que tipos de experiências tiveram esses escravos na África é necessário perceber de quais regiões os mesmos vieram, procurar identificar sua etnia e compreender quais valores e signos fizeram a viagem para o Brasil junto com esses indivíduos. Na fonte utilizada são poucas as indicações sobre nação, região ou porto de origem dos escravos arrolados. Em muitos casos, os africanos são descritos com origens genéricas, como “África”, “da costa” ou “nação”, mas algumas descrições mais precisas aparecem na documentação. É importante destacar que essas informações não são por si só inteiramente confiáveis. A descrição da nação

informada é uma atribuição muitas vezes baseada nos portos africanos de embarque, que não reconhecia diferenciações étnicas, políticas, culturais e religiosas das sociedades africanas. Sendo assim, a origem geográfica indicada por *mina*, *gege*, *angola*, etc., não constitui uma informação necessariamente indicativa do local de nascimento do indivíduo escravizado. Em geral, quando o documento menciona o termo “nação”, estão se referindo aos portos africanos nos quais os mesmos foram embarcados. Dessa forma, grupos de diversas etnias e capturados em diferentes regiões eram registrados sob a mesma designação. É importante ressaltar que provavelmente não havia uma preferência por escravos de uma origem específica e que tal dado demonstra a oferta de cativos proporcionada pelas redes transatlânticas de tráfico⁹⁹.

Apesar de os inventários pouco descreverem as regiões de origem dos escravos africanos – o que demonstra que o conhecimento da origem dos cativos e das diversas culturas africanas muitas vezes não era essencial para os escravistas e para as camadas mais abastarda da população – foi possível identificar tal informação para 473 dos 1445 africanos, o que representa 32,7% dos mesmos. A Tabela 11 organiza as informações referentes às regiões africanas dos escravos, reunindo em três grandes grupos, de acordo com um critério cultural/geográfico: África ocidental, central atlântica e oriental. Os escravos da África Ocidental formaram grande parte da população em questão, em especial os descritos como Mina. Os escravos da região central atlântica também constituíam uma importante parcela dos africanos. Entre os oriundos da costa oriental, sua contribuição, em termos numéricos é bem menor. É importante destacar a contribuição da África Ocidental na formação da população escrava em Pelotas e das experiências vividas

⁹⁹ SCHWARTZ, Stuart B. *Op. cit.*, 1988, p. 283.

por esses indivíduos na constituição de uma cultura afro-brasileira no sul do Brasil. Contrariamente ao percebido por Robert Slenes ao estudar o sudeste escravista¹⁰⁰ – onde os cativos da região de Congo e Angola, na costa central atlântica da África representavam a maioria da população de origem africana – em Pelotas a presença dos escravos vindos de sociedades falantes de línguas bantu apesar de importante, não foi predominante. Na procura pelas raízes africanas da comunidade escrava em Pelotas é necessário atentar não só às populações das regiões onde atualmente se encontra Angola e Congo, mas também às populações da Costa dos Escravos (correspondente à região do Golfo da Guiné) e à contribuição cultural de diversas etnias que habitavam a região.

Tabela 11: Origem dos escravos africanos. Pelotas, 1850 - 1884.

África Ocidental	Cabo Verde	2
	Calabar	1
	Haussá	1
	Jeje	3
	Mina	177
	Nagô	28
	São Tomé	1
Total		213
África Central-Atlântica	Angico	1
	Angola	19
	Benguela	59
	Cabinda	29
	Camundá	2
	Cassange	12
	Congo	54

¹⁰⁰ SLENES, Robert, *op. cit.*, 1999, pp. 142 et.seq.

	Monjolo	17
	Rebolo	12
	Total	205
África Oriental	Inhambane	8
	Moçambique	45
	Quelimane	1
	Total	54
*	Mofumbe	1
	Total de origens conhecidas	472

* Região desconhecida

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas, 1850 – 1884

Em relação à idade da população cativa, foi possível identificar tal característica para 88,7% dos escravos arrolados nos inventários. Mesmo com a presença dessa descrição na maioria dos escravos inventariados, algumas ressalvas a esses dados precisam ser feitas. Segundo Schwartz, a dificuldade em atribuir idades aos escravos está relacionada ao arredondamento e estimativas feitas pelos senhores, muitas vezes tratando-se de suposições com base na aparência do cativo¹⁰¹. Nos inventários, muitas vezes os escravos foram identificados por categorias etárias descritivas que não necessariamente estão relacionados com uma idade numérica, tais como: moleque, cria de peito, menor, velho, entre outros. Nessa pesquisa, os cativos descritos como “cria de peito” e “menor” foram considerados crianças, enquanto os “moleques” foram incorporado no grupo entre 10 e 15 anos e os “velhos”, idosos. Assim, levando em conta a capacidade produtiva dos escravos, agrupei os escravos em três faixas etárias distintas: *criança*, *adulto* e *idoso*. Por *criança* considerei aqueles cativos entre 0 e 14 anos, abrangendo recém

¹⁰¹ SCHWARTZ, Stuart. *Op. cit.*, 1988, p. 288.

nascidos, crianças com pouca ou nenhuma capacidade para o trabalho e jovens iniciando o aprendizado de algum ofício¹⁰²; *adultos*, aqueles pertencentes à faixa entre 15 e 49 anos, quando a aptidão e o vigor físico já habilitavam as competências para o trabalho; e *idosos* foram considerados os escravos com mais de 50 anos, quando a capacidade produtiva do mesmo já apresentava sinais de diminuição.

Gráfico 8: Composição etária da população escrava em Pelotas. 1850 - 1884.

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas, 1850 – 1884

O Gráfico 8 exhibe a composição etária da população cativa pelotense arrolada nos inventários *post-mortem* entre 1850 e 1884. É destacada a importância dos escravos em idade produtiva, compondo 58% dos escravos com idade definida.

¹⁰² Manolo Florentino e José Roberto Góes, observando os inventários do Rio de Janeiro entre 1790 e 1835, indicam que era por volta dos 12 anos de idade que as crianças começavam a trazer a profissão por sobrenome, concluindo-se o adestramento que transformavam crianças em adultos. Ver: FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. Morfologia da infância escrava: Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2005, pp.207-227,.

Essa predominância demonstra a necessidade dos escravistas pelotenses por cativos em idade produtiva, para o trabalho na charqueada, no campo e na cidade. A presença de 23% de crianças e jovens de até 15 anos é de grande destaque, superando a participação dos escravos com mais de 50 anos em 4%. Entre o grupo dos escravos com menos de 15 anos, o equilíbrio sexual (apresentando uma razão de sexos de 98), mesmo com uma pequena superação de mulheres, conforme exibido no Gráfico 9, pode indicar que atuou um processo natural na formação desse grupo. De fato, foi a partir das faixas etárias superiores que o número de homens se torna superior ao de mulheres, chegando a ser o dobro entre os adultos (razão de sexos 200) e mais de três vezes superior entre os idosos (razão de sexos 379). Assim, parece que a composição da população escrava em Pelotas se deu a partir de dois processos diferentes: a reprodução natural e as migrações forçadas via tráfico interno, que levavam a Pelotas uma grande quantidade de homens em idade adulta.

Gráfico 9: Distribuição sexual da população escrava de acordo com a faixa etária. Pelotas, 1850 - 1884.

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas, 1850 – 1884

Considerando, então, que a presença de crianças de até 15 anos na população escrava pelotense deveu-se principalmente ao movimento de reprodução natural, é possível observar que tal evento encontrou, em Pelotas, condições propícias para ocorrerem. No início do período estudado houve um crescimento da proporção de crianças na população cativa, de 21,2% para 28,6%, mantendo-se estável até a primeira metade da década de 1870. A partir da segunda metade da década de 1870, houve uma queda brusca na presença de crianças, caindo para 17,6% e logo após, para 8,1%, como exibido no Gráfico 10. A evolução demonstrada no gráfico abaixo sugere que a partir da interrupção do tráfico transatlântico de escravos, houve um crescimento dos nascimentos na população cativa, talvez impulsionado pelo interesse dos escravistas em manter os seus plantéis. Foi na

década de 1870, após a lei de 28 de setembro de 1871 que libertou os nascituros, que a proporção de crianças despencou drasticamente. Talvez a inerência do fim da escravidão, com a interrupção das duas fontes de reposição de cativos – o tráfico transatlântico e o ventre materno – o interesse dos escravistas em incentivarem os laços entre seus escravos e a maternidade tenha perdido a força¹⁰³.

Gráfico 10: Evolução da participação das crianças na população cativa pelotense. 1850 - 1884.

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas, 1850 – 1884.

Foram nas menores escravarias, entretanto, que a presença de crianças era mais expressiva. Enquanto nos plantéis com mais de 50 cativos, os escravos com até 14 anos representavam 10,4% do total arrolado, nos plantéis pequenos

¹⁰³ É importante destacar que os nascidos após a publicação da Lei Rio Branco normalmente apareciam descritos nos inventários como ingênuos ou libertos. Mesmo assim, é possível que os filhos de escravas nessa situação não tenham sido arrolados nos inventários.

(compostos por até dez cativos), eram 28,9% dos mesmos. Nos plantéis de tamanho médio, a taxa de crianças era de 26,3%. Os maiores escravistas eram menos dependentes dos escravos mais jovens, já que possuíam capacidade econômica para adquirirem sua força de trabalho através do tráfico, preferindo, assim, a aquisição de cativos mais velhos, em idade produtiva. Nos plantéis com até 50 escravos, as menores condições de recorrerem ao tráfico interno fez com que os escravos nascidos no interior das senzalas tivessem uma importância muito maior para a manutenção e talvez até para o crescimento dos plantéis. A menor presença de crianças nas maiores escravarias se reflete no alto valor médio da idade dos escravos. Conforme se observa da análise da Tabela 12, os plantéis mais jovens eram justamente aqueles onde a proporção de crianças era maior.

Tabela 12: Idade média dos escravos por tipo de plantel. Pelotas, 1850 - 1884.

Tipo de plantel	Idade média	Idade mediana	Idade modal
Plantel pequeno	28,3	26	40
Plantel médio	29,7	28	40
Plantel grande	36,7	38	40

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas, 1850 – 1884

De acordo com Roberto Guedes, em Porto Feliz, na Província de São Paulo, na primeira metade do século XIX, a presença de crianças nos plantéis foi declinante, caindo de 28,3% para 23,1% entre 1805 e 1829. O contexto estudado pelo autor é do acirramento do tráfico, contribuindo na montagem dos engenhos e

alterando a estrutura etária da vila em seu conjunto. Assim, se no período inicial, o autor credita a maior freqüência de crianças nos plantéis à antiguidade dos mesmos e ao um processo de reprodução natural, embora não o bastante para repor a população escrava, é com a entrada de africanos em idade adulta ao longo da primeira metade do século que se deram as mudanças no perfil etário. O impacto do tráfico pode ser notado também na distribuição diferenciada de crianças entre as diversas posses escravas. Segundo o autor, nas maiores escravarias, a menor participação das crianças está relacionada com a capacidade dos grandes senhores em absorver os africanos em idade adulta oferecidos pelo tráfico internacional¹⁰⁴.

Gráfico 11: Evolução da taxa de fecundidade da população escrava. Pelotas, 1850 - 1884.

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas, 1850 – 1884

¹⁰⁴ GUEDES, Roberto. *Egressos do cativeiro*. Trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008, pp. 136 et seq.

O processo estudado aqui é o oposto, em se tratando do impacto do tráfico. O que se procura identificar é a composição dos plantéis pelotense após a interrupção do tráfico e das grandes levas de cativos em idade adulta. Foi observado que a participação das crianças teve um rápido crescimento nesse período, que foi bruscamente revertido com a libertação do ventre cativo na década de 1870. Tal processo me leva a crer que a reprodução natural teve um papel essencial na composição da população escrava, ao menos para a manutenção dos plantéis, visando prolongar a viabilidade da escravidão. A análise das taxas de fecundidade indica que houve um incremento nos nascimentos após 1850¹⁰⁵, mesmo assim, o valor mais elevado da taxa, 121, indica que as escravas não davam à luz um número suficiente de filhos para a manutenção da população sem os acréscimos do tráfico. Com a publicação da lei de 28 de setembro de 1871, as crianças nascidas a partir dessa data não foram mais registradas nos inventários, o que fez com que a taxa de fecundidade dessa população tivesse um declínio crítico já a partir da primeira metade da década de 1870.

A fecundidade entre os escravos foi bastante diversa nos diferentes tipos de plantéis. Para analisar melhor as taxas de fecundidade, dividi o período dessa pesquisa em dois, de acordo com as tendências demonstradas no Gráfico 11. Até 1869 pode-se observar as taxas de fecundidade maiores nos maiores plantéis. Isso ocorre porque, apesar de terem sido possuidores de poucos escravos com até nove anos, os maiores plantéis tinham também as razões de sexo mais desequilibradas, com pouca presença de mulheres. Assim, apesar da pequena participação das

¹⁰⁵ Na ausência de estatísticas demográficas para taxa de fecundidade da população escrava em Pelotas no período estudado, busquei uma aproximação bastante imprecisa - mas que é capaz dar alguma indicação para a questão da natalidade escrava - a partir da razão do número de crianças até nove anos pelo número de mulheres em idade reprodutiva (entre 15 e 45 anos), multiplicado por 100. Representa, assim, o número de crianças para cada grupo de 100 mulheres entre 15 e 45 anos.

mulheres e crianças nos plantéis com mais de 50 cativos, a taxa de fecundidade é a mais alta de todas verificadas. Essa taxa, no entanto, não indica uma maior capacidade de crescimento natural dos plantéis, já que o número de mulheres é bastante diminuto nesses plantéis. Após 1870, as taxas de fecundidade caem em todos os tipos de plantéis, visto o desaparecimento das crianças nos inventários.

Tabela 13: Taxa de fecundidade nos diversos tipos de plantel. Pelotas, 1850 - 1884.

	Tamanho de plantel	Crianças (0 – 9 anos)	Mulheres (14 – 45 anos)	Taxa de fecundidade
Até 1869	1 – 10	232	254	91
	11 – 50	282	238	118
	+ 50	88	71	124
Após 1870	1 – 10	111	273	41
	11 – 50	100	195	51
	+ 50	21	22	95

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas, 1850 – 1884

Considerando a participação das diversas faixas etárias, principalmente as crianças, na população escrava, a idade média teve uma pequena queda nas primeiras duas décadas estudadas, caindo de 31,5 entre 1850 e 1854 para 29,0 entre 1870 e 1874. A interrupção do nascimento de novos escravos em 1871 tornou essa média ascendente nos dois últimos quinquênios analisados, terminando o período em 36,2. A queda da idade média da população escrava pode estar ligada

ao impacto dos nascimentos de novos cativos, aliado à cessação do grande afluxo de adultos trazidos pelo tráfico transatlântico. Mesmo com o fortalecimento do tráfico interno em substituição ao internacional, a vinda de novos cativos em idade adulta não foi suficiente para elevar a idade média da população cativa. Apenas quando se interrompeu o nascimento de novos escravos, libertando-os, é que a média etária da sobe, e rapidamente, conforme observado no Gráfico 12.

Gráfico 12: Evolução etária da população escrava. Pelotas, 1850 - 1884.

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas, 1850 – 1884

A análise demográfica da população escrava demonstrou resultados bastante interessantes para a cidade de Pelotas na segunda metade do século XIX. A cessação da entrada de cativos africanos, geralmente homens em idade adulta, produziu uma série de alterações no perfil demográfico dessa população. A proporção de homens nos plantéis teve uma breve queda nos primeiros 15 anos

estudados, voltando a crescer a partir de 1865. Esse crescimento, entretanto, não afetou da mesma maneira todos os tipos de plantéis. Pôde-se observar que nos pequenos plantéis, a razão de sexos se manteve mais estável, muito próxima à taxa de 100 homens para cada grupo de 100 mulheres. Por outro lado, nos plantéis de tamanho médio e, em especial, no grupo formado pelos plantéis com mais de 50 cativos, as oscilações da razão de sexos eram maiores, provavelmente provocadas pela maior inserção desses proprietários no mercado interno de cativos, podendo adquirir mais homens para o trabalho em suas fazendas e charqueadas. Nos maiores plantéis, a proporção em alguns períodos superior a 1000 homens para cada 100 mulheres é bastante impressionante e demonstram talvez uma tentativa de racionalização dos investimentos em escravos, procurando na aquisição de cativos do sexo masculino via tráfico interno o suprimento de trabalhadores para as atividades desenvolvidas pelos escravistas.

Nas relações entre escravos e senhores, o crescimento da população crioula estabeleceu um importante elemento: a maior dominação dos códigos vigentes pelos crioulos frente aos africanos proporcionou uma maior capacidade de negociação, trânsito e aproximação com a população livre. Por outro lado, a presença de crioulos vindos de outras províncias pode ter acarretado em um elemento de tensionamento das relações com os senhores. Esses homens em idade adulta arrancados de suas regiões de origem, com códigos e valores diferentes das encontradas em Pelotas, transformados em mercadoria pelo tráfico, traziam para as senzalas toda uma bagagem de experiências com a escravidão que podem ter sido bem distintas das encontradas no sul do Brasil. A adaptação às normas dos escravistas pelotenses pode ter sido difícil para esses cativos.

Se a proporção de crioulos nos plantéis teve um crescimento considerável, é importante destacar a presença de africanos na população cativa pelotense, mesmo 30 anos após o encerramento do tráfico. Esse fato demonstra a presença, lado a lado, de crioulos e africanos, o que indica que a criouliização não tendeu ao desaparecimento do caráter africano da cultura escrava. Se os nascidos no Brasil estariam mais distantes da cultura africana, o contato com indivíduos nascidos na África indica que a criouliização não parece tender ao enfraquecimento do fator africano na cultura, religião e nas formas de interação da comunidade escrava.

Quanto à composição etária dessa população, foi observado que, apesar da presença majoritária dos cativos entre 15 e 49 anos, a participação das crianças foi crescente até meados da década de 1870, indicando a possibilidade de um movimento de reprodução interna desses plantéis. A análise da taxa de fecundidade, crescente até 1870, demonstrou que houve, sim, um incremento nos nascimentos, mas que este foi incapaz de ampliar ou mesmo manter o tamanho da população cativa, sem o aporte de outros indivíduos via tráfico. A presença de cativos com até 14 anos era maior nos menores plantéis, o que não indica uma maior fecundidade das mulheres nesses plantéis. Ao contrário, é nos maiores plantéis onde as poucas mulheres tiveram, proporcionalmente, mais filhos. Enquanto continuavam a nascer novos escravos, a idade média da população manteve-se estável, com um pequeno decréscimo. Foi a partir da libertação dos nascituros que se observou um envelhecimento dessa população. Em geral, nos menores plantéis as idades médias e medianas eram menores.

De forma geral, os dados mostram que a composição da população cativa em Pelotas na segunda metade do século XIX se deu por dois processos distintos e simultâneos (pelo menos até o primeiro quinquênio da década de 1870): a ampliação dos nascimentos de escravos e a busca por cativos em idade adulta no mercado interno. Nos próximos capítulos procurarei entender como a ampliação dos nascimentos está relacionada com a formação e manutenção de famílias escravas em Pelotas, se é que houve relação. Para tal, recorrerei à reconstituição das famílias escravas e procurarei identificar as suas características a partir principalmente das listas de matrículas de escravos elaboradas no início da década de 1870.

Capítulo V: Formas de aquisição de cativos em Pelotas

Até agora foi possível, através do uso dos dados extraídos dos inventários *post-mortem* abertos na localidade de Pelotas, compreender um pouco melhor a estrutura de posse escrava na cidade, bem como sua disseminação e concentração, procurando entender como as leis abolicionistas (no caso, aquelas que interromperam o tráfico transatlântico e que libertaram os filhos das escravas nascidos a partir de 1871) transformaram essa estrutura ao longo dos 35 anos estudados. Além disso, busquei qualificar os plantéis pelotense, bem como a própria população escrava local. Entre os resultados obtidos, foi possível verificar a dificuldade de manutenção da escravidão em Pelotas, marcada pela concentração social da posse cativa, pela diminuição do tamanho dos plantéis e pelo decréscimo da proporção de escravistas entre os indivíduos que tiveram inventários abertos. Em relação às características demográficas da população escrava observou-se uma redução inicial da razão de homens e mulheres, seguida por uma elevação do número de cativos do sexo masculino a partir de 1865, mas que teve maior importância nos plantéis com mais de 50 cativos já que nos menores plantéis, a proporção de homens e mulheres se manteve mais estável ao longo do tempo. Alguns indícios apontaram para a ação de dois processos na formação dos plantéis pelotenses. A distribuição sexual dos escravos segundo sua faixa etária (crianças, adultos e idosos) sugere que entre os escravos mais jovens (onde a proporção entre homens e mulheres foi mais homogênea) tenha incidido um processo reprodução natural na montagem da população, ao passo que a desproporção acentuada da razão de sexos nas idades mais avançadas aponta para a ação de um processo não

natural (através da compra de cativos vendidos no tráfico transatlântico, enquanto estava em voga, e interno após 1850) onde o ingresso de homens em idade adulta seria mais elevado do que o de mulheres na mesma faixa etária. Verificou-se que os menores plantéis, devido às características demográficas dos seus escravos, eram mais dependentes da reprodução natural dos escravos enquanto que nos maiores plantéis o acesso ao comércio de cativos era mais facilitado em virtude da dinamicidade econômica dos proprietários mais ricos. Entretanto, mesmo nos menores plantéis, a reprodução natural dos escravos não era suficiente para a manutenção das escravarias, devido à baixa taxa de natalidade verificada entre as escravas.

Nesse capítulo procuro entender melhor as formas de montagem dos plantéis pelotenses, avaliando como e o quanto foram importantes a compra e venda, a reprodução natural da população escrava e a herança de cativos para a composição das senzalas na segunda metade do século XIX. Para isso, recorro a uma fonte bastante rica em informações, mas que não se encontra disponível para acesso em sua totalidade. A matrícula de escravos foi instituída pela Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871, a conhecida Lei do Ventre Livre que no artigo 8º diz que “O Governo mandará proceder a matrícula especial de todos os escravos existentes do Império, com declaração de nome, sexo, estado, aptidão para o trabalho e filiação de cada um, se for conhecida”¹⁰⁶. Infelizmente, em 14 de dezembro de 1889 o então ministro da Fazenda Ruy Barbosa deu ordens para queimar os livros que continham as matrículas de escravos em todas as comarcas jurídicas de registro. Apesar das “tentativas de apagar o passado escravocrata da História Brasileira”, o acesso às matrículas de escravos ainda é possível para os historiadores. Isto porque, como

¹⁰⁶ Disponível em <http://www.jurisway.org.br/v2/bancolegis1.asp?idmodelo=682> . Acesso em 10 de fevereiro de 2012.

documento comprobatório da posse escrava no período em questão, as matrículas normalmente eram anexadas aos inventários no momento da partilha dos escravos. Dessa forma, encontrei 188 matrículas de escravos nos inventários abertos em Pelotas. Além do nome, sexo, estado conjugal, aptidão para o trabalho e filiação, como dizia a lei, as matrículas apresentavam, em forma de tabela, informações sobre a cor, idade, origem e profissão do escravo matriculado. Havia ainda outro campo, denominado de observações, onde normalmente constava se o cativo havia sido herdado, comprado ou se era “cria da casa” em referência ao seu nascimento no interior do plantel. A partir dessa variável pode-se compreender melhor o processo de formação dos plantéis pelotenses no período estudado.

Nas 188 matrículas encontradas no interior dos inventários foram matriculados 1523 escravos em propriedades que variavam em tamanho de um a 83 cativos. Em geral, nas matrículas encontradas constavam pequenas propriedades: a média foi pouco maior de 8 cativos enquanto que o valor modal era de apenas um. Das posses matriculadas, 150 eram pequenas propriedades, 34 eram compostas por 11 a 50 cativos e, finalmente, apenas quatro continham mais de 50 escravos. Por outro lado, as posses com até dez cativos concentravam 43,1% dos escravos, as posses médias, 39,5% e os grandes plantéis eram responsáveis por 17,5% dos escravos matriculados. Contrastando os dados das matrículas com aqueles dos inventários é possível observar que há semelhanças na composição dos proprietários e na distribuição dos escravos. A maior disparidade se dá na distribuição dos escravos entre os pequenos e grandes plantéis. Nos inventários a posse de cativos é de 33,9% e 28,9%, respectivamente, enquanto nas matrículas as pequenas senzalas são responsáveis por 43,1% dos cativos e as grandes, por 17,5%.

Tabela 14: Distribuição da propriedade escrava nas matrículas. Pelotas, 1872.

	Proprietários		Escravos	
	#	%	#	%
Plantéis pequenos	150	79,8	656	43,1
Plantéis médios	34	18,1	601	39,5
Plantéis grandes	4	2,1	266	17,5
Total	188	100,0	1523	100,1

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas, 1850 – 1884

Partindo rapidamente para a questão proposta nesse capítulo, dos 1523 escravos matriculados, apenas 44 não tinham referências sobre a forma de acumulação. Dos 1479, a grande maioria foi comprado (42,9%) ou era cria da casa (37,7%). Entre as outras formas de acumulação estavam presentes a herança e recebimento de doações (16,4%), e a permuta (apenas um caso, representando menos de 0,1%). Ricardo Marcondes¹⁰⁷, ao estudar a acumulação de riqueza na gestão da cultura cafeeira no Vale do Paraíba ao longo do século XIX voltou-se também ao estudo da formação e crescimento das propriedades escravas na região de Lorena. O autor buscou compreender, a partir do estudo comparativo de 187 inventários relativos a chefes de domicílios relacionados na lista nominativa de 1829, os mecanismos de enriquecimento desses indivíduos. Entre um fator de acumulação de riqueza que Marcondes analisou estava a composição dos plantéis escravos. Segundo o autor, “um escravista conseguia formar seu plantel através de três

¹⁰⁷ MARCONDES, Renato Leite. Capítulo 4: A acumulação de cativos. In: _____. *Op. cit.*, 1998, pp. 90-128.

formas principais: compra, herança recebida (inclusive doações e dotes) e pela reprodução natural de seus escravos. Por outro lado, o indivíduo poderia ter seu plantel diminuído em decorrência de vendas, concessão de doações ou dotes e morte de cativos. O saldo líquido destas três formas permitiria determinar qual a contribuição de cada uma delas no conjunto do crescimento do plantel”. Em Lorena, no período estudado pelo autor, o crescimento da população escrava foi impulsionado principalmente pelo saldo entre compra e venda (50,2%), seguido pelas heranças e doações (33,6%). Por fim, participando em apenas 16,1% da ampliação da população estava o saldo entre nascimentos e óbitos.

Avançando na questão, segundo o autor, o patrimônio acumulado pelos indivíduos está diretamente relacionado com a idade dos mesmos, bem como sua renda. Dentro da chamada “hipótese do ciclo de vida” – segundo a qual um indivíduo passaria por diferentes fases de acumulação de bens ao longo da sua vida, sendo na sua juventude o momento de início do acúmulo de riquezas, alcançando os maiores valores na meia sua meia vida e, a partir daí tendendo a reduzir o crescimento até a ocorrência do decréscimo dos seus ativos¹⁰⁸ – o autor compreende que as formas de aquisição de escravos e montagem de um plantel também estão relacionadas com as fases do ciclo de vida de seus proprietários. Sendo assim, no início do processo de formação da escravaria, a herança teria sido fundamental para o acúmulo de escravos entre os proprietários mais jovens (entre 20 e 29 anos). A compra de cativos só viria a ser expressivamente importante nas faixas etárias posteriores, entre 30 e 39 anos e 40 e 49 anos. Mesmo assim, nas

¹⁰⁸ Marcondes, no apêndice de sua tese explica de forma bastante clara e didática as origens da hipótese do ciclo de vida e de que formas a historiografia brasileira se apropriou dela para explicar a formação das riquezas no Brasil, bem como a adaptação feita para os objetivos de seu estudo. Ver MARCONDES, Renato Leite. Apêndice: A hipótese do ciclo de vida. In: _____. *Op. cit.*, 1998, pp. 212-230.

palavras do autor, “as compras realizavam-se predominantemente no primeiro momento do ciclo de vida, quando as posses cativas ainda eram reduzidas”¹⁰⁹, mas, acrescento, quando as condições econômicas dos proprietários permitiam o acesso ao mercado de escravos. Por outro lado, a reprodução natural dos escravos só ocorreria na meia-vida do proprietário, quando houvesse suficiente estabilidade do plantel. Por outro lado, até os 40 anos também são bastante incidentes as mortes de escravos, enquanto que as vendas e concessão de doações de escravos tornam-se mais expressivas a partir dos 40 anos¹¹⁰.

O comportamento dos proprietários de escravos observado por Marcondes se assemelha bastante daquele traçado por Herbert Gutman ao analisar a família escrava nos Estados Unidos. Segundo Gutman, a idade do proprietário de escravos era um fator essencial para o desenvolvimento da família escrava e de sua capacidade de reprodução natural. A partir de diversa documentação, o autor desenvolve uma concepção de modelo cíclico da vida do proprietário, que, enquanto jovem, teria seu plantel montado através de heranças, doações, dotes e compras, estabilizado e, finalmente, desmantelado por doações, venda e partilha de seus bens. Seria no momento de estabilização e reprodução da força de trabalho que a formação de laços parentais e a reprodução de cativos teriam condições ideais de ocorrerem. Ao final de sua vida, o escravista dispersaria a força de trabalho cativa, com doações, vendas e divisões do plantel através da partilha quando da sua morte, rompendo assim os laços de parentesco formado entre seus escravos¹¹¹.

¹⁰⁹ MARCONDES, *Op. cit.*, 1998, p. 110.

¹¹⁰ *Ibidem*, pp. 110-111.

¹¹¹ GUTMAN, Herbert G. *The black family in slavery and freedom (1750-1925)*. New York: Vintage Books, 1976, pp. 129-138.

Gráfico 13: Média de escravos de acordo com a idade do proprietário. Pelotas, 1872.

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas, 1850 – 1884

Infelizmente as matrículas de escravos não descreviam a idade do proprietário, o que dificulta a comprovação do ciclo de vida dos proprietários em Pelotas. Entretanto, relacionando os nomes dos proprietários com a lista de votantes de Pelotas para 1865¹¹² foi possível reconstruir algumas informações para 43 escravistas (pouco mais de um quinto do total). Em 1872, os 43 escravistas selecionados tinham entre 34 e 83 anos e possuíam entre um e 74 cativos. Agrupando esses indivíduos por idade e calculando a média de escravos para cada grupo etário, pode-se verificar que houve um movimento ascendente do número médio de cativos até a faixa entre 50 e 59 anos, decaindo a partir dos 60 anos do proprietário. É interessante que a fase positiva de acumulação no ciclo de vida dos

¹¹² AHRS. Fundo Eleições, Maço 3.

proprietários de escravos em Pelotas se estendia até por volta dos 60 anos, somente a partir de então entrando na fase negativa, ou seja, da venda, morte e doações em vida de escravos. Os apontamentos de Marcondes, a partir de dados de inventários, indicam que entre 1851 e 1879 o ápice da posse de escravos se dava entre os 40 e 49 anos dos proprietários (que tinham, em média, 26 cativos cada um), decaindo a partir de então¹¹³.

Quanto à forma de aquisição, entre os proprietários mais jovens houve um maior predomínio da compra e herança, responsáveis pela obtenção de mais de 94% dos escravos pertencentes aos escravistas entre 30 e 39 anos. Esses dados demonstram não só a importância da herança e de doações como o passo inicial na formação dos plantéis, mas a facilidade de acesso ao mercado de cativos, mesmo após o encerramento do tráfico transatlântico de escravos. Ao longo da vida do escravista, tanto a compra quanto a herança foram se tornando menos importante ao passo que a reprodução interna da escravaria passou a ser a forma preponderante de acumulação de escravos, chegando a ser responsável pela composição de mais de 70% dos plantéis. A tabela 15, abaixo, exhibe melhor este processo. De fato, dentre os seis escravistas com idades entre 30 e 39 anos, apenas dois contavam com escravos crias da casa na sua relação e apenas dois não apresentavam nenhum escravo comprado ou herdado. Considerando individualmente os três plantéis de escravistas com mais de 70 anos, o de Fortunato Antônio da Luz era composto exclusivamente por escravos nascidos no interior do plantel, no de Francisco Xavier de Faria, 90,9% dos cativos eram crias da casa e na escravaria de José Rodrigues da Silva Candiota, metade o eram¹¹⁴. Apesar da ampla

¹¹³ MARCONDES. *Op. cit.*, 1998, p. 127.

¹¹⁴ APERS. Comarca de Pelotas, Caixa 006.0431, Processo n. 899, Inventário de Fortunato Antônio da Luz, 1879; Caixa 006.0482, Processo n. 3064, Inventário de Francisco Xavier de

predominância dos escravos crias da casa, essas escravarias eram de tamanho reduzido: dois, onze e dez cativos, respectivamente. Como visto anteriormente, na faixa acima dos 70 anos, os escravistas viam seus plantéis serem reduzidos e divididos por vendas e doações em vida. É possível conjecturar, entretanto, que a divisão dos plantéis tendia a preservar os escravos crias da casa na posse dos seus senhores originais. Talvez houvesse maior preferência dentre os escravistas pela manutenção de escravos nascidos no interior de suas senzalas, quem sabe por serem melhores conhecedores das normas de escravidão de seus senhores e assim mais acostumados com toda uma prática escravista de dominação que envolvia desde formas de trabalho, descanso e castigo, mas que também regulamentavam a própria relação que se estabelecia entre escravista e escravo.

Tabela 15: Formas de aquisição de escravos (%) a partir da idade do escravista. Pelotas, 1872.

	Compra	Nascimento	Herança
30 a 39 anos	75,0	5,8	19,2
40 a 49 anos	65,4	23,6	11,0
50 a 59 anos	36,2	53,6	10,2
60 a 69 anos	33,3	48,3	18,4
Mais de 70 anos	26,1	73,9	0,0

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas, 1850 – 1884

Voltando para os dados de Marcondes, onde entre as formas de acumulação de escravos, a herança teria uma participação deveras importante, principalmente na fase inicial da vida do proprietário, é interessante destacar a pouca importância observada para o nascimento de escravos como forma de composição da escravaria. O nascimento de escravos teria contribuído com apenas 16,4% do crescimento da população cativa em Lorena entre 1799 e 1829. Os dados observados para Pelotas na segunda metade do século XIX apontam para a maior importância deste fator, já que nesta localidade, participou com 37,7% na formação dos plantéis. Apesar de apenas 16,4% dos escravos listados nas matrículas terem sido adquiridos através de herança, 43,8% dos plantéis continham pelo menos um cativo herdado. Por outro lado, 69,7% e 62,9% dos plantéis foram compostos por pelo menos um cativo comprado e cria da casa, respectivamente. Os plantéis compostos exclusivamente por escravos comprados, crias da casa e herdados eram, nesta ordem, 19,1%, 10,6% e 8,5%. A compra de escravos foi sem sombra de dúvidas, a forma mais recorrente de acumular escravos em Pelotas. Mesmo com as dificuldades inerentes ao comércio de escravos na segunda metade do século XIX, a compra de cativos era uma prática acessível a pelo menos dois terços dos escravistas pelotenses. Em um caso, foram listados 82 escravos comprados em um mesmo plantel. Os valores máximos de escravos crias da casa e herdados em um só plantel foram bastante inferiores: 45 e 13, respectivamente.

Para além do acesso à compra, reprodução e herança de escravos, a forma de aquisição moldou a composição demográfica dos plantéis de maneira bastante diversa. Como mostram as tabelas abaixo, os escravos comprados eram, em sua maioria, adultos e homens. Tal característica não é surpresa, visto as preferências dos compradores que acessavam o mercado de escravos já há muito relatadas pela

bibliografia. Entre os cativos adquiridos através de compra constavam apenas 44 crianças, normalmente meninos e meninas que acompanharam suas mães nas trocas de proprietários.

Tabela 16: Participação das formas de acumulação de escravos na composição dos plantéis. Pelotas, 1872.

	Presença nos plantéis (%)	Plantéis exclusivos (%)	Máx. de escravos em um plantel
Comprados	69,7	19,1	82
Crias da casa	62,9	10,6	45
Herdados	43,8	8,5	13

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas, 1850 – 1884

Por outro lado, entre os escravos frutos da reprodução interna dos plantéis a presença de homens e mulheres foi mais homogênea enquanto que o amplo predomínio entre os grupos etários foi de crianças. Ainda assim, mais de 40% dos escravos desse grupo eram adultos e idosos quando da sua matrícula, o que sugere uma importante permanência desses indivíduos no interior do grupo familiar, o que ajuda a fortalecer a hipótese lançada anteriormente de preferência dos senhores pela manutenção desses escravos em sua propriedade. A questão da conservação dos laços familiares será mais bem investigada no próximo capítulo, por enquanto os dados apontam para essa possibilidade como uma hipótese a ser aprofundada.

Mesmo sendo em sua maioria homens e adultos, no interior do grupo de escravos herdados houve uma melhor distribuição do que entre os comprados. Isso pode ser observado na razão de sexos bastante inferior (136 homens para cada grupo de 100 mulheres entre os herdados contra 287 entre os comprados). Além disso, apresentou uma composição mais homogênea entre os grupos etários com 15,2% de crianças e 21,6% de idosos. Foi devido a essa maior homogeneização dos grupos etários que entre os escravos herdados a idade média dos indivíduos foi menor do que entre os adquiridos via compra.

Tabela 17: Distribuição sexual dos escravos a partir da forma de acumulação.

Pelotas, 1872.

	Homens	%	Mulheres	%	Total	Razão de sexos
Comprados	485	74,2	169	25,8	654	287
Crias da casa	300	52,3	274	47,7	574	109
Herdados	144	57,6	106	42,4	250	136

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas, 1850 – 1884

Tabela 18: Distribuição etária dos escravos a partir da forma de acumulação.

Pelotas, 1872.

	Crianças	%	Adultos	%	Idosos	%
Comprados	44	6,7	473	72,5	135	20,7
Crias da casa	341	59,6	228	39,9	3	0,5
Herdados	38	15,2	158	63,2	54	21,6

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas, 1850 – 1884

Tabela 19: Médias etárias dos escravos segundo forma de aquisição. Pelotas, 1872.

	Média	Mediana	Moda
Comprados	36,3	33	40
Crias da casa	13,9	12	12
Herdados	33,2	33	40

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas, 1850 – 1884

Não só a idade do proprietário guardava relação com as formas de aquisição de escravos. Também é possível ver conexão desta última variável com o tamanho dos plantéis. A tabela abaixo mostra bem claramente que os maiores plantéis foram compostos em grande parte por escravos adquiridos via tráfico e eram muito menos dependentes da reprodução natural e da herança de escravos para a composição de suas propriedades do que os menores. Tal afirmação vem reafirmar os resultados do capítulo anterior no qual, a partir dos dados dos arrolamentos de escravos nos inventários, o estudo demográfico apontou para a maior facilidade dos grandes escravistas em acessar o comércio de cativos e a maior dependência da reprodução interna dos escravos entre os menores escravistas. Isso não quer dizer, entretanto, que a compra de cativos não fosse essencial para a montagem dos menores plantéis – e os dados das matrículas deixam nítido isso. O acesso ao comércio de escravos em Pelotas foi possível desde ao pequeno até ao grande proprietário. A

diferença estava, além da frequência com que a compra de escravos ocorria, talvez, no perfil de escravos buscados por cada segmento de proprietários. É possível que os menores escravistas não tivessem condições de adquirir via comércio os escravos mais valorizados no mercado, principalmente homens em idade reprodutiva.

Tabela 20: Composição dos plantéis (%) de acordo o seu tamanho e formas de acumulação de cativos. Pelotas, 1872.

	Comprados	Crias da casa	Herdados	Total
Plantel pequeno	34,9	43,8	21,3	100,0
Plantel médio	40,0	41,8	18,2	100,0
Plantel grande	75,5	20,4	3,8	100,1

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas, 1850 – 1884

Quanto ao acesso ao tráfico, pode-se ver que enquanto cada grande proprietário teria recorrido ao comércio para adquirir, em média, 50 escravos, os pequenos escravistas não chegavam a comprar dois cativos, cada um. A Tabela 8 mostra também que eram nos maiores plantéis que, em termos absolutos, o número de escravos nascidos no interior dos plantéis era maior. Em média, cada grande proprietário detinha pouco mais de 13 escravos crias da casa enquanto que cada pequeno escravista não chegava a ter dois. Isso não quer dizer, entretanto, que os nascimentos foram mais frequentes nos grandes plantéis nem que teriam sido estruturalmente mais importantes para a composição dos seus plantéis. Muito pelo contrário, além dos resultados já explorados sobre a importância de cada forma de

acumulação de escravos para a composição dos diversos tamanhos de plantéis, a partir das matrículas pode-se verificar que dos 574 escravos crias da casa, apenas 54 estavam em posse dos grandes escravistas, enquanto que os pequenos possuíam, ao total, 270 e os médios, 250.

Tabela 21: Média de escravos comprados, crias da casa e herdados por cada proprietário. Pelotas, 1872.

	Comprados	Crias da casa	da Herdados
Plantéis pequenos	1,4	1,8	0,9
Plantéis médios	7,0	7,4	3,2
Plantéis grandes	50,0	13,5	2,5

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas, 1850 – 1884

A Tabela 21 também ajuda a compreender melhor a importância da herança para a composição dos plantéis. Quando analisada a importância de cada forma de acumulação de escravos na montagem dos plantéis pelotenses foi observado que o grupo dos pequenos proprietários foi o que mais dependeu da herança. Porém, observando a média de escravos herdados por cada proprietário, os pequenos escravistas herdaram, em média, menos de um escravo enquanto que os senhores de plantéis médios herdaram 3 e os grandes proprietários receberam em herança 2,5 cativos. Esse dado mostra que, apesar de na composição dos plantéis a herança não ter sido tão importante para os grandes escravistas, o passo inicial dado pela herança na montagem da escravaria dos médios e grandes escravistas foi maior do que para os pequenos proprietários, o que demonstra que os grandes proprietários

já iniciavam a montagem de seus plantéis de forma diferenciada dos pequenos. Apesar de não ter tido um peso tão significativo na montagem dos plantéis, a partir desses dados sobre a herança de escravos é possível identificar o processo de reiteração das diferenças sociais e econômicas que separava grandes escravistas de pequenos escravistas em Pelotas.

Nos capítulos finais desse estudo procurei analisar de forma mais intensa as formas de aquisição de cativos que se mostraram mais importantes para a composição das escravarias pelotenses: a reprodução endógena dos escravos nos, bem como a compra e venda de cativos. A compra e venda, como uma transação que indica duas ações (a acumulação e a desapropriação de escravos) também será analisada a partir da perspectiva da saída de escravos de Pelotas.

Capítulo VI: A família escrava e a reprodução endógena nos plantéis pelotenses

Como os capítulos anteriores apontaram, a reprodução endógena foi de extrema importância para a composição e manutenção dos plantéis pelotenses após o final da importação de cativos africanos. Sua importância estrutural foi maior nos plantéis pequenos e médios (com até 50 escravos) do que entre aqueles classificados como plantéis grandes. Isso porque os menores escravistas tiveram acesso mais restrito ao mercado de escravos enquanto que os grandes proprietários tinham recursos econômicos que lhes davam condições de buscar no tráfico interno por escravos adultos e do sexo masculino para o trabalho no campo e na charqueada, principalmente. Porém, mesmo nos plantéis com mais de 50 escravos pelo menos 20% da escravaria era fruto da reprodução interna dos escravos. Segundo os dados extraídos das matrículas de escravos, aproximadamente 63% dos plantéis pelotenses em 1872 continham pelo menos um escravo “cria da casa”. A maior ou menor presença desses cativos também esteve condicionada ao ciclo de vida do proprietário. Os proprietários com mais de 50 anos contavam com maior participação da reprodução na composição de seus plantéis. Essa relação seria resultado de uma maior estabilidade do plantel após o momento de acumulação de escravos no início da montagem dos plantéis.

A ampla disseminação da reprodução endógena da população escrava nas senzalas pelotenses torna irrefutável a existência de laços familiares entre os escravos. Para enxergar esses laços, é necessário que se faça alguns esclarecimentos sobre a família escrava e seu estudo no Brasil. Como já refletido

anteriormente, a concepção de família escrava teve um desenvolvimento histórico que culminou em uma compreensão bastante ampla de família e relações familiares a partir de estudos surgidos no Brasil a partir do final da década de 1970. Esses estudos, que foram amplamente baseados em análise empírica (tendo como principal corpo documental os inventários e os registros paroquiais) e contaram com a utilização de técnicas quantitativas e da demografia histórica, consagraram-se como os responsáveis pela constatação da existência da família escrava monogâmica e estável no Brasil em oposição às relações esporádicas e o ambiente libertino proposto pela historiografia tradicional. Por outro lado, as relações familiares passaram também a ser percebidas não só como frutos de enlaces religiosos, mas também estariam presentes em relacionamentos consensuais que não dependiam necessariamente do ato religioso. Assim, a família escrava passou a ser compreendida como presente, para além dos laços de consangüinidade, na extensão da concepção de família aos laços espirituais do compadrio.

A partir desses estudos, então, a família escrava surge como um problema a ser estudado mesmo sem a existência do sacramento católico do casamento. Deixo claro, entretanto, que a análise deste capítulo não pretende estudar as formas de constituição da família escrava, os seus significados para os escravos ou a extensão dos laços espirituais. O objetivo aqui é verificar a importância demográfica da família escrava para a escravidão em Pelotas, ou seja, as possibilidades desta instituição se caracterizar como uma forma de acumulação de cativos para os proprietários. Assim, a família passa a ser analisada através da perspectiva dos escravistas em manter e/ou ampliar suas senzalas. Nesse sentido, não é o caráter político da família que está em questão, mas o estrutural e econômico. Com isso não quero, evidentemente, ignorar a importância das análises políticas e sociais da família

escrava como parte da relação de resistência e busca por espaço social entre os escravos e seus senhores, mas apenas deixar claro que esses não serão aspectos privilegiados neste texto.

Para a compreensão das possibilidades de reprodução endógena como fator de acumulação de escravos entre os proprietários pelotenses, utilizei as descrições dos escravos presentes nas listas de matrículas que tive acesso através dos inventário *post-mortem*. Através dessas descrições foi possível remontar núcleos familiares dentro dos plantéis. Lembro que a filiação dos escravos, sempre que se soubesse, era uma das informações constantes nas listas de matrículas. Assim, é possível obter um panorama da constituição familiar entre os escravos em Pelotas no ano de 1872. Dos 1523 escravos arrolados nas matrículas localizadas, 51% deles foram descritos como possuidores de alguma relação familiar.

O número de escravos declarados casados nas matrículas foi muito baixo. Apenas duas mulheres e dois homens arrolados eram casados. Acrescenta-se outros quatro escravos, novamente dois homens e duas mulheres, viúvos. Ao todo, eram oito cativos algum dia casados, apenas 0,5% de todos os escravos listados nas matrículas as quais tive acesso. Dos escravos casados, é possível observar um casal: Maria Manoela, crioula de 40 anos e Manoel, africano de 50 anos. Ambos foram recebidos em herança por Sérvolo Soares da Porciuncula¹¹⁵, por quem foram matriculados. Nesta propriedade, Maria Manoela teve três filhos, o primeiro, Angélica, gestado quando Maria Manoela tinha apenas com 12 anos! Nenhum dos seus filhos foi descrito como filho de Manoel, entretanto.

¹¹⁵ APERS. Comarca de Pelotas, Caixa 006.0021, Processo n. 101, Inventário de Sérvolo Soares da Porciuncula, 1878.

Tabela 22: População escrava segundo o estado conjugal. Pelotas, 1872.

	Homens		Mulheres		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Solteiros*	914	95,2	788	91,1	1702	93,2
Casados	28	2,9	70	8,1	98	5,4
Viúvos	18	1,9	7	0,8	25	1,4
Total	960	100,0	865	100,0	1825	100,0

* Para efeitos comparativos, excluí as crianças do total de solteiros. Como a fonte utilizada não especificava faixas etárias, mas unicamente o somatório total de indivíduos segundo seu estado conjugal, descontei 25% equivalentes à participação das crianças na população escrava dos 1.218 homens e das 1.050 mulheres calculadas pelo recenseamento de 1872.

*Fonte: RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL, 1872. Disponível em:
<http://biblioteca.ibge.gov.br> . Último acesso em 09/02/2011.*

O casamento religioso foi de difícil acesso para os escravos em Pelotas, mas mesmo assim não foi tão raro como demonstram os registros presentes nas matrículas analisadas. O censo imperial de 1872 contabilizou a população cativa pelotense em 2391 indivíduos, sendo a grande maioria, solteiros. Ainda assim, ao menos 123 desses cativos tiveram acesso ao casamento religioso, representando pouco mais de 5% da população, sendo que entre as mulheres o acesso ao casamento foi sensivelmente mais fácil que entre os homens – 6,8% das mulheres eram casadas ou viúvas no momento do censo enquanto que apenas 3,6% dos

homens o eram¹¹⁶. Essas taxas, se comparadas com as identificadas pela bibliografia para outras regiões do Brasil, mostram que em Pelotas houve fortes restrições ao casamento escravo.

Analisando a percentagem de escravos alguma vez casados em Campinas entre 1801 e 1872, Robert Slenes aponta que a proporção de homens adultos nessa condição variou entre 23% e 30%. A proporção de casadas e viúvas entre as mulheres adultas era bem maior no município, variando entre 55% e 62% nos três anos estudados¹¹⁷. Através do estudo dos inventários de escravistas de Vassouras entre 1821 e 1880, Ricardo Salles, alertando para a baixa ocorrência dos registros de casamentos nestes documentos, encontrou uma taxa de cerca de 9% de escravos casados ou viúvos entre os cativos com mais de 13 anos. Ainda, o autor observou uma tendência, principalmente a partir da década de 1860, de uma ampliação da presença de casais nos inventários, impulsionada pelo maior equilíbrio entre os sexos e na maior estabilidade dos plantéis¹¹⁸. Por outro lado, José Flávio Motta verificou que a participação de indivíduos alguma vez casados na população escrava bananalense sofreu uma destacada queda entre 1801 e 1829, impulsionada pela diluição da família escrava em meio ao intenso afluxo de africanos ao longo do processo de formação e ampliação dos plantéis, intimamente ligado ao estímulo econômico representado pela disseminação da cafeicultura. Se, em 1801, cerca de 30% dos escravos eram casados ou viúvos em Bananal, esta taxa declinou para 23% em 1817 e para 18% em 1829. O impacto do afluxo de escravos via tráfico

¹¹⁶ É importante ressaltar que, conforme afirma Robert Slenes, esses dados não incluem as uniões consensuais. Fazendo a ligação entre os dados das matrículas e os assentos de batismo e casamento das paróquias, o autor conclui que os escravos listados como “casados” ou “viúvos” nesses censos fora, de fato, casados pela Igreja Católica. Ver: SLENES, Robert. *Op. cit.*, 1999, pp. 74-75.

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 74.

¹¹⁸ SALLES, Ricardo. *Op. cit.*, pp. 219-223.

transatlântico pode ser observado, segundo o autor, no fato de que, entre as mulheres, o declínio percentual das casadas e viúvas foi muito menor do que entre os homens. Ou seja, se em 1801, muitos escravos do sexo masculino encontravam dificuldades em estabelecer relações estáveis pela “escassez” de cônjuges em potencial, a ampliação do desequilíbrio entre os sexos provocado pela entrada massiva de homens africanos, esse problema tornou-se cada vez mais intenso¹¹⁹. Já em Porto Feliz, entre 1798 e 1843, cerca de um terço dos escravos com mais de 13 anos eram casados, taxa que sofreu uma queda no período de 1815 a 1824 devido à incorporação de egressos do tráfico, voltando a subir a partir de 1829, com a socialização dos africanos chegados no período anterior¹²⁰.

A partir desses dados, fica evidente a maior dificuldade de acesso ao casamento legal aos escravos pelotenses frente às populações escravas das outras regiões do Brasil. Juntamente com esses indicativos, um mapa estatístico do final da década de 1850 mostra que o número de casamentos entre escravos em Pelotas representava uma parcela muito pequena do total desse tipo de sacramento da Província do Rio Grande do Sul. Dos 94 casamentos de escravos realizados entre o segundo semestre de 1858 e os dois semestres de 1859, apenas três tiveram lugar nas freguesias pelotenses¹²¹. Infelizmente não contamos com os registros de casamentos de escravos de Pelotas. Tais registros foram, criminalmente, extraviados do acervo da Cúria Diocesana de Pelotas. De qualquer forma, através das fontes que foi possível analisar, fica uma questão: o que teria levado tão poucos escravos a acessarem o matrimônio católico em Pelotas?

¹¹⁹ MOTTA, José Flávio. *Op. cit.*, 1999, pp. 300 et. seq.

¹²⁰ Ver: GUEDES, Roberto. *Op. cit.*, pp. 145-151.

¹²¹ Cf. MAPA ESTATÍSTICO DOS CASAMENTOS, NASCIMENTOS E ÓBITOS DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL DESDE O 1º DE JULHO DE 1858 POR SEMESTRE. In: *DE PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO A ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. CENSOS DO RS, 1803-1950*, p. 67.

Uma das hipóteses leva em conta as incertezas quanto à estabilidade da instituição escravista, principalmente após o encerramento do tráfico transatlântico. Como argumenta Ricardo Salles,

É possível que, diante desse quadro [pressões pela abolição e a posterior cessação do tráfico internacional de escravos] e da intensificação do comércio interno de escravos que se seguiu, os senhores tenham passado a ver na estabilidade das famílias escravas um obstáculo importante à administração de seus negócios. A impossibilidade ou ao menos as dificuldades de separar cônjuges gerariam problemas de mobilidade de mão-de-obra¹²².

É imprescindível ter em conta que a mobilidade e possibilidade de dispor livremente da mão-de-obra eram características de extrema importância, principalmente em regiões com economias mais frágeis e instáveis. A mobilidade atendia a um grande número de demandas, desde a abertura de novas terras à exploração e compra de novas propriedades à formação de dotes, partilha de bens e à necessidade de venda de cativos. Assim, a opção dos escravistas por dificultar o acesso ao casamento de seus cativos pode corresponder a uma mentalidade de minimizar os conflitos que poderiam surgir em futuras separações.

A baixa incidência de casamentos legais entre escravos não revela, entretanto, ausência de relações familiares entre a população cativa pelotense. Os frutos dessas relações podem ser observados na grande quantidade de famílias compostas por mãe e seus filhos. Ao todo, 664 escravos estavam relacionados com pelo menos outro familiar no mesmo plantel. Eram famílias com diversas configurações: mães com filhos; mães, avós e filhos; mãe, filhos, tios, tias, sobrinhos, primos; irmãos sem mãe no mesmo plantel, etc. Houve um único núcleo familiar que envolvia um homem juntamente com seu filho. É o caso do viúvo Cândido, crioulo de trinta e cinco anos, listado juntamente com o seu filho legítimo

¹²² SALLES, Ricardo. *Op. cit.*, p. 223.

Ponciano, de quatro, na matrícula do seu senhor Salvador Aleixo Duarte¹²³. Ambos foram listados como comprados. Possivelmente Leonor, a mãe de Ponciano, tenha sido comprada junto com o marido e o filho. Ainda, poderia haver falecido antes da transferência de Cândido e Ponciano para a posse de Salvador Aleixo Duarte. Foram 60 núcleos familiares que contavam apenas com irmãos, sem a presença da mãe nos plantéis. Em cada um desses núcleos havia, em média, três irmãos, mas chegou a ser composto por até nove.

A grande maioria dos núcleos familiares, entretanto, foi composta por mães e seus filhos. Foram 157 mães com 370 filhos sendo 125 dessas mães nascidas no Brasil. Esse total é bastante representativo, se considerarmos que das 355 escravas com mais de 15 anos matriculadas, 44,2% delas constituíam família com pelo menos um filho na senzala de seu senhor. Heloísa Teixeira, ao estudar a composição das famílias em Mariana na segunda metade do século XIX aponta que, através dos dados de inventários e matrículas, 36,1% das mulheres adultas constituíram família através do casamento ou da maternidade¹²⁴. Tal diferença pode dar-se pelas características da fonte analisada por Teixeira. Segundo a mesma, os inventários não são fonte ideal para analisar o parentesco. Quando os dados das matrículas passam a ser incluídas, a partir do início da década de 1870, a taxa encontrada pela pesquisadora foi acima de 48%. Na Província de Espírito Santo foi observado um decréscimo da participação de mulheres em famílias através da maternidade ao longo do século XIX. Estudando a região de Vitória entre 1790 e 1819 e 1850 e 1871 a partir de inventários, Adriana Pereira Campos observou que a proporção de mulheres envolvidas com a maternidade caiu de 33,8% no começo do século para

¹²³ APERS. Comarca de Pelotas, Caixa 006.0104, processo n. 87, Inventário de Salvador Aleixo Duarte, 1875.

¹²⁴ TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Op. cit.*, p. 108.

20,6% no período entre o fim do tráfico transatlântico e a promulgação da lei de libertação do ventre escravo¹²⁵. Mesmo com taxas bastante inferiores, se comparadas com as obtidas para Pelotas e Mariana, Campos afirma que “os dados apresentados tornam evidente a capacidade reprodutora das escravarias capixabas ao longo do Oitocentos”¹²⁶.

Nos dados das matrículas pelotenses, apenas 15 mulheres com filhos nos plantéis eram africanas (10,7% das mães com origem identificadas). Em geral, as mulheres crioulas foram mães mais freqüentemente do que as africanas, não só em números absolutos, como proporcionais. Enquanto pouco mais de um terço das mulheres africanas com mais de 15 anos relacionadas nas matrículas analisadas eram mães, 44,8% das crioulas o eram. Entre as africanas, a média de filhos foi maior do que entre as crioulas: 3,1 e 2,3, respectivamente. Talvez isso se devesse à maior média etária das mulheres africanas. As mães africanas tinham em média 48 anos na época da matrícula enquanto que as crioulas, apenas 32.

A maioria de mães foi relacionada nas matrículas com apenas um filho, como demonstra o gráfico abaixo. Ainda assim, trinta e nove mães tiveram quatro ou mais filhos, chegando ao máximo de 10 filhos no mesmo plantel. É preciso ressaltar, entretanto, que o número de filhos identificados nas matrículas representa apenas um valor mínimo. Isso porque é possível que alguns filhos não tenham sobrevivido desde seu nascimento até o recenseamento feito com a matrícula. Além do mais, pode ter ocorrido que mãe e filhos tenham seguido caminhos diferentes, separados por venda, herança ou doação. Os dados apresentados por Heloísa Teixeira para

¹²⁵ CAMPOS, Adriana Pereira. Escravidão, reprodução endógena e criouliização: o caso do Espírito Santo no Oitocentos. In: *Topoi. Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2001, p. 92. Disponível em www.revistatopoi.org. Acesso em março de 2012.

¹²⁶ Ibidem.

Mariana mostram que no município mineiro também houve predomínio de famílias com poucos filhos. Ao longo da segunda metade do século XIX, 37,2% das famílias nucleares e 51,6% das famílias matrifocais tinham somente um filho, sendo o número máximo observado de sete filhos¹²⁷.

Gráfico 14: Distribuição das mães escravas de acordo com o número de filhos presentes nas matrículas. Pelotas, 1872.

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas, 1850 – 1884

Através das idades das mães e de seus filhos é possível verificar a idade da primeira concepção das mães cativas. Diminuindo a idade do filho mais velho da idade das mães, pode-se observar que a maioria das mulheres teve o seu primeiro filho entre os 17 e 22 anos. Novamente, é importante fazer algumas ressalvas em relação com a presença dos filhos mais velhos nos mesmos plantéis das mães. Robert Slenes se deparou com esse problema ao estudar as famílias escravas em

¹²⁷ TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Op. cit.*, p. 116.

Campinas a partir das listas de matrícula de escravos. Segundo ele, apenas 50% dos primeiros rebentos de cativos registrados na matrícula daquele ano seriam primogênitos¹²⁸. Dessa forma, concordo com Stuart Schwartz, quando afirma que “a partir dos arrolamentos, é impossível determinar a idade em que as mulheres começavam a ter filhos. O que podemos fazer é examinar a idade com que as mulheres deram à luz seu filho mais velho sobrevivente e presente na propriedade”¹²⁹. Feita essa ressalva, as informações das matrículas indicam que muitas escravas (44,8% daquelas entre as quais foi possível identificar a idade da primeira concepção) tiveram seus primeiros filhos entre 17 e 22 anos. Houve algumas que tiveram seus primeiros filhos muito mais jovens. Leopoldina, com 18 anos em 1872 já tinha dois filhos quando fora matriculada: Ana, de sete anos, e Otávio, de quatro¹³⁰. Além de Leopoldina, uma outra escrava teve seu primeiro filho com 12 anos e duas, com 13. A partir dos 14 anos já foram mais freqüentes as concepções: seis escravas conceberam pela primeira vez aos 14 anos; oito aos 15; e nove aos 16.

¹²⁸ SLENES, Robert. Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). *Estudos Econômicos*. São Paulo: FIEP/USP, 17(2), 1987, p. 220.

¹²⁹ SCHWARTZ, Stuart B. *Op. cit.*, 1988, p. 324.

¹³⁰ APERS. Comarca de Pelotas, Caixa 006.9513, Processo n. 48, Inventário de Rafael Vieira da Cunha, 1875.

Gráfico 15: Idade das primeiras concepções das mães escravas. Pelotas, 1872.

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas, 1850 – 1884

As mulheres crioulas tiveram seus primeiros filhos, em média, mais jovem do que as africanas. A primeira concepção das crioulas ocorreu, em média, aos 21 anos enquanto que entre as africanas se deu entre os 28 e 29 anos. Manolo Florentino e José Roberto Góes, analisando os inventários do Rio de Janeiro, calculam, a partir da idade do filho mais velho, que as escravas crioulas começavam a conceber por volta dos 20 anos e que as africanas, pelos 22. Ainda assim, os autores assinalam que

esta era a maior idade possível: se cruzássemos estes dados com os provenientes de registros de batismos chegaríamos a um número um pouco menor – e mais próximo da realidade – posto que os inventários capturam somente os filhos que permaneceram vivos e junto às mães¹³¹.

¹³¹ FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *Op. cit.*, 1997, p. 134.

A conclusão que os autores chegam é a de que provavelmente as escravas do agro fluminense se tornassem mães entre os 14 e 17 anos de idade, no caso de serem crioulas. Entre as africanas, é provável que as primeiras concepções se dessem entre os 16 e 19 anos, isso porque poucas africanas chegavam ao Brasil com menos de 15 anos. A idade da primeira concepção das mães escravas encontradas para a região agrária fluminense, se comparada com os padrões das populações livres do Brasil e da Europa, indicam a prematuridade da vida materna cativa. Mesmo assim, a idade da primeira concepção encontrada para as escravas foi bastante “similar àsquelas vigentes então para a África onde, ao contrário da Europa Moderna, a mulher casava e paria logo após a puberdade”¹³², situada em torno dos 15 anos de idade. A partir desses dados, os autores creditam a precocidade da maternidade entre as escravas a uma transposição e adequação de um padrão cultural africano, que foi capaz de se manter autônomo à cultura familiar branca. Outra característica da família escrava relacionada com a precocidade da maternidade seria a própria precocidade da montagem da família escrava, independente desta ser sancionada ou não pela Igreja¹³³.

A geração de filhos ia, muitas vezes, até o limite das condições reprodutivas das mulheres escravas em Pelotas. A partir da reprodução de um método utilizado por Florentino e Góes, procurei averiguar a idade onde as escravas dariam à luz pela última vez¹³⁴. As 47 mães com mais de 40 anos onde foi possível identificar a

¹³² Ibidem, p. 134.

¹³³ Ibidem, pp. 134 et. seq.

¹³⁴ Para estabelecer a idade da última concepção das escravas do agro fluminense, os autores adotaram como critério, a idade do filho mais novo das mães com idade igual ou superior a quarenta anos. Assim, subtraíram esse valor à idade da mãe e calcularam a média da idade da última concepção entre essas mulheres. Ainda, os autores consideraram que, pelas fragilidades da fonte, é possível que os últimos filhos possam não ter sido capturados, se acaso tiverem falecidos. Assim, acrescentou-se de 3 a 6 anos à essa média,

idade da última concepção tiveram seus últimos filhos, em média, com 35 anos. Acrescentando três e seis anos a esse valor, os limites encontrados entre as escravas pelotenses para o nascimento dos seus últimos filhos foi entre 38 e 41 anos. Observa-se que, assim como no Rio de Janeiro onde os dados apontaram para o encerramento da vida reprodutiva feminina próxima aos 40 anos¹³⁵, as escravas pelotenses tinham filhos em idades bastante avançadas, chegando muito perto dos limites biológicos para a procriação.

Segundo Florentino e Góes, haveria um sentido sociológico no prolongamento da idade de procriação do último filho: devido aos longos intervalos intergenésicos – de cerca de três anos entre um filho e outro – a capacidade de reprodução da mulher escrava seria muito limitada, forçando o incremento da fecundidade em idades mais avançadas. Tal incremento estaria ligado ao eventual desaparecimento da população escrava, marcada por uma elevada desproporção sexual. Conforme os autores:

talvez a situação em que se encontrassem os escravos fosse análoga à de certas comunidades primitivas cujo risco de desaparecimento, em consequência da exigüidade demográfica, as induzia à institucionalização de normas direcionadas à maximização das possibilidades reprodutivas do grupo. Não há motivos aceitáveis para menosprezar a idéia de que a comunidade escrava, também ela, constituísse variados mecanismos pelos quais se reiterasse, no tempo, como tal. A procriação era um objeto de investimento desta espécie de obsessão sociológica e a sua maximização dependeu do exercício de certos padrões forjados pela vivência escrava¹³⁶.

As características das práticas reprodutivas em Pelotas indicam para uma grande extensão ao longo da idade reprodutiva da mulher, iniciando logo após a puberdade e encerrando com a proximidade do fim das capacidades biológicas de

para se obter um quadro mais fiel de quando, de fato, houve a última concepção das escravas. Ver: Ibidem, p. 137.

¹³⁵ Ibidem, p. 137.

¹³⁶ Ibidem, pp. 139-140.

reprodução feminina. No entanto, por mais que nas matrículas houvesse, em geral, a preocupação em descrever a filiação dos escravos, é impossível ter a compreensão exata da quantidade de filhos gerados pelas mulheres cativas ao longo de suas vidas. As matrículas mostram uma média de 2,4 filhos para cada mãe arrolada. Essa média, entretanto, está sujeita a possibilidade de que nem todos os filhos das escravas estivessem no mesmo plantel que suas mães, que tenham falecido em algum momento entre a concepção e a execução da matrícula, etc.

A análise da tabela 23, abaixo, mostra quão subestimada é a média obtida a partir dos registros das matrículas. Nesta tabela, elenquei as mães com quatro ou mais filhos identificados. Chama atenção o fato que 16 das 38 mães com quatro filhos ou mais¹³⁷ terem até 36 anos (a idade média da última concepção entre as escravas pelotenses), o que sugere a existência de capacidade biológica entre essas mulheres para a geração de mais filhos. De fato, entre essas 16 mães, pelo menos dez não parecem ter interrompido as atividades reprodutoras no momento dos inventários de seus senhores. As idades dos seus filhos mais novos – de até três anos – podem sugerir que essas escravas se encontravam em um intervalo genésico. A média dos intervalos entre os filhos das escravas pelotenses foi de 3,6 anos (sendo que o valor modal foi de 2 anos), oscilando principalmente entre 1 e 6 anos entre a concepção de cada filho. Assim, é plausível que algumas dessas escravas que já tinham pelo menos quatro filhos ainda dessem a luz após 1872.

¹³⁷ Houve um caso de uma escrava com dez filhos que, por não haver sido incluída a sua idade, não foi possível averiguar idade de primeira e última concepção. Por esse motivo a mesma não foi incluída na tabela que segue.

Tabela 23: Mães com quatro ou mais filho. Pelotas, 1850 - 1884.

Nome da mãe	Idade	Número de filhos	(A)	(B)	(C)
Ana	30	4	22	29	1
Angélica	28	4	18	26	2
Antônia	56	4	26	47	9
Benedita	40	4	26	38	2
Catarina	39	4	29	32	7
Catarina	24	4	18	22	2
Delfina	34	4	17	30	4
Eva	32	4	15	29	3
Januária	35	4	24	29	6
Joaquina	50	4	25	38	12
Juliana	44	4	27	39	5
Laurentina	40	4	13	36	4
Leocádia	35	4	21	31	4
Lina	45	4	25	34	11
Luísa	38	4	26	37	1
Marciana	27	4	19	26	1
Marcolina	30	4	21	27	3
Maria	40	4	28	38	2
Mariana	46	4	23	38	8
Martinha	39	4	32	37	2
Rita	30	4	17	24	6
Rita	39	4	19	35	4
Rufina	24	4	17	22	2

Sabina	25	4	14	23	2
Brisida	33	5	18	29	4
Florenciana	28	5	20	27	1
Januária	38	5	28	36	2
Margarida	40	5	17	35	5
Maria	37	5	19	33	4
Maria	65	5	25	45	20
Maria Rosa	38	5	16	32	6
Sofia	56	5	21	40	16
Francisca	50	6	29	44	6
Júlia César	32	6	14	26	6
Leopoldina	27	6	14	26	1
Teresa	50	6	28	44	6
Feliciano	40	7	22	36	4
Maria Manoela	40	7	12	37	3

(A): Idade da primeira concepção;

(B): Idade da última concepção;

(C): Idade do filho mais novo.

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas, 1850 – 1884

Atentando à distribuição social dos grupos familiares matrifocais em Pelotas, é interessante a observação de que a maioria desses núcleos encontrava-se nos menores plantéis, aqueles com até 10 escravos. Apesar de possuírem apenas 43,1% do total de escravos – segundo as matrículas – os pequenos proprietários concentravam 55,4% das famílias matrifocais identificadas. Esse dado exhibe uma importante especificidade de Pelotas em relação às outras regiões do Brasil. Heloísa Teixeira, por exemplo, mostra que as relações de parentesco entre escravos na segunda metade do século XIX em Mariana cresciam de acordo com o tamanho dos plantéis. Assim, a autora corrobora os resultados de diversos estudos sobre a família

escrava que afirmam que nos maiores plantéis existiam condições mais propícias para o estabelecimento de relações familiares entre os cativos. Por outro lado, nos menores plantéis, o menor número de escravos, a maior desproporção entre homens e mulheres e a maior dificuldade de legitimação das uniões pode justificar a menor incidência de vínculos familiares¹³⁸.

Tabela 24: Presença de laços de maternidade por tamanho de plantel.

Pelotas, 1850 - 1884.

Tamanho de plantel	Mães		Filhos		Média de filhos por mãe	Irmãos sem mãe no plantel	
	#	%	#	%		#	%
0 – 10	87	55,4	168	45,4	1,9	78	43,1
11 – 50	59	37,6	163	44,1	2,8	81	44,8
+ 50	11	7,0	39	10,5	3,5	22	12,2
Total	157	100,0	370	100,0	2,4	181	100,1

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas, 1850 – 1884

Enquanto a bibliografia costuma creditar a maior presença da família escrava nos maiores plantéis, em Pelotas era nas menores escravarias que as relações consangüíneas que uniam escravos em família foram mais importantes. Talvez por que em Pelotas diferentemente de outras regiões, os menores plantéis tinham uma composição sexual bastante equilibrada, como visto anteriormente, tenham ocorrido condições mais propícias para a estabilização de famílias cativas no seu interior. Corrobora essa afirmação o fato de que, entre os plantéis com até dez escravos, os

¹³⁸ TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Op. cit.*, p. 111.

indivíduos envolvidos em famílias matrifocais representavam 38,9% dos cativos destas senzalas; naquelas compostas por 11 a 50 escravos, eram 36,9%; e, finalmente, nas escravarias com mais de 50 cativos, apenas 18,8% deles eram mães ou filhos de escravas do mesmo plantel. Pode-se observar, porém, que a média do número de filhos era crescente de acordo com o tamanho do plantel, sendo inferior a dois nos menores e 3,5 nos maiores.

Ressalto também a importância dos filhos de escravos nos plantéis de tamanho médio. Apesar de, nesta categoria, a compra ter sido uma importante forma de aquisição de escravos, de acordo com dados do capítulo anterior, quase 42% dos escravos possuídos pelos escravistas com 11 a 50 cativos foram adquiridos através da reprodução de suas escravas. Isso leva a pensar na própria importância desses escravos “cria da casa” na expansão dos plantéis, fazendo com que, inclusive, seus senhores passem de pequenos a médios proprietários (segundo a categoria aqui utilizada). Como problematizam José Flávio Mota e Renato Marcondes, nas situações em que as famílias fossem constituídas, a eventual prole resultante poderia implicar a mudança na própria faixa de tamanho¹³⁹. É interessante pensar, nesse sentido, que além do fato do tamanho do plantel haver sido fundamental para o estabelecimento de famílias escravas, pode-se observar o inverso: a família sendo fundamental para a manutenção dos plantéis, inclusive causando efeitos sobre o tamanho da posse a ponto de elevá-la a outro patamar.

¹³⁹ MARCONDES, Renato Leite; MOTTA, José Flávio. A família escrava em Lorena e Cruzeiro (1874). In: Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu: ABEP, 2000. Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/hist13_3.pdf. Acesso em fevereiro de 2012.

De fato, não foram poucos os casos como o do plantel de Joaquim Pereira Gomes¹⁴⁰. Em 1872, Joaquim tinha 13 escravos. Maria, a matriarca, tinha 65 anos e, segundo a matrícula havia nascido na Província do Rio Grande do Sul – embora sua mãe fosse desconhecida – e fora herdada por Joaquim Pereira Gomes. Já na senzala de Joaquim, Maria teve cinco filhos (três mulheres e dois homens), concebendo o primeiro com 25 anos e o último com 45. Todas as filhas de Maria foram mães: Marcolina, de 30 anos, teve quatro filhos; Maurícia, com 25 anos na época da matrícula, teve dois; e Rita, com 20, também dois. Maria, seus filhos e netos compunham todo o plantel em questão, sendo somente a matriarca adquirida por outra forma que não a reprodução interna. É interessante que na listagem de escravos, não havia nenhum escravo que possa ser o pai tanto dos filhos de Maria quanto de seus netos. Haviam falecido? Sido alforriados? Vendidos? Poderiam ainda ser livres, libertos ou mesmo escravos de outros senhores. Caso fossem escravos de outro senhor, talvez o nascimento da prole gerasse uma situação de conflito pela sua posse, sustento, etc. Talvez o relacionamento de escravas com homens libertos ou livres possa explicar esse caso. A historiografia aponta para um importante ganho para o senhor ao permitir tais relacionamentos. Poderia haver um interesse na ampliação do poder pessoal do senhor pela anexação de mais dependentes e na transferência da responsabilidade de subsistência do cativo e de sua prole ao cônjuge livre ou liberto¹⁴¹.

¹⁴⁰ APERS. Comarca de Pelotas, Caixa 006.0516, processo n. 104, Inventário de Joaquim Pereira Gomes e Maria Joaquina da Conceição, 1879.

¹⁴¹ FARIA, Sheila de Castro. FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, pp. 316-317.

Na senzala de Vicência Gomes da Silva Tavares¹⁴², todos os seus quatro escravos eram “crias da casa”, filhos de Joaquina. Apesar de ter pertencido ao plantel – haja vista que seus filhos foram crias daquela casa – Joaquina não estava presente na matrícula. Não consta o motivo de sua ausência. Assim como o caso dos filhos de Joaquina, que tinham sua mãe ausente no momento da matrícula encontrou-se um total de 59 grupos familiares envolvendo irmãos com a mãe ausente, envolvendo ao total 181 indivíduos. Como a Tabela 24 mostra, foram mais freqüentes em médias e pequenas propriedades. Eram grupos normalmente de dois a quatro irmãos, mas podendo se estender até nove. Em sua maioria, eram homens e mulheres adultos (63% frente a 19,3% de jovens entre 10 e 14 anos e 17,1% de infantes até nove anos), havendo um pequeno predomínio masculino, representando 53%. Em média, esses indivíduos tinham aproximadamente 17 anos e eram, quase que exclusivamente, crias da casa ou herdado (77,3% e 21,5%, respectivamente). Apenas dois haviam sido comprados, os quais eram irmãos de escravos herdados ou crias da casa. O que teria acontecido com as mães desses cativos? As matrículas ajudam a especular sobre seus destinos.

Apesar de haver algumas evidências sobre os motivos de ausência dessas mães dos plantéis onde estavam seus filhos, para apenas 37 das 59 mães ausente (62,7%) foi anotada na matrícula algum motivo para o seu afastamento da convivência com os filhos. Praticamente metade das mães as quais foi anotada alguma informação havia sido alforriada e a outra metade, falecido até o momento da matrícula – 48,6% e 45,9%, respectivamente. Apenas duas (5,4%) haviam sido vendidas. Esses números indicam que não houve uma tendência por parte dos senhores em separar as famílias escravas a não ser por forças maiores, o

¹⁴² APERS. Comarca de Pelotas, Caixa 006.0426, processo n. 782, Inventário de Julião José Tavares, 1873.

falecimento, ou pela alforria, que não impedia o convívio de mães e filhos. Talvez a libertação das mães poderia se configurar em uma estratégia de promover a liberdade das escravas, mas mantendo-as próximas das senzalas habitadas pelos seus filhos. De qualquer forma, como a maioria (63%) dos indivíduos com irmãos, mas mães ausentes no plantel estavam em idade adulta no momento da matrícula, as separações de mães e filhos não envolvia a dissolução dos laços de dependência que unia mães e seus filhos mais jovens.

A bibliografia sobre o tema mostra que a dissolução de famílias escravas mesmo antes do Decreto de 15 de setembro de 1869, que no seu artigo segundo proibiu a separação de marido e mulher ou filho com até quinze anos do pai ou da mãe¹⁴³. Estudando as partilhas de escravos em Campinas ao longo do século XIX, Cristiany Miranda Rocha afirma que

[...]muito antes da lei de 1871 proibir a separação de casais e de pais e filhos menores de 12 anos (em qualquer tipo de transmissão de propriedade) [Lei de 15 de setembro de 1869], a prática entre os senhores de escravos de Campinas já era a de preservar esses núcleos familiares nas partilhas, sobretudo os casais. Assim, podemos considerar que aquela lei veio formalizar uma prática já existente desde a primeira metade dos Oitocentos¹⁴⁴

Juliana Garavazo, ao comparar a manutenção das famílias escravas após o falecimento de seus senhores em dois períodos distintos – de 1851 a 1869 e de 1871 a 1887 – atentando às leis que proibiam a divisão de famílias, seja por venda ou herança, observou que as unidades familiares haviam sido menos prejudicadas no primeiro período estudado. Enquanto que nas décadas de 1870 e 1880, 67,1% das famílias permaneceram total ou parcialmente unidas, nas décadas anteriores

¹⁴³ Texto disponível em www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=73932&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB. Acesso em fevereiro de 2012.

¹⁴⁴ ROCHA, Cristiany Miranda. *Gerações da Senzala: famílias e estratégias escravas no contexto dos tráficos africano e interno*. Tese de doutorado em História. Campinas, Univerisidade Estadual de Campinas, 2004.

essa proporção foi de 72%. Nas palavras da autora, “tal resultado não deveria ser esperado, uma vez que a nova legislação imposta ao sistema escravista após 1869 tinha como objetivo final evitar a separação de famílias”¹⁴⁵. Efetivamente, o momento de maior instabilidade para as famílias escravas era representado pela morte do senhor e divisão de seus bens. Como afirma Sidney Chalhoub, esse fato marcava o início de um período de incertezas onde não só a separação das famílias afligia os escravos, mas a própria incerteza quanto ao convívio sob o jugo de um novo senhor¹⁴⁶.

A partir dos dados das matrículas para Pelotas é impossível compreender a estabilidade das famílias escravas com precisão. É certo que muitas famílias permaneceram unidas mesmo após a morte de seus senhores. Como visto anteriormente, mesmo considerando a falta de informações para 36,3%, os principais motivos para ausência das mães foram a alforria ou o óbito. De qualquer forma, a separação não parece ter tendido a distanciar mães de seus filhos mais jovens, visto que a maioria dos irmãos separados de suas mães (63%) tinha mais de 15 anos.

De forma geral, alguns dados coletados em fontes diversas mostram que houve, ao longo da segunda metade do século XIX, uma continuidade nos nascimentos de escravos. Através dos batismos disponíveis no Arquivo da Diocese de Pelotas, pode-se observar o nascimento de escravos em alguns anos. Infelizmente esses documentos contam com grandes lacunas – somente foram encontrados os livros dois, que conta com os registros dos anos de 1850 a 1852 (este, incompleto), e o livro oito, que registrou os batismos de filhos de escravas,

¹⁴⁵ GARAVAZO, Juliana. *Op. cit.*, p. 240.

¹⁴⁶ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 111.

nascidos libertos entre 1879 e 1884. Além disso, um mapa dos casamentos, nascimentos e óbitos em Pelotas indica o número de nascimentos entre os anos de 1859 e 1863. Os dados estão dispostos na Tabela 25, abaixo, na qual pode se observar um incremento nos nascimentos ao longo da década de 1850.

Tabela 25: Nascimentos de escravos em Pelotas. 1850 - 1884.

Ano	Número de nascimentos de escravos
1850	158
1851	209
1859	249
1860	119
1861	129
1862	82
1863	186
1880	129
1881	115
1882	112
1883	96
1884	44

Fontes:

ADP. Registro de batismos de escravos da Igreja Matriz de Pelotas.

Livro 2 (1835 – 1852);

ADP. Registro de batismos de ingênuos. Livro 8 (1879 – 1884);

MAPA ESTATÍSTICO DOS CASAMENTOS, NASCIMENTOS E ÓBITOS DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL DESDE O 1º DE JULHO DE 1858 POR SEMESTRE. In: DE PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO A ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. CENSOS DO RS, 1803-1950, p. 67.

Percebe-se evidente uma progressão dos nascimentos ao longo da década de 1850, mesmo com as lacunas nos dados obtidos, que podem indicar um esforço por parte dos escravistas em ampliar as suas posses através do ventre materno. Como visto anteriormente, quando foi analisado o perfil demográfico dos escravos arrolados nos inventários, a partir da segunda metade da década de 1850 foi observado um crescimento na participação das crianças nos plantéis pelotenses. Foi a partir da promulgação de lei que tornava livre o ventre escravo que o número de crianças nos plantéis decaiu drasticamente. Apesar de as mulheres escravas não terem parado de engravidar e dar à luz seus filhos estes, como livres, provavelmente não constavam nos arrolamentos dos inventários. Até o início da década de 1880 ainda houve um número importante de nascimentos de mães escravas, talvez com a esperança dos senhores de utilizar o trabalho desses indivíduos até a idade dos 21 anos, como previa a lei.

Apesar de dispor de poucos dados para avaliar a importância dos nascimentos de escravos como uma forma de manter a população cativa crescendo, ou pelo menos estável, o mapa dos casamentos, óbitos e nascimentos ocorridos entre 1858 e 1863 mostra a importância dos nascimentos para a estabilização da população cativa em Pelotas. Isso porque nesses seis anos foram contabilizados para as paróquias pelotenses 765 nascimentos de escravos e 636 óbitos. Ou seja, em seis anos, o número de nascimentos superou o de óbitos em quase 70 indivíduos. Esses dados não indicam, obviamente, que a escravidão em Pelotas poderia se sustentar exclusivamente através dos nascimentos de cativos, mas esse recurso foi extremamente importante, pelo menos na manutenção do tamanho da população cativa. Como vimos anteriormente, entre as décadas de 1850 e 1870 houve um importante crescimento no tamanho da população cativa em Pelotas.

Nesse processo, a reprodução parece ter sido um fator importante a ser considerado. Se é evidente que o comércio foi a principal forma de aquisição de cativos em Pelotas, não se pode deixar de destacar uma importante contribuição da reprodução natural da população cativa.

O estudo sobre a capacidade reprodutora e a família escrava nos plantéis pelotenses ajuda a compreender melhor a sua importância para a composição da escravaria local e, inclusive, da manutenção da escravidão após o fim do tráfico transatlântico. Apesar da pouca incidência de relações institucionalizadas pelo casamento católico, foram encontrados importantes indícios de uniões consensuais envolvendo laços consangüíneos entre mães e filhos e irmãos. Uma boa parte das mulheres com mais de 15 anos no momento da matrícula haviam gerado pelo menos um filho – em média, cada mãe teve 2,4 filhos. Ainda assim, 39 mulheres – quase um quarto das mães – tiveram entre quatro e dez filhos. Essas famílias maiores se explicam pelas características da vida reprodutiva das mulheres escravas em Pelotas. Elas iniciavam seu ciclo reprodutivo bastante cedo, normalmente logo após a entrada na puberdade. Ao mesmo tempo, o ciclo se encerrava também próximo dos limites biológicos femininos. Muitas mães tiveram seus últimos filhos com idades próximas a 40 anos. Aliados a intervalos genésicos que iam, na sua maioria, de um a seis anos (com uma média de 3,6 anos), esses limites extensos do ciclo reprodutivo feminino mostram a capacidade de geração de um elevado número de filhos.

Talvez para os senhores dessas escravas houvesse interesse em incentivar a gravidez, visto o importante retorno, que nesse momento o acesso ao comércio de

escravos era muito mais restrito, em termos de acumulação de cativos. Pôde-se ver que foi inclusive nos plantéis com menores condições de acessar o comércio de escravos que a reprodução endógena foi mais importante, chegando a envolver, entre mães e filhos, mais de um terço dos escravos listados nos plantéis com até dez cativos. Ainda assim, os plantéis de tamanho médio também tiveram uma importante participação da família escrava na sua composição. É possível que o fruto dessas famílias tenha proporcionado até mesmo a mudança na faixa de propriedade de diversos médios proprietários.

Essas famílias surgidas no interior das senzalas pelotenses em geral se mantiveram unidas, mesmo que sem a presença das mães, como foi o caso de 60 grupos de irmãos com as mães ausentes. Esses irmãos que, na maior parte, eram maiores de 15 anos foram separados de suas mães somente pela alforria ou falecimento da mesma. Como a historiografia aponta, não era costume entre os escravistas a divisão de famílias escravas pela herança ou venda, mesmo antes das leis específicas sobre a separação das famílias cativas. Em Pelotas, mesmo com poucas informações, observou-se que tanto a venda quanto a herança não parecem ter alterado a estabilidade desses núcleos familiares. Acredito que esses dados podem indicar realmente um projeto por parte dos escravistas em investir na reprodução dos cativos como forma de manutenção da escravidão, em especial entre aqueles proprietários que enfrentavam maiores restrições de acesso ao tráfico interno, pelo menos até 1871.

Capítulo VII: A venda e a compra de escravos em Pelotas

A partir dos dados das matrículas de escravos observou-se que a compra de cativos se constituiu como a principal forma de aquisição de trabalhadores em Pelotas. Os escravos obtidos através da compra por seus senhores até o momento da matrícula representavam quase 43% do total de indivíduos matriculados e estavam presentes em quase 70% dos plantéis arrolados, com maior frequência nas maiores senzalas do que naquelas com até 10 cativos. Verificou-se também que, de acordo com a hipótese do ciclo de vida do proprietário, as compras eram, em geral, realizadas na juventude dos escravistas, enquanto estes ainda procuravam montar suas escravarias. Os escravistas com até 49 anos acessaram muito mais o mercado de escravos para comprar cativos do que aqueles com mais de cinquenta anos, que tiveram na reprodução natural um importante método para manutenção e, quem sabe, ampliação dos plantéis. Isso não quer dizer que o comércio e o tráfico de escravos não foram importantes fornecedores de mão-de-obra cativa para Pelotas após 1850, seja para pequenos, médios ou grandes escravistas, jovens ou idosos. A reorganização social e geográfica do trabalho escravo a partir da compra de cativos crioulos e africanos que em 1850 já se encontravam no país foi fundamental para a longevidade da escravidão após o fim da entrada de novos africanos no Brasil. É claro que muitas dificuldades surgiram: o encarecimento do braço cativo, o aumento da necessidade de trabalhadores no sudeste cafeeiro, o avanço do abolicionismo, entre outros. No entanto, muitos brasileiros e, no caso em questão, pelotenses, recorreram aos mercados locais, intra e interprovinciais para suprir a necessidade de escravos. Mesmo com um número cada vez menor de escravistas, a compra de

escravos após 1850 tornou a escravidão viável para escravistas abastados e também para aqueles menos prósperos. Esse capítulo tem como objetivo analisar mais profundamente as compras e vendas de escravos em Pelotas e como tal comércio moldou a escravidão na cidade após a cessação do tráfico internacional de escravos.

Os escravos classificados como comprados nas matrículas pelotenses eram, em sua maioria, homens em idade adulta. Dos 654 indivíduos desse grupo, 359 (55,1%) eram homens com idade entre 15 e 49 anos. As mulheres adultas eram 17,5% dos escravos comprados (totalizando 114 cativas), seguidas pelos homens com mais de 50 anos (106 indivíduos e 16,3% dos escravos). As mulheres com mais de 50 anos eram apenas 29 entre os escravos matriculados e relacionados como comprados, o que representou 4,4% desse grupo. Entre as crianças, foi maior a frequência das do sexo feminino, sendo 24 meninas frente 20 meninos (3,7% e 3,1%, respectivamente). A partir desses dados fica mais uma vez evidente a preferência dos escravistas no momento de recorrer ao mercado de escravos: homens em idade adulta, com as melhores condições de executar as árduas atividades da vida cativa. E isso se observa na descrição da aptidão dos escravos matriculados. Entre os escravos comprados, apenas 7,2% foram declarados com pouca ou nenhuma aptidão para o trabalho (os principais adjetivos utilizados foram “doente”, “inútil”, “inválido”, “pouca aptidão”, “pouco serviço”, “quase inútil”, entre outros). Entre os escravos herdados e crias da casa, esse percentual foi muito maior: 13,6% e 28,9%, respectivamente. Aqueles escravos considerados com boa aptidão para o trabalho (“para todo serviço”, “boa”, “muita”, “apto”, etc.) foram 84% entre os comprados, 81% entre os herdados e 57,6% entre os cativos crias da casa.

Aqueles com aptidão moderada (“serviços leves”, “regular”, etc.) foram 8,8%, 5,4% e 13,4%, respectivamente. Fica assim evidente que as compras de escravos buscavam suprir necessidades mais urgentes de trabalhadores e, por outro lado, a reprodução poderia estar inserida dentro de uma estratégia com um prazo mais longo de retorno.

Eram diversas as origens dos escravos comprados. Daqueles que tiveram sua origem especificada, 64,3% eram crioulos e 35,7%, africanos. Entre os crioulos, muitos (76%) eram nascidos na própria Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Para apenas sete desses constavam a cidade de origem, sendo Pelotas, Cangussú, Encruzilhada e Pedras Altas as localidades observadas. Dos crioulos provenientes de outras províncias, a maioria (47) era de províncias do nordeste: Pernambuco (17), Bahia (16) e Ceará (10) foram as mais recorrentes. As outras províncias de fora do nordeste eram Rio de Janeiro (15), São Paulo (2) e Santa Catarina (2). Em relação aos africanos, aqueles que tiveram uma descrição mais aprofundada a maior parte era originária da região da África Ocidental: Mina (19), Nagô (7) e Cabo Verde (2). Da região Central Atlântica, foram descritos cinco originários do Congo e dois de Benguela. Apenas três moçambicanos foram listados nas matrículas pesquisadas.

Os dados das matrículas, apesar de mostrarem um quadro bastante abrangente da composição dos plantéis pelotenses, não são suficientes para uma compreensão mais aprofundada sobre a compra de escravos após o encerramento do tráfico transatlântico. Isso porque as matrículas são fontes que representam a imagem dos plantéis no momento da relação, sendo, portanto, estáticas. As matrículas não mostram, por exemplo, quando o escravo foi comprado, de quem foi comprado, se foi adquirido sozinho ou junto com outros cativos, qual o preço da

compra, etc. Além disso, analisando somente as matrículas de Pelotas apenas um lado do comércio é mostrado, a entrada de cativos. Perde-se, portanto, o movimento do comércio. Para sanar com tal deficiência, utilizou-se outros dois *copora* documentais: as escrituras públicas de compra e venda de escravos e as procurações passadas com o objetivo de comercializar escravos.

As escrituras públicas de compra e venda tratam-se de documentos que mostram a transação comercial de algum bem, onde estavam envolvidos compradores, vendedores e testemunhas. Denominava-se uma escritura porque era realizada por um tabelião e era registrada em livros cartoriais; era também pública porque estava sob controle do Estado, escrita por um burocrata imperial; e, finalmente, era uma compra e venda porque tinha o fim de transacionar de forma legal qualquer bem: casas, terras, móveis, escravos etc. Assim, este documento produzido durante o século XIX com o objetivo de tornar público e legal as relações comerciais e também com o fim de evitar problemas de embargo e herança, torna-se privilegiado para entender a dinâmica comercial de escravos, já que apresenta informações relevantes sobre os tramites da obtenção de cativos na época. Não pretendo, contudo, ser ingênuo ao ponto de negar que parte do comércio fosse feita à revelia do estado, burlando dessa forma o pagamento da meia sisa. Em estudo sobre o mercado de escravos no sudeste brasileiro, Robert Slenes utilizou as meias sisas como forma de observar a intensidade do comércio de cativos entre 1850 e 1888. Segundo o autor, um dos problemas observados em relação a esta fonte era justamente a frequência com que o pagamento da taxa era burlado a partir de transações comerciais particulares de escravos, sem registro público da venda, o que tinha validade perante a lei. Em 1860, uma lei imperial exigiu o registro público

das vendas de escravos acima de 200\$000¹⁴⁷. De fato, foram poucas as escrituras públicas de compra e venda de escravos localizadas para o período dessa pesquisa, não parecendo ter havido influência da lei que obrigava o registro público das transações, como ser verá adiante. Na impossibilidade de analisar as vendas não registradas, as escrituras públicas dão um bom panorama do comércio de escravos envolvendo moradores de Pelotas.

Porém, nem todas as transações de escravos eram feitas diretamente entre comprador e vendedor. O comércio que envolvia partes de municípios e províncias diferentes se fazia normalmente através de intermediários, os procuradores, representantes do vendedor ou do comprador. Novamente segundo Robert Slenes,

nesses casos não se costumava fazer uma escritura de compra e venda para cada transação efetuada. Normalmente se disfarçava a transferência de posse para um negociante intermediário com uma procuração bastante, que conferia a este plenos poderes para vender o escravo onde e por quanto quisesse. Se o negociante passava o escravo para outro intermediário, também não o fazia por escritura mas por um substabelecimento da procuração [...]. O objetivo desses subterfúgios era de evitar o pagamento do imposto de compra e venda cada vez que o escravo passava de um dono para outro¹⁴⁸.

Para observar melhor a saída de escravos de Pelotas, outro grupo de documentos foi analisado: as procurações bastante de venda de escravos. Os livros onde constam procurações em Pelotas foram iniciados apenas em 1874, deixando uma grande lacuna referente aos anos iniciais da grande propulsão do comércio interprovincial. As procurações localizadas se estenderam até o ano de 1880.

Antes de adentrar a análise empírica, cabe fazer um breve levantamento historiográfico acerca da inserção do Rio Grande do Sul no tráfico interno de escravos após a interrupção da entrada de novos africanos. Há muito tempo os

¹⁴⁷ SLENES, Robert. *Op.cit.*, 1986, p. 117.

¹⁴⁸ *Ibidem*, p. 119.

estudos que discorrem sobre tráfico interno o fazem com uma ênfase nas entradas de escravos nas províncias cafeeiras do sudeste brasileiro¹⁴⁹, privilegiando as áreas com cultura agro-exportadora em detrimento daquelas com economia voltada ao abastecimento do mercado interno. Essas últimas eram, quase sempre, vistas como perdedoras de escravos nos círculos do tráfico interno depois da interrupção da entrada de novos cativos africanos no Brasil. No que se refere ao Rio Grande do Sul, a obra de Robert Conrad mostrou, a partir de dados estatísticos como o censo imperial de 1872, como a província teria perdido quantidades relevantes de escravos já entre as décadas de 1850 e 1860, sendo na década de 1870 a província que mais teria perdido escravos na dinâmica do tráfico interno¹⁵⁰.

O grande problema da análise de Conrad quanto à questão da perda de escravos é o uso de uma fonte que subestimou bastante o número de escravos no Rio Grande do Sul, como visto no segundo capítulo deste trabalho. Um estudo de Robert Slenes que utilizou os dados extraídos dos registros de matrículas de escravos, anexos aos Relatórios da Diretoria Geral de Estatística do Império de 1873, verificou que neste ano a província contava com 83.370 escravos, mais de 15 mil escravos do que era apontado no censo de 1872¹⁵¹. Com a devida correção dos dados, a situação se inverteria, de fornecedor de escravos para o tráfico interno, o Rio Grande do Sul passaria a comprador de cativos de outras províncias.

¹⁴⁹ Ver, por exemplo: COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 2ª ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982; GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1980; GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 27, 2002, pp. 121-160; MOTTA, José Flávio. *Op. cit.*, 2010; SLENES, Robert. *Op. cit.*, 1976; _____. *Op. cit.*, 1986.

¹⁵⁰ CONRAD, Robert. *Op. cit.*

¹⁵¹ SLENES, Robert. O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX. *Estudos Econômicos*, v.13, n.1, jan./abr., 1983, pp. 117-149.

E como Pelotas estaria inserido dentro desta lógica de redistribuição da população escrava no território brasileiro? Seguindo as estatísticas para o final do século XIX, os pesquisadores dedicados ao estudo produção do charque acabaram por concluir que foi o acirramento do tráfico interno um dos principais fatores para a crise da economia do charque¹⁵². Nenhum desses autores, contudo, se dedicou à análise direta das compras e vendas dos escravos. A pesquisa através dos registros de transação de escravos mostra resultados muito interessantes, que põe em dúvida a visão tradicional da perda de escravos entre os proprietários pelotenses para o tráfico interno.

Entre 1850 e 1884 foram registradas apenas 50 escrituras de compra e venda de escravos nos tabelionatos Pelotenses, onde foram negociados 294 escravos. Adiciona-se a essas escrituras, outras 37 registradas fora de Pelotas, mas envolvendo moradores dessa cidade¹⁵³. Foram coletadas escrituras de compra e venda de escravos em dez municípios da província, negociando 42 cativos. A maior parte das transações registradas, conforme mostra a tabela abaixo, negociava apenas um cativo. Entre as transações registradas em Pelotas as negociações de mais de um escravo foram mais freqüentes, chegando a transacionar até 56 escravos em uma única escritura. A maior parte das escrituras envolvendo grandes números de escravos tratava da venda de outros bens, além dos cativos. Foi o caso

¹⁵² Ver, por exemplo: CORSETTI, Berenice. *Op. cit.*, 1983; MONASTÉRIO, Leonardo. A decadência das charqueadas gaúchas no século XIX: uma nova explicação. In: *Anais do VIII Encontro Nacional de Economia Política*. Florianópolis: SEP, 2003.

¹⁵³ Para identificar as compras e vendas de escravos feitas fora de Pelotas recorri ao Catálogo de Compra e Venda de Escravos, da Série Documentos da Escravidão no RS editada pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Conforme a introdução deste catálogo, a cidade de origem do vendedor/comprador, em caso de ser diferente do local onde a escritura foi registrada, foi incluída no verbete produzido. Dessa forma, busquei aqueles moradores de Pelotas que estavam envolvidos em transações de escravos fora do município. Ver: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Documentos da escravidão: compra e venda de escravos: acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2010. 2v.

da transação envolvendo o maior número de escravos onde, além dos 56 escravos, os sócios charqueadores Cipriano Rodrigues Barcellos e Domingos Pinto Mascarenhas venderam o estabelecimento de charqueada com todos os pertences e uma embarcação para a firma Cândido Antônio Barcellos & Irmãos¹⁵⁴. Fora de Pelotas, os moradores desta cidade negociaram, com exceção de quatro casos, apenas um cativo em cada transação.

Tabela 26: Escrituras de compra e venda de acordo com o número de escravos negociados. 1850 - 1884.

Número de escravos negociados	Pelotas		Outros municípios		Total	
	#	%	#	%	#	%
1	31	62,0	33	89,2	64	73,6
2 a 5	11	22,0	4	10,8	15	17,2
6 a 10	0	0,0	0	0,0	0	0,0
+ 10	8	16,0	0	0,0	8	9,2
Total	50	100,0	37	100,0	87	100,0

Fonte: APERS. Tabelionato de Pelotas, Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos, 1850-1884.

A distribuição das escrituras registradas nos cartórios de Pelotas foi bastante homogênea ao longo das décadas selecionadas para esta pesquisa. Como se vê na Tabela 27, abaixo, em cada década foram registradas entre 11 e 14 escrituras. Porém, ao observar-se a quantidade de escravos comercializados nessas transações verifica-se uma queda contínua ao longo das quatro décadas

¹⁵⁴ APERS. Tabelionato de Pelotas, 1º Tabelionato, Livro 9, p. 105r.

selecionadas. O mercado de escravos esteve bastante efervescente na década de 1850 ao negociar mais de cem cativos, mas este ímpeto foi claramente decrescendo nas décadas subseqüentes até cessar de vez em 1884. Talvez o aparecimento, na década de 1860, de transações envolvendo moradores de Pelotas, mas registradas em outros municípios indique um certo esgotamento do mercado local de escravos, fazendo com que os interessados em adquirir cativos tivessem que buscar por uma mão-de-obra ociosa em outras localidades da província.

Tabela 27: Distribuição das escrituras de compra e venda de escravos de acordo com o município de registro. 1850 - 1884.

	Pelotas		Outros municípios		Total	
	Escrituras	Escravos	Escrituras	Escravos	Escrituras	Escravos
1850	14	106	0	0	14	106
1860	11	80	22	23	33	103
1870	14	64	8	14	22	76
1880	11	44	7	8	18	51
Total	50	294	37	42	87	336

Fonte: APERS. Tabelionato de Pelotas, Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos, 1850-1884.

É preciso, contudo, compreender um pouco melhor a dinâmica do mercado de escravos envolvendo moradores de Pelotas já que as escrituras mostraram um movimento amplo nas negociações. A maior parte das escrituras registradas em Pelotas registrava o comércio local de escravos. Ou seja, envolviam vendedores e compradores residentes em Pelotas. Pode-se, ainda, classificar as negociações de escravos de acordo com a moradia de compradores e vendedores em outras

categorias: intraprovincial (entrada e saída) e interprovincial (entrada e saída) sendo a primeira referente àqueles negócios envolvendo uma parte moradora de outro município da província e, a segunda, àqueles que envolviam uma parte moradora de outra província. Nessas categorias, entrada e saída são termos referentes ao município de Pelotas. Em dois casos – ambos na década de 1880 – tanto vendedores quanto compradores não eram residentes em Pelotas, mas a escritura foi registrada nesta cidade.

A Tabela 28 mostra a distribuição das transações envolvendo escravos de acordo com sua inserção nas categorias do tráfico interno acima explicitadas. Nos registros de compra e venda somente uma transação envolveu um morador de fora da província do Rio Grande do Sul. Foi a compra feita por José Marques da Fonseca em 1862 de dois escravos pertencentes a Wenceslau Martins da Costa, residente em Santa Catarina. Considerando o número de escrituras, o mercado local e o intraprovincial tiveram o mesmo número de transações, 42 duas em cada categoria. Porém, observando o número de escravos negociados, a compra e venda de cativos no comércio local pelotense foi, de longe, superior. Ao todo, foram negociados 260 escravos em 42 escrituras, todas registradas em Pelotas. De fato, como especulado anteriormente, o mercado local de escravos esteve bastante ativo na década de 1850, mas perdeu força nas décadas seguintes quando as entradas de escravos de outras localidades da província passaram a suprir um pouco desse mercado. A partir da década de 1860, Pelotas passou a drenar escravos de outras localidades, mas também a vender seus cativos fora dos limites municipais.

Tabela 28: Classificação do comércio de escravos envolvendo moradores de Pelotas. 1850 - 1884.

	Local		Intraprovincial			
	Escrituras	Escravos	Entrada		Saída	
			Escrituras	Escravos	Escrituras	Escravos
1850	13	105	1	1	0	0
1860	9	76	17	19	6	6
1870	13	39	4	30	5	7
1880	7	40	7	7	2	2
Total	42	260	29	57	13	15

Fonte: APERS. Tabelionato de Pelotas, Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos, 1850-1884.

Os principais fornecedores de cativos para Pelotas foram os proprietários de Rio Grande (que venderam 32 escravos em oito escrituras) e Cangussú (com 10 escravos vendidos a partir de seis escrituras). Por outro lado, os moradores de Pelotas venderam oito escravos para moradores de Rio Grande e cinco para São Gabriel. Dos dez municípios em que houve registro de moradores de Pelotas envolvidos na compra ou venda de escravos, três distavam até 100 quilômetros de Pelotas: Arroio Grande, Canguçu e Rio Grande. Outros dois, Jaguarão e Bagé, estavam a um raio de 200 quilômetro e, finalmente, 5 distavam mais do que isso de Pelotas (Alegrete, Porto Alegre, Santa Maria, Santana do Livramento e São Gabriel). Apesar de as cidades mais próximas terem sido os locais onde mais os pelotenses buscaram comprar e vender escravos houve a procura por cativos em localidades muito distantes de Pelotas, talvez na busca de melhores preços nessas regiões. José Flávio Motta, analisando quatro municípios localizados na rota de expansão do café em São Paulo, observou que houve um gradual aumento nas distâncias do

comércio intraprovincial de escravos ao longo das últimas décadas do século XIX. Tal aumento teria seu ápice na década de 1880 quando as tarifas impostas à entrada de escravos nas províncias do sudeste teriam condicionado as aquisições de novos cativos ao interior das províncias, “em municípios mais distantes, ao passo que as localidades relativamente próximas da região cafeeira mais demandantes de mão-de-obra compulsória desfrutavam de maior concorrência entre os potenciais compradores”¹⁵⁵. As localidades mais próximas do centro cafeeiro acabaram, na década de 1880, por substituir os fornecedores de escravos de fora de São Paulo. Talvez os escravistas de Pelotas, com o esgotamento do mercado local de escravos, já drenado no começo da década de 1850, buscassem fora da cidade por escravos mais baratos. As médias dos preços dos escravos indicam que essa pode ter sido uma estratégia utilizada pelos interessados em aumentar seus plantéis. Enquanto o valor médio dos escravos negociados no mercado local era de 742\$500, entre aqueles buscados em outras cidades foi de 542\$800. Por outro lado, aqueles moradores de Pelotas que vendiam escravos para outras regiões auferiam grandes lucros com o negócio: em média foi recebido 964\$000 por cada escravo vendido no mercado intraprovincial.

Utilizando a lista de votantes residentes em Pelotas no ano de 1865 foi possível traçar um breve perfil dos envolvidos no comércio de escravos na cidade. Dos 67 compradores de escravos residentes em Pelotas, 20 (29,9%) foram encontrados na lista. Por outro lado, apenas 14,3% (sete entre 49) dos vendedores foram localizados. Por si só esse dado já aponta uma importante diferença social entre o grupo de vendedores e compradores. É possível que a maior ausência dos vendedores desta lista se desse por os mesmos não atingirem as exigências de

¹⁵⁵ MOTTA, José Flávio. *Op. cit.*, 2010.

classificação como votantes: ser homem, brasileiro, ter idade mínima de 25 anos e comprovar renda anual de, pelo menos, 100 mil-réis. Tal fato sugere que, em geral, os compradores teriam renda maior do que os vendedores. Outro dado que aponta para essa conclusão é que foram encontrados inventários no banco de dados elaborado anteriormente para 25,4% dos vendedores e para apenas 10,2% dos compradores (17 de 67 e cinco de 49, respectivamente). No momento de suas mortes, os compradores de escravos tinham em média 36 escravos enquanto os vendedores, metade desse valor. Entre os compradores de escravos, houve grande participação de comerciantes e charqueadores (oito e seis indivíduos, respectivamente), sendo responsáveis por treze compras, envolvendo 72 cativos.

Através desse cruzamento de fontes, infelizmente, não é possível identificar a maior parte dos envolvidos no comércio de escravos. A participação dos charqueadores, por exemplo, foi mais muito mais ampla. Analisando a participação desse segmento no comércio de escravos, Jonas Vargas observou que 19 das negociações de escravos em Pelotas entre 1850 e 1884 envolviam charqueadores como compradores e 11 como vendedores¹⁵⁶. Dessas vendas, 10 tiveram como compradores outros charqueadores. Verificou assim o autor que 83,5% dos escravos negociados pertenciam a charqueadores e foram transferidos para outro charqueador. Com isso, Vargas concluiu que alguns membros desse grupo vinham sentindo as dificuldades financeiras do período e foram obrigados a vender parte de seu patrimônio para outros concorrentes. Esses compradores eram os mais ricos charqueadores, ou seus filhos, responsáveis por drenar a maior parte dos escravos

¹⁵⁶ Vargas conseguiu identificar essa quantidade de charqueadores através de cruzamentos com diversas fontes durante anos de pesquisa dedicados à população e elite pelotense, o que propiciou a formação de uma base de dados com centenas de nomes de habitantes. VARGAS, Jonas. Das charqueadas para os cafezais? O tráfico inter-provincial de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880. No prelo. Versão gentilmente cedida pelo autor.

negociados localmente. Essa realidade demonstra que o grupo de charqueadores não respondeu uniformemente às dificuldades instauradas na economia na segunda metade do século XIX. Enquanto muitos abandonaram a produção do charque entre 1850 e 1880, outros (em geral, as famílias com as maiores riquezas, títulos de nobreza, que mantinham relações familiares com grandes comerciantes e elites políticas e econômicas de outras províncias) se fortaleceram, adquiriram escravos e insistiram nesse produto, repassando seus prejuízos para outros charqueadores ou estancieiros¹⁵⁷.

Em relação aos escravos negociados, a maior parte deles eram do sexo masculino. Não foi possível identificar o sexo de 43 escravos, por não terem referência ao sexo na escritura e nem mesmo o nome. Dos 293 os quais foi possível identificar o sexo, 240 (81,9%) eram homens e 53 (18,1%), mulheres. No comércio local, inter e intraprovincial de entrada houve predominância de cativos do sexo masculino. Os dois únicos escravos comprados de outra província eram homens enquanto que 87,1% e 73,7% daqueles negociados no comércio local e intraprovincial de entrada, respectivamente, o eram. Entre os 15 escravos saídos de Pelotas houve uma pequena superioridade feminina: oito mulheres frente sete homens. A proporção entre crioulos e africanos negociados foi de 58,5% e 41,5% respectivamente. O comércio local negociou equilibradamente africanos e crioulos, com uma pequena superioridade daqueles (51,5%). Porém, no comércio intraprovincial, tanto de entrada quando de saída, houve predominância daqueles escravos nascidos no Brasil (81,5% e 92,3% de crioulos, respectivamente).

¹⁵⁷ Ver: VARGAS, Jonas Moreira. Os charqueadores de Pelotas, suas estratégias familiares e a transmissão de patrimônio (1830 – 1890). In: *Anais do XXVI Encontro Nacional de História*. São Paulo: USP, 2011.

A maior frequência de africanos no comércio local possivelmente foi responsável pela maior média etária dos escravos negociados neste âmbito. Esses cativos tinham em média 32,8 anos enquanto que aqueles entrados em Pelotas, vindo de outras cidades da província, tinham 29,8 e aqueles saídos de Pelotas, 24,4 anos. Os dois escravos comprados de um escravista da província de Santa Catarina tinham por volta de 60 anos. O mercado de escravos tinha ampla preferência por cativos em idade adulta. Aqueles com idade entre 15 e 49 anos representavam 67,4% do total de cativos transacionados. Foi na entrada de escravos em Pelotas que a proporção de cativos em idade adulta foi mais elevada, representando 72,7%. Entre aqueles escravos saídos de Pelotas foi importante a proporção de crianças – mais de um quarto do total. Interessante observar que todas as crianças desse grupo tinham entre 10 e 14 anos. Tal cenário indica que o maior interesse entre os escravistas pelotenses era de adquirir, via mercado interno, escravos em idade adulta, com as aptidões necessárias para o trabalho nas mais variadas atividades. Talvez pela maior capitalização dos escravistas mais abastados, esse grupo tivesse condições de buscar em outras cidades por escravos mais caros, aqueles na faixa dos 15 aos 49 anos. Enquanto isso, os escravistas de outras cidades buscavam em Pelotas principalmente os cativos mais jovens, aqueles escravos com menos aptidão, mas que em alguns anos teriam plenas condições ao trabalho.

Tabela 29: Distribuição etária dos escravos negociados de acordo com a modalidade do comércio envolvendo Pelotas. 1850 - 1884.

	Local	Intraprovincial de entrada	Intraprovincial de saída
Crianças (%)	14,7	18,2	28,6
Adultos (%)	67,5	72,7	64,3
Idosos (%)	17,8	9,1	7,1
	100,0	100,0	100,0

Fonte: APERS. Tabelionato de Pelotas. Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos, 1850-1884.

Atentando para os preços dos escravos negociados é possível supor que a busca de cativos em outras cidades não estava condicionada a um maior poder econômico dos escravistas. Isso porque os escravos entrados em Pelotas vindo de outras cidades da província eram, em média, os mais baratos (pouco menos de 550 mil-réis por cativo negociado). Talvez o acesso aos escravos de outras localidades dependesse menos do poder econômico, como das relações estabelecidas com moradores daquelas cidades. O preço médio mais elevado no comércio local indica certo esgotamento das reservas de cativos, havendo maior valorização daqueles disponíveis para a venda. O maior valor médio dos escravos foi entre aqueles saídos de Pelotas com destino a outras localidades da província. Qual a causa para os escravos de uma mesma localidade serem vendidos por preços diferentes localmente ou em outras cidades? Como visto anteriormente, uma das possibilidades aponta para a menor presença de idosos e o maior número de jovens entre 10 e 14 anos entre os escravos vendidos para fora de Pelotas. Das crianças cativas negociadas no comércio local pelotense quase metade era menor de 10 anos, ou seja, com muito pouca ou nenhuma aptidão para o trabalho. Porém outro

fator importante a se levar em consideração quando observado o preço dos cativos é o fato de serem vendidos individualmente ou em grupos. Os escravos negociados em grupo eram, em geral, mais baratos do que aqueles vendidos sozinhos. Isso porque o valor estipulado nas escrituras era um só para o todo o grupo, que muitas vezes incluía crianças, idosos e mulheres no seu interior, o que possivelmente reduziria a avaliação do grupo. E no comércio local a venda de grupos de escravos era mais freqüente, muitas vezes envolvendo um número bastante elevado de escravos. Das oito escrituras que negociavam mais de 10 cativos, apenas uma não envolvia ambos os compradores e vendedores residentes em Pelotas.

Tabela 30: Valor médio dos escravos de acordo com o número de escravos negociados nas escrituras envolvendo Pelotas. 1850 - 1884.

Tipo de venda	Número de escrituras	Número de escravos negociados	Valor médio
Individual	64	64	819\$080
Grupo (2 a 10)	15	35	601\$100
Grupo (mais de 10)	8	237	700\$930

Fonte: APERS. Tabelionato de Pelotas, Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos, 1850-1884.

A variação dos preços médios pagos pelos escravos nas diferentes modalidades de comércio, contudo, se deu de forma mais intensa entre os homens do que entre as mulheres. O valor médio das mulheres ficou bastante próximo a 800 mil-réis, como se pode observar na Tabela 31. Esses valores mostram quão brusca era a diferença de preços de escravos nos diversos mercados estudados nas últimas décadas do século XIX. Aqueles escravistas que conseguiam acesso aos

mercados de escravos fora de Pelotas tiveram melhores condições de acumular cativos, principalmente aqueles do sexo masculino.

Tabela 31: Valor médio dos escravos negociados. 1850 - 1884.

	Masculino	Feminino	Geral*
Local	877\$800	781\$330	742\$560
Intraprovincial de entrada	449\$620	804\$000	542\$880
Intraprovincial de saída	1:114\$290	832\$500	964\$000
Total	805\$100	807\$790	718\$410

* Incluindo aqueles os quais não foi possível identificar o sexo

Fonte: APERS. Tabela de Pelotas, Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos, 1850-1884.

Outro corpus documental analisado foram as procurações de compra e venda de escravos. A partir de 1874 foram registradas nos livros específicos para tal, 359 procurações, sendo a última datada de 1880. Essas procurações davam amplos poderes para a venda de 404 escravos. Porém não significa que todos esses escravos saíram de Pelotas. Isso porque 22% dos proprietários de escravos que registraram procuração de venda não residiam em Pelotas, mas em outros municípios da província e, inclusive, no Estado Oriental. Das localidades mais recorrentes como locais de moradia dos vendedores, além de Pelotas, contabilizou-se Cangussú e Piratini. Outras cidades relacionadas foram Arroio Grande, Bagé, Caçapava, Cacimbinhas, Camaquã, Dom Pedrito, Herval, Itaqui, Jaguarão, Livramento, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, São Francisco de

Assis e São Lourenço. A grande diversidade da origem dos outorgantes de procuração indica que Pelotas era, na época, um importante entreposto para o comércio interprovincial de cativos. Talvez, ainda, observando os baixos preços pagos pelos escravistas pelotenses na compra de escravos vindos de outras cidades, a possibilidade de venda em outras províncias por valores mais interessantes atraísse a atenção de quem levava escravos para vender em Pelotas. Infelizmente, a partir das procurações não é possível estudar o preço com que a venda se efetuava. Segundo Sidney Chalhoub, nas transações de escravos através de procurações, o senhor do escravo passava ao negociante uma procuração dando-lhe poderes para vender o escravo em uma determinada localidade ou região, além de um recibo particular, no qual declarava que havia recebido um valor como adiantamento da venda. Em geral essas procurações tinham o poder de ser substabelecidas, ou seja, o procurador inicial poderia repassar esta procuração a outro comerciante¹⁵⁸. Infelizmente, em todos os momentos da cadeia de negociação do escravo, a não ser chegado o seu destino final com a venda efetivada, os recibos registrados eram particulares e não foram registrados em nenhum cartório.

Das 359 procurações, a maior parte envolvia a venda de cativos pelotenses fora da cidade, mas também foram registradas procurações que permitiam a venda de escravos em Pelotas, seja de proprietários pelotenses ou não. Ainda, uma importante parcela das procurações envolvia proprietários de fora de Pelotas que as outorgaram permitindo a venda em outras províncias ou mesmo outras cidades do Rio Grande do Sul que não Pelotas. O que esses dados mostram é que, apesar de observar-se o registro de 359 procurações, isso não representa a totalidade de saída

¹⁵⁸ CHALHOUB, Sidney. *Op. cit.*, pp. 43-44. Ao longo dessas páginas o autor descreve de forma bastante didática os trâmites de venda de um escravo desde o nordeste até a corte brasileira. A descrição pode muito bem ser utilizada para ilustrar o comércio de escravos saídos de diversas localidades da região sul, inclusive Pelotas.

de escravos de Pelotas. Apesar de 261 procurações (73,9%) possibilitarem a venda de escravos de Pelotas em outras localidades do Rio Grande do Sul ou em outras províncias, pouco mais de um quinto desses documentos não envolviam escravos residentes em Pelotas. Ao avaliar a perda de escravos que Pelotas teria sofrido na segunda metade do século XIX é importante atentar a esses dados.

Tabela 32: Distribuição das procurações de escravos de acordo com o tipo de tráfico. Pelotas, 1874 - 1880.

	Quantidade	%
Interprovincial de saída	230	65,2
Interprovincial*	58	16,4
Intraprovincial de saída	31	8,8
Local	18	5,1
Intraprovincial de entrada	13	3,7
Intraprovincial*	3	0,8
Total	353	100,0

*** Nesses casos a procuração foi outorgada por um proprietário residente fora de Pelotas permitindo o procurador negociar o escravo em outras cidades que não Pelotas.**

Fonte: APERS. Tabelionato de Pelotas, Livros de Procurações, 1874 – 1880.

O principal destino dos escravos negociados por procuração era o sudeste brasileiro. Apesar de a grande maioria incluir destinos bem genéricos, como Império (182 vezes), observa-se que o principal destino dos escravos era a província do Rio de Janeiro. Como visto anteriormente, a possibilidade de substabelecer a

procuração criava condições favoráveis para, chegados no mercado do Rio de Janeiro, os escravos fossem redirecionados para as regiões cafeeiras de São Paulo. Além disso, muitas procurações indicavam como local de venda a província do Rio Grande do Sul ou mesmo cidades específicas desta província. Analisando a relação entre procuradores e a região onde a procuração permitia a venda é possível observar a destacada presença de comerciantes ou firmas envolvidas no tráfico interprovincial. As firmas Bastos, Souza & Cia e Leivas, Saraiva e Cia, além dos comerciantes Angelino Ladislau de Soveral, Duarte Souza Jr. e Manoel Francisco da Silva Novaes apareceram recorrentemente como procuradores nos documentos analisados, sendo que em pouco mais de um quinto das 359 procurações os poderes de vender os escravos são passados a firma Bastos, Souza & Cia. Em geral, esses comerciantes de escravos que eram listados com maior frequência nas procurações tinham a permissão de vender os escravos na Província do Rio de Janeiro. Além desta província, o termo genérico “Império” foi muito recorrente entre esses procuradores. O que se observa disso é que o tráfico interprovincial foi amplamente dominado por um pequeno grupo de indivíduos que iriam a Pelotas arrecadar cativos para serem vendidos ou repassados a outros procuradores no mercado de escravos da Corte do Império.

Tabela 33: Distribuição anual das procurações para venda de escravos.**Pelotas, 1874-1880.**

Ano	Número de procurações	%
1874	39	10,9
1875	123	34,3
1876	104	29,0
1877	35	9,7
1878	21	5,8
1879	35	9,7
1880	2	0,6
Total	359	100,0

*Fonte: APERS. Tabelionato de Pelotas,
Livros de Procurações, 1874 – 1880.*

Os anos de 1875 e 1876 foram os mais movimentados em relação ao número de procurações de venda de escravos expedidas em Pelotas. Nesses anos, 123 e 104 procurações, respectivamente, foram registradas, sendo a maioria envolvendo a saída de escravos para o tráfico interprovincial. A bibliografia sobre o tema, especificamente o trabalho de Jacob Gorender, “O Escravismo Colonial”¹⁵⁹, apontam para uma distribuição do tráfico interno de escravos em três períodos, de acordo com o seu ritmo. Assim, a década de 1850 seria marcada pelo ritmo intenso do comércio de cativos, que se tornou moderado na década de 1860 e muito intenso na década de 1870. José Flávio Motta, analisando o ritmo do tráfico interno de cativos a partir de quatro municípios paulistas sugere uma divisão deste terceiro período¹⁶⁰. Assim, Motta sugere que entre 1870 e 1873 o volume do comércio foi

¹⁵⁹ GORENDER, Jacob. *Op. cit.*

¹⁶⁰ MOTTA, José Flávio. *Op. cit.*, 2010, p. 66.

significativamente menor do que a partir de 1874 até 1880 nas localidades por ele estudadas, sendo a qualificação “muito intensa” ajustada melhor para designar o período que se estende de 1874 a 1880 já que “os quatro anos anteriores, ao contrário, revelaram indisfarçável retraimento nos negócios, cujo ritmo esteve mesmo aquém do tráfico ‘moderado’ apontado por Gorender como vigente no decênio de 1860”¹⁶¹. Comparando os dados de Motta com aqueles obtidos anteriormente para Pelotas, observa-se que a grande demanda de escravos que caracterizou o ritmo “muito intenso” do tráfico interno a partir de 1870 alcançou os proprietários do município em questão principalmente nos anos de 1875 e 1876, decaindo severamente depois desses anos, como se observa na tabela 8, acima.

Entre os escravos que tinham como destino outras províncias do Império, a maior parte era composta de homens. Foram 211 homens e 118 mulheres que deixaram a Província do Rio Grande de São Pedro, o que resulta em uma taxa de masculinidade de 179, aproximadamente. No comércio intraprovincial e local observado a partir das procurações houve um predomínio feminino: foram 37 escravas frente 22 homens negociados. Esse predomínio feminino entre os escravos negociados no interior da Província se deu graças às características dos escravos que deixaram Pelotas em direção a outras cidades, que foi amplamente feminina: 21 mulheres frente 13 homens. Assim como observado nos registros de compra e venda, os escravos saídos de Pelotas em direção a outras cidades da Província eram, em geral, do sexo feminino, o que talvez indique a preferência dos proprietários de escravos em manter os cativos do sexo masculino e vender as escravas. Tal preferência, quando confrontada com os altos valores pagos pelos escravos do sexo masculino no mercado interprovincial fez da venda de escravos

¹⁶¹ Ibidem, p. 66.

adultos, jovens e do sexo masculino uma possibilidade de, mesmo a contragosto, auferir recursos financeiros aos proprietários de cativos que optavam por se desfazer de escravos do sexo masculino.

Em relação à idade dos cativos negociados, a ampla maioria (77,2%) dos escravos negociados a partir de procurações era composta de adultos entre 15 e 49 anos. O grupo de escravos com menos de 15 anos também teve importância na composição etária da população de escravos negociados a partir de procurações, perfazendo 18,1% da mesma, com especial destaque para os escravos entre 10 e 14 anos que eram aproximadamente 13% do total. A ocorrência de escravos com mais de 50 anos foi rara: apenas seis cativos foram comercializados, o que representa 1,5% do total. Tais características demonstram a importância de cativos jovens nesse comércio, o que propiciaria uma maior viabilidade do seu trabalho aos compradores. A relativa importância do grupo de cativos com idades entre 10 e 14 anos mostra isso: na falta de indivíduos em idade produtiva, o investimento na compra de escravos com pelo menos 10 anos tinha como base a expectativa de aproveitar da força de trabalho desses indivíduos por um longo tempo. A idade média entre os escravos que tinham procuração para serem vendidos fora da Província foi de apenas 20 anos de idade, o que indica que realmente houve preferência por escravos bastante jovens, que tivessem ainda condições de trabalhar por um bom tempo, amortizando assim o elevado investimento de compradores. É interessante que a idade média daqueles escravos vindos de outras localidades da Província para serem vendidos em Pelotas foi a segunda menor calculada. Entre os treze escravos entrados em Pelotas a partir das procurações a média etária foi de 21 anos, o que talvez indique que as características buscadas pelo mercado de cativos de Pelotas se assemelhassem às das regiões do sudeste

cafeeiro brasileiro. Por outro lado, o comércio intraprovincial – seja saído de Pelotas, seja aquele que não envolvia negociantes de Pelotas, mas que haviam sido registrados na cidade – foi o que demonstrou idades médias mais elevadas, indicando que havia um mercado para cativos menos qualificados em regiões menos dinâmicas economicamente. Já no mercado local, a idade média dos cativos negociados foi de 26 anos. Analisando as idades dos escravos negociados em quatro localidades cafeeiras paulistas, José Flávio Motta observou que entre um terço e um quarto dos cativos negociados tinham mais de 30 anos de idade e que era no comércio local que se encontravam os cativos com maior idade¹⁶². Por outro lado, a valorização do preço dos escravos mais jovens, observada ao longo da década de 1870, refletiu as expectativas dos proprietários após a libertação dos nascituros ocorrida no início desta década. Nas palavras do autor,

não obstante, a depreciação das mulheres, em decorrência da "extinção" do ventre gerador de escravos, bem como a valorização mais do que proporcional dos cativos homens com menos idade, para os quais era mais longa a expectativa de vida em cativeiro, colocam-se como resultados esperados da vigência da lei de setembro de 1871¹⁶³.

Mesmo não sendo possível averiguar os preços através das procurações, a busca por cativos em idade jovem demonstra essa expectativa de utilizar os braços escravos por um maior espaço de tempo mesmo levando em consideração o alto valor pago por esses cativos. Por outro lado, se desfazer desses jovens, vendendo-os para regiões mais capitalizadas poderia render bons retornos financeiros para aqueles moradores de Pelotas e região.

A maior parte dos escravos negociados através de procuração eram crioulos nascidos na Província do Rio Grande de São Pedro. Pouco mais de 87% dos 404

¹⁶² MOTTA, José Flávio. *Op. cit.*, 2010.

¹⁶³ *Ibidem*, p. 172.

cativos em questão eram nascidos na Província enquanto que apenas em alguns casos houve indicação de nascidos em outras regiões. Eram 11 cativos nascidos na Bahia, quatro em Pernambuco e um em Cuiabá, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo. Houve, portanto, poucos casos de escravos que faziam sua segunda transferência de províncias, a maior parte dos cativos negociados via procuração iria pela primeira vez conhecer como ser escravo em outras localidades. Nesse sentido, a presença de nascidos na Província do Rio Grande de São Pedro tem relação com as baixas idades médias encontradas, já que, em geral, aqueles cativos que já haviam sofrido da transumância forçada, sejam crioulos nascidos em outras províncias ou mesmo os nove africanos identificados, eram mais velhos do que os nascidos na província.

Foram raros os casos de cativos negociados em família. Apenas 36 cativos foram negociados juntamente com mães, filhos e irmãos. Tal valor representa pouco menos de 9% do total de escravos negociados por procurações. Acrescentando-se os sete casos de mulheres negociadas juntamente com filhos ingênuos, soma-se 19 indivíduos a esse grupo, elevando para 13% a participação de cativos vendidos juntamente com algum parente. Tal proporção foi muito baixa, comparando-a com as taxas observadas por José Flávio Motta para as localidades paulistas por ele estudadas onde a presença de cativos negociados com algum familiar representava quase sempre entre um terço e um quarto do total de escravos negociados¹⁶⁴. Nesse sentido, os laços familiares não foram preservados na venda de escravos saídos de Pelotas para outras províncias. A maior parte dos cativos, mesmo sendo nascidos no interior da província, não tiveram sua filiação reconhecida nas procurações, talvez como forma de escapar dos impedimentos à separação das

¹⁶⁴ Ibidem.

famílias escravas impostos pelas leis do final da década de 1860 e início da década de 1870.

O cenário do comércio de escravos em Pelotas mostra um panorama bastante complexo que envolvia negócios no âmbito local, interprovincial e intraprovincial. Não se pode afirmar que Pelotas se comportou após o fim do tráfico transatlântico como uma localidade vendedora em potencial de escravos para outras províncias do Império, como o tradicionalmente afirmado para a Província do Rio Grande de São Pedro pela historiografia. O que se pôde observar foi que houve, ao mesmo tempo, uma ampla distribuição local de escravos envolvendo compras e vendas de escravos em pequenas quantidades e mesmo plantéis inteiros, saídas de cativos de Pelotas, bem como indicativos de entradas de escravos na localidade, vindo principalmente de outras regiões da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Um quadro publicado no *Correio Mercantil* de Pelotas em 1884 mostra inclusive, a partir dos cálculos da população escrava através das matrículas feitas até 1873 e em 1884, que o número de averbações de escravos que se transferiram para o município de Pelotas foi amplamente maior do que o número daqueles que se transferiram para fora do município (ver tabela abaixo)¹⁶⁵. Infelizmente, a documentação que registra a negociação de escravos não deu conta de todo esse movimento demonstrado pelo quadro publicado no *Correio Mercantil*.

¹⁶⁵ Quadro demonstrativo da população escrava no município de Pelotas, Província de São Pedro do R.S. de 30 de setembro de 1873 a 30 de junho de 1884. *Correio Mercantil*, Pelotas, 23 de agosto de 1884. Quadro compilado e gentilmente cedido pela professora Beatriz Loner, a qual agradeço pela indicação da fonte.

Tabela 34: Averbações de escravos para dentro e fora do município. Pelotas, 1873 - 1884.

		Serviços na lavoura	Serviço estranho à lavoura	Sem profissão declarada	Total por sexo	Total
Averbados: mudança para dentro do município	Homens	36	452	123	611	1179
	Mulheres	2	466	100	568	
Averbados: mudança para fora do município	Homens	9	293	70	372	658
	Mulheres	-	238	48	286	

Fonte: Quadro demonstrativo da população escrava no município de Pelotas, Província de São Pedro do R.S. de 30 de setembro de 1873 a 30 de junho de 1884. Correio Mercantil, Pelotas, 23 de agosto de 1884.

De toda forma, através dos registros de compra e venda de escravos e das procurações para venda de cativos foi possível acompanhar um pouco do mercado de escravos envolvendo Pelotas. A principal característica talvez seja a dinamicidade deste mercado de escravos, que não funcionou somente em um sentido, mas em diversos. Como salientado anteriormente, não é possível afirmar que Pelotas foi um fornecedor em peso de escravos para outras regiões do Império. É preciso ter em conta que houve um comércio local e intraprovincial muito dinâmico que resultou em uma realocação da mão-de-obra local. Evidenciou-se que a compra teria prevalecido, como visto nas matrículas, como a principal forma de aquisição de cativos.

Essas compras e vendas de escravos eram, em grande parte, individuais ou seja, negociavam apenas um escravo. Por outro lado, percebeu-se a transferência de plantéis inteiros entre escravistas, em geral negociados juntamente com outras propriedades, como visto em algumas negociações que envolviam charqueadores de ambos os lados do comércio. Aliás, foram os charqueadores e os comerciantes os principais compradores de cativos em Pelotas, mas não eram todos os charqueadores que tinham condições de comprar escravos. Verificou-se que as dificuldades impostas sobre a posse de escravos na segunda metade do século XIX teve importante reflexo nas estratégias de alguns charqueadores. Isso porque alguns produtores de charque acabaram vendendo suas posses e desistindo deste produto enquanto que grandes charqueadores acabaram por drenar a mão-de-obra daqueles.

A década de 1850 mostrou um mercado de escravos muito dinâmico em Pelotas. Porém essa dinamicidade foi cedendo nas décadas seguintes, talvez pelo esgotamento da oferta de cativos na localidade. Pôde-se observar que foi na década de 1860 que começaram a entrar escravos de outras localidades da província, quem sabe para suprir a necessidade de trabalhadores em Pelotas que não apresentava oferta local muito extensa. Foi em regiões próximas que a busca por cativos foi maior, principalmente nas cidades de Rio Grande e Cangussú. A procura de escravos em outras cidades não se deveu exclusivamente a escassa oferta de escravos em Pelotas, mas também pode ser justificada pelos melhores preços oferecidos pelos vendedores. Em geral, nas localidades mais distantes de Pelotas os escravos eram comprados por valores mais baixos, o que leva a crer que a negociação não envolvia somente poder econômico, mas contatos sociais com moradores das localidades mais distantes. Em geral, o perfil dos escravos

negociados não foi muito diferente daquele esperado: eram em maioria homens em idade adulta. Mas se observadas as diferentes modalidades do comércio, observou-se que esse perfil sofreu algumas variações dependendo do sentido do comércio.

Em relação às procurações bastante para venda de escravos, verificou-se que apenas parte dessa documentação registrava a saída de escravos de Pelotas para outras províncias. Isso porque pouco mais de um quinto dos proprietários outorgantes de procurações não residiam em Pelotas. Houve, inclusive, nessas procurações espaço para a entrada de escravos em Pelotas, haja vista que algumas outorgavam ao procurador a venda do cativo nessa cidade. De qualquer forma, Pelotas destacou-se como um importante interposto comercial de escravos. Nessa cidade vendedores vinham de outras localidades da Província para vender seus escravos e encontravam comerciantes da Corte do Império dispostos a negociar, através das procurações e seus substabelecimentos, seus cativos em diversas regiões do Brasil. A presença dessas firmas foi bastante destacada entre as procurações, constando em cerca de um quinto das procurações.

O Rio de Janeiro foi o principal destino dos escravos negociados via procuração. Levados por comerciantes, é possível que na Corte os escravos tivessem outro destino, sendo novamente realocados no interior do Império. Foi entre 1875 e 1876 que o maior número de procurações foi registrado, período que corresponde com um movimento intenso da entrada de escravos de outras províncias nas regiões cafeeiras, de acordo com a bibliografia. De acordo com as necessidades desses compradores, a maior parte dos escravos saídos de Pelotas era, mais uma vez, homens em idade adulta, nascidos na Província de Rio Grande de São Pedro. Apesar de constarem alguns indivíduos menores de 15 anos, foram raros os casos de escravos considerados idosos serem negociados. Isso porque a

procura de cativos mais jovens evidenciava o interesse de prolongar ao máximo a viabilidade da escravidão nessas áreas já que as duas grandes fontes de escravos – o comércio transatlântico e o ventre materno – haviam cessado definitivamente de fornecer mão-de-obra.

Considerações finais:

Os últimos anos da escravidão em Pelotas foram anos de muito esforço para a preservação desta instituição na localidade. Se as leis abolicionistas causaram um grande impacto em todo o território brasileiro, não foi menos impactante em Pelotas. Porém, o estudo desenvolvido nessa dissertação aponta que, a despeito das dificuldades promovidas pelas questões conjunturais, houve um esforço dos proprietários de cativos em buscar a manutenção da ordem escravista, procurando se manter como escravistas através de diversos recursos. Talvez seja a principal conclusão dessa pesquisa o fato de que não é possível simplesmente criar categorias generalizantes para as diversas realidades da escravidão no Brasil. É preciso estudar as diversas realidades para que se possa entender as suas especificidades e de que forma suas semelhanças com outras regiões são passíveis de generalizações. Logo se vê que a compreensão tradicional de que Pelotas teria sido um fornecedor de escravos em potencial para as regiões ligadas à cafeicultura devido à crise na charqueada ocorrida na segunda metade do século XIX não se encaixa no panorama observado através da pesquisa empírica.

Em primeiro lugar porque nem só da charqueada vivia Pelotas. A realidade econômica e da exploração do trabalho cativo na localidade era muito mais ampla do que a exclusividade da charqueada. A escravidão em Pelotas até 1850 esteve muito disseminada. A maior parte da população inventariada era possuidora de pelo menos um escravo no começo da década de 1850. Ao lado da pequena propriedade de escravo, portadora entre um e dez cativos, muito comum na cidade, estavam algumas grandes escravarias, algumas delas com mais de cem indivíduos. Essas grandes escravarias estavam ligadas à produção do charque, mas eram a exceção

das propriedades escravas pelotenses. A maior parte dos escravos fazia parte de senzalas pequenas, bem compostas por homens e mulheres em razão mais proporcionada do que nos grandes plantéis. Nesses últimos, por estarem voltados à produção de charque e outras atividades econômicas mais dinâmicas, a exigência dos proprietários era voltada à aquisição de cativos do sexo masculino em idade adulta. E essas exigências foram se acentuando ao longo do período estudado. Enquanto o número médio de escravos por propriedade diminuía, aumentava a diferença na proporção de homens e mulheres nos maiores plantéis. É possível que os grandes escravistas tenham procurado racionalizar as suas propriedades, investindo naqueles escravos mais úteis à produção, os adultos do sexo masculino.

Se a disseminação da propriedade escrava foi observada para o começo da década de 1850, com quase 94% dos inventários listando algum cativo, logo foi possível ver que o fim da entrada de africanos trouxe consequências que se manifestaram rapidamente e de forma gradual até o número de não-proprietários de escravos superou o de proprietários no início da década de 1880. Por um lado houve uma grande concentração da propriedade cativa, isso porque um número de escravistas era cada vez menor, tornando esse grupo cada vez mais restrito. Mas por outro, a dificuldade de manutenção dos plantéis atingiu de certa forma todos os escravistas, e entre aqueles que conseguiam preservar suas posses, houve uma relativa homogeneização, desconcentração da propriedade. Isso porque os pequenos escravistas cresceram em números relativos e seus plantéis passaram a corresponder a uma parcela cada vez maior da propriedade escrava em Pelotas.

Em relação aos números médios de escravos presentes em cada propriedade, houve uma resposta rápida na década de 1850 ao fim do tráfico transatlântico, mas que depois manteve certa estabilidade. Mas a posse de escravos

foi afetada não somente pela Lei Eusébio de Queirós, mas também pela Lei do Ventre Livre. Isso fica claro ao analisar os diversos índices ao longo do período estudado, como a taxa de não-proprietários, a participação dos médios e grandes plantéis na composição da escravaria local, entre outros. Porém, foi possível perceber que a sociedade pelotense compartilhava dos códigos culturais de uma sociedade escravista. Isso ficou bem marcado no esforço observado para a permanência no grupo de escravistas, apesar das dificuldades conjunturais. Houve um grande crescimento do número de pequenos escravistas em detrimento da menor participação dos médios e grandes. Novamente afirmo que, ser senhor de escravo em Pelotas se tornava cada vez mais difícil enquanto se avançava o final do século XIX, mas isso não impediu muitos escravistas de manter alguma posse escrava, como forma de pertencer a um grupo de certa forma, da elite brasileira.

E para tal, os escravistas se utilizaram do mercado interno de cativos e da reprodução natural no interior dos seus plantéis. Essa afirmação, levantada como hipótese no quarto capítulo, se confirmou no quinto. A grande maioria de escravos em idade adulta e do sexo masculino mostrava que essa constituição haveria se dado por fatores demográficos externos, a migração forçada de africanos e crioulos para Pelotas, vindos de diversas regiões do Brasil e da África. Como os maiores proprietários tinham um acesso mais direto à oferta promovida pelo tráfico interno, a desproporção entre homens e mulheres no interior das suas senzalas era muito acentuada. Essa desproporção foi crescente, acompanhando as faixas de tamanho de plantéis e se acentuou ao longo do tempo.

Por outro lado, observando a distribuição sexual dos cativos com até 15 anos ficou evidente que havia também um processo natural operando na composição dessa população. A extensão desse processo pôde ser melhor visualizada no

capítulo cinco, quando se constatou que a reprodução natural foi uma importante forma de aquisição de cativos, principalmente entre os menores escravistas. Esses pequenos plantéis se mostraram mais dependentes da reprodução natural já que muitas vezes não tinham condições econômicas de competir com os mais abastados da sociedade pelotense na busca de cativos disponíveis no mercado interno. De certa forma, a reprodução interna foi a solução adotada para, pelo menos, viabilizar a existência dos pequenos plantéis por um maior tempo. E essa solução foi visivelmente adotada em Pelotas. Houve uma ampliação na proporção de crianças na população cativa, observada entre 1850 e 1874. Essa maior participação das crianças levou ao decréscimo da idade média desta população, que se manteve próxima dos 30 anos até 1874, quando se elevou gradualmente até 1884. De qualquer forma, aparentemente, através da análise dos inventários, a reprodução natural da forma que ocorria em Pelotas não parecia suficiente para evitar a diminuição da população cativa em Pelotas, ainda mais quando a Lei Rio Branco libertou o ventre escravo. Cessando as duas principais fontes de escravos, o tráfico transatlântico e o ventre materno, a escravidão estava fadada a desaparecer, era só questão de tempo.

A partir da observação da origem dos escravos, foi possível perceber que uma importante parcela havia sido deslocada pelo tráfico interno, de províncias distantes até Pelotas. Essa nova transumância trouxe uma característica importante de se levar em conta ao pensar a escravidão após 1850. Trata-se da re-escravização de um cativo acostumado a uma série de práticas e costumes da escravidão nos locais onde viviam antes da mudança de proprietários. Diferentemente dos africanos, esses indivíduos nasceram escravos, foram tirados de seus locais de nascimentos e trasladados para outras regiões e teriam que

aprender a ser escravo em uma realidade bem diferente da qual vivam anteriormente. Com certeza o choque entre os costumes antigos e novos acarretou no tensionamento das relações entre senhores e escravos. Por outro lado, o crescimento do número de crioulos mostrava uma população cujos indivíduos já dominavam alguns dos códigos então vigentes, o que pode também ter aumentado o poder de barganha e negociação desses cativos com seus senhores. Visto isso, a presença de crioulos, nascidos no interior dos plantéis pelotenses ou vindos de outras regiões via tráfico interno, com certeza trouxe mudanças nas relações estabelecidas entre senhores e escravos.

Quando se buscou respostas para as formas de acumulação de escravos nas matrículas, pôde-se observar novamente a importância do tráfico (tanto interno quanto transatlântico) e da reprodução natural para a composição dos plantéis. Além desses fatores, a herança de cativos foi uma das formas observadas de aquisição de trabalhadores. Essas formas de aquisição estavam muito relacionadas com os tamanhos dos plantéis, mas também com o ciclo de vida do proprietário. Apesar de, com o cruzamento de fontes, ter sido possível verificar a idade de muito poucos escravistas, o exercício proposto apontou para conclusões já verificadas pela historiografia: que no começo da montagem das senzalas a compra e a herança foram as principais formas de aquisição de cativos. A reprodução natural foi observada como um fator mais acentuado em plantéis de proprietários em uma idade mais avançada, quando houvesse suficiente estabilidade do plantel. Ao longo da vida do escravista tanto a compra quanto a herança de escravos foram se tornando menos importante, em contraposição ao crescente aumento do número de crias da casa em relação à idade dos escravistas. De fato, se observou que o ciclo de vida dos escravistas pelotenses tinha seu ápice entre os 50 e 59 anos,

alcançando os maiores valores médios de escravos nessa faixa etária e, a partir daí, decaindo. Além da relação com a idade dos proprietários, as formas de aquisição de cativos também estavam vinculadas ao poder econômico desses indivíduos. Os maiores proprietário tinham conseguido acessar o mercado de escravos com muito mais frequência do que os menores. Apesar disso, praticamente todos os plantéis contavam com pelo menos um cativo comprado, o que demonstra que houve certa facilidade no acesso à compra de escravos por diferentes setores da população pelotense.

Nesse ponto, a maior dependência dos pequenos escravistas com a reprodução natural não é mais novidade. Mesmo tendo visto que o acesso ao mercado de escravos foi possível a praticamente todos os escravistas, essa não foi uma forma privilegiada pelos menos afortunados ao acumular escravos. Estudar quais os mecanismos que fizeram com que a reprodução natural pudesse compor os plantéis foi também um dos objetivos dessa pesquisa. Procurei, através da recomposição dos núcleos familiares, entender melhor essas questões. Fato que foi surpreendente e se mostrou uma característica bastante peculiar de Pelotas foi o baixíssimo número de enlaces religiosos de escravos. Porém, a ausência de casamentos religiosos não indica a ausência de laços familiares entre esses cativos. As relações familiares que a documentação exhibe foram, quase que exclusivamente, aquelas ligadas à consangüinidade, entre mãe e filhos e entre irmãos ligados entre si nos documentos pelo nome da mãe. Algumas vezes, inclusive, identificava-se grandes grupos matrifocais, envolvendo mais de duas gerações: mães, filhos, avós, tias, etc.

As mulheres escravas tinham seus primeiros filhos logo que as condições biológicas permitiam, normalmente entre os 17 e os 22 anos, mas não foram raros

os casos em que as escravas tiveram seus filhos com idades que vão entre os 14 e os 16 anos. Da mesma forma que o início da vida materna escrava, a última concepção das escravas também estava relacionada com as condições biológicas. Muitas vezes as cativas pelotense tiveram seus filhos no limite das condições reprodutivas, entre os 38 e 41 anos. A característica principal da vida reprodutiva escrava é a grande extensão, iniciando logo após a puberdade e encerrando com a proximidade do fim da capacidade biológica de reprodução feminina. Aliada a intervalos genésicos de, em média, 3,6 anos, percebe-se que houve um alto potencial para a reprodução como uma forma de incremento dos plantéis. Apesar disso, o número médio de filhos que acompanhavam as mães nas matrículas ser muito baixos, o que pode ser compreendido pela pouca atenção dada pelos recenseadores para a descrição da filiação dos escravos com idades mais avançadas.

Mais uma vez é importante destacar a relação entre os pequenos plantéis e a família matrifocal. Apesar de a bibliografia creditar a existência da família escrava aos grandes plantéis, mais estáveis e sólidos, a análise empírica mostra que em Pelotas ela foi muito mais freqüente nos menores plantéis. Talvez por que em Pelotas diferentemente de outras regiões, os menores plantéis tinham uma composição sexual bastante equilibrada, como visto anteriormente, tenham ocorrido condições mais propícias para a estabilização de famílias cativas no seu interior. Essas famílias teriam, então, um papel estrutural muito importante, mantendo e ampliando o tamanho das posses. De fato, em alguns casos, a reprodução foi essencial para o crescimento dos plantéis. Essas famílias surgidas no interior das senzalas pelotenses em geral se mantiveram unidas, mesmo que sem a presença das mães, como foi o caso de 60 grupos de irmãos com as mães ausentes. Esses

irmãos que, na maior parte, eram maiores de 15 anos foram separados de suas mães somente pela alforria ou falecimento da mesma. Como a historiografia aponta, não era costume entre os escravistas a divisão de famílias escravas pela herança ou venda, mesmo antes das leis específicas sobre a separação das famílias cativas. Em Pelotas, mesmo com poucas informações, observou-se que tanto a venda quanto a herança não parecem ter alterado a estabilidade desses núcleos familiares.

Ainda em relação ao nascimento de escravos, as estatísticas coletadas chegam, inclusive, a apontar que os foram superiores aos óbitos, mostrando que, não fosse a libertação dos nascituros, a escravidão em Pelotas poderia se sustentar por um longo tempo a partir da reprodução natural de seus cativos. A compra de escravos, entretanto, foi a forma predominante de aquisição e de acúmulo de escravos. Foi a compra e venda o fator responsável pela redistribuição dos escravos no interior de Pelotas. Isso porque o mercado pelotense, aparentemente, era ávido por cativos. Quando o mercado local esgotou sua oferta, houve uma busca em outras cidades. A redistribuição de cativos no mercado interno ocorreu em pequenas vendas, mas também com algumas grandes vendas, que muitas vezes incluíam outros bens, além de escravos, na negociação. Alguns indivíduos em Pelotas tinham condições e acreditavam que a compra de escravos ainda era uma forma de acesso a trabalhadores. Ainda assim, alguns proprietários se desfizeram de seus escravos, talvez como forma de ter acesso a recursos financeiros a partir dessa mercadoria tão valorizada depois de 1850.

O estudo dessas negociações coloca por terra a teoria de que Pelotas teria cedido escravos para outras regiões do Brasil. O que ficou claro é que houve proprietários que venderam seus escravos, mas muitos também procuravam comprar cativos. Longe da imagem do sentido único desse comércio, além da saída

de escravos para outras províncias, o comércio de escravos em Pelotas mostrou o deslocamento local de cativos, além da entrada de trabalhadores vindos principalmente de outras localidades da província. Os dados indicam, inclusive, que a entrada de cativos em Pelotas foi superior à saída. Essas saídas, de acordo com as procurações, tiveram como principal destino o Rio de Janeiro. Lá, provavelmente, as procurações eram substabelecidas e os escravos eram enviados para ser vendidos em outras regiões. A principal característica do mercado de escravos envolvendo Pelotas foi a dinamicidade, já que o mesmo não funcionou em somente em um sentido, mas em diversos.

Para encerrar, convém reafirmar que a escravidão em Pelotas, apesar das dificuldades conjunturais proporcionadas pelas leis abolicionistas, se sustentou por pelo menos até 1880, com base no esforço dos escravistas pelotenses para a manutenção desta instituição. A escravidão se reorganizou em Pelotas na segunda metade do século XIX, passou a ser acessível a um número cada vez menor de pessoas, mas sobreviveu, principalmente devido à reprodução natural e à dinamicidade econômica local que propiciava acesso a diversos mercados escravos, principalmente aos proprietários mais abastados. As leis abolicionistas em questão nesse estudo (o encerramento do tráfico transatlântico de escravos e a libertação do ventre cativo) deram um passo importante em direção ao fim da escravidão em Pelotas, mas não fez os escravistas descreditarem nesta instituição. Foi no início da década de 1880, quando a perspectiva da sobrevivência da escravidão apontava um fim próximo que os pelotenses a abandonaram definitivamente.

Anexo: inventários de charqueadores em Pelotas (1850 – 1884)

Inventariado(a):	Ano	Número de escravos
Dignatário José Rodrigues Barcellos	1850	82
Rita Leocádia de Moraes Borges	1851	38
Virgínia Louzada de Campos	1851	73
Domingos de Castro Antiqueira (Visconde de Jaquari)	1852	41
João Simões Lopes (Visconde da Graça)	1853	82
Maria Regina da Fontoura	1853	33
João Querino Vinhas	1854	71
José Vieira Vianna	1854	56
Joaquim Antônio Chaves	1855	51
Albina dos Santos Barcellos	1856	16
Boaventura Rodrigues Barcellos	1856	85
Francisco Teixeira Guimarães	1856	22
Bernardino Rodrigues Barcellos	1857	38
Eufrásia Gonçalves Lopes	1857	61
Manoel José Rodrigues Valadares	1859	34
Matildes da Silva Vinhas	1862	46
Inácio Rodrigues Barcellos	1863	29
João Jacinto de Mendonça	1863	75
Manoel Batista Teixeira	1864	31
Joaquim Guilherme da Costa	1865	77
José Inácio da Cunha	1865	109

Maria Antônia Coelho da Cunha	1865	26
João Vinhas e Maria Carolina Vinhas	1867	62
Leonídia Gonçalves Moreira	1867	132
Cipriano Joaquim Rodrigues Barcellos	1870	26
Silvana Claudina Belchior	1870	33
Carlota Batista Teixeira	1871	21
Felisbina Silva Antunes	1871	159
Laurinda da Silva Guimarães	1871	13
Antônio José Gonçalves Chaves	1872	27
Maria Luísa Chaves	1872	55
Luís Teixeira Barcellos	1873	22
Matildes Vinhas Lopes	1873	30
Aníbal Antunes Maciel (Barão dos Três Cerros)	1875	102
Faustina Ferreira Valadares	1876	8
Francisco Aníbal Antunes Maciel	1877	31
José Antônio Moreira (Barão de Butuí)	1877	127
Silvana Belchior da Cunha	1877	75
Inácio Teixeira Barcellos	1879	12
Rita Teixeira Barcellos	1880	21
Domingos Soares Barbosa	1881	52
Antônio José da Silva Maia	1884	60

Fontes pesquisadas:ARQUIVO DA DIOCESE DE PELOTAS.

Registros de batismos de escravos da Igreja Matriz de Pelotas. Livro 2 (1835-1852) .

Registros de batismos de ingênuos da Igreja Matriz de Pelotas. Livro 8 (1879-1884).

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL

Decreto Imperial de 7 de dez. 1830. Livro 1264.

Decreto do Presidente da Província, junho de 1835. Autógrafos da Presidência, Códice 16.

Lista de votantes de Pelotas, 1865. Fundo Eleições, Maço 3.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Inventários, Pelotas, I Vara Cível, caixas 006.0101-006.0105, 1850 – 1884;

Inventários, Pelotas, II Vara Cível, caixas 006.0018-006.0021, 1850 – 1884;;

Inventários, Pelotas, Vara de Família, Sucessão e Provedoria, caixas 006.0398-006.0440;
006.0482, 1850 – 1884;

Inventários, Pelotas, II Vara de Família, caixas 006.0510-006.0518, 1850 – 1884;

Livros Notariais de Procurações, Pelotas, 1º Tabelionato;

Livros Notariais de Procurações, Pelotas, 2º Tabelionato;

Livros Notariais de Procurações, Pelotas, 3º Tabelionato;

Livros Notariais de Procurações, Pelotas, 3º Distrito;

Livros Notariais de Procurações, Pelotas, 4º Distrito;

Livros Notariais de Registros Diversos, Pelotas, 2º Tabelionato;

Livros Notariais de Registros Ordinários, Pelotas, 1º Tabelionato;

Livros Notariais de Registros Ordinários, Pelotas, 2º Tabelionato;

Livros Notariais de Transmissão e Notas, Pelotas, 1º Tabelionato;

Livros Notariais de Transmissão e Notas, Pelotas, 2º Tabelionato;

Livros Notariais de Transmissão e Notas, Pelotas, 4º Distrito.

Fontes impressas e disponíveis on-line:

DE PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO A ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. CENSOS DO RS, 1803-1950. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística/Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1981,

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Trad. De Milton da Silva Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia/Universidade de São Paulo, 1975.

RECENSEAMENTO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1872, disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/> . Último acesso em 09/02/2011.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820 – 1821*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

SCHERER, Jovani de Souza; ROCHA, Márcia Medeiros da (Coord.). *Documentos da escravidão: compra e venda de escravos: acervo dos Tabelionatos do Rio Grande do Sul (1763 – 1888)*. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010. 2v.

Bibliografia:

- ARAÚJO, Thiago Leitão de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila da Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. *Pelotas: escravidão e charqueadas. (1780-1888)*. (Dissertação de Mestrado). Pós- Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.
- BERUTE, Gabriel. *Dos escravos que partem para os portos do sul: Características do tráfico negreiro no Rio Grande de São Pedro do Sul*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- CAMPOS, Adriana Pereira. *Escravidão, reprodução endógena e criouliização: o caso do Espírito Santo no Oitocentos*. In: *Topoi. Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2001, p. 92. Disponível em www.revistatopoi.org. Acesso em março de 2012.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- CORSETTI, Berenice. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1983.
- COSTA, Dora Isabel Paiva da. *Posse de escravos e produção no agreste paraibano: um estudo sobre Bananeiras, 1830-1888*. Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 2ª ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.
- COSTA, Iraci del Nero da.(Org.) *Brasil: História econômica e demográfica*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.
- _____. *Arraia-miúda*. Um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil. São Paulo: MGSO Editores, 1992.
- _____; SLENES, Robert; SCHWARTZ, Stuart. A família escrava em Lorena (1801), *Estudos Econômicos*, v. 17, n.2. São Paulo, maio-ago., 1987.
- FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 - c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____; GÓES, José Roberto. Morfologia da infância escrava: Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2005, pp. 207-227.

FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto*. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c.1790-c.1840. 4.ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.FREIRE, Jonis. *Escravidão em família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista*. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

GARAVAZO, Juliana. *Riqueza e escravidão no nordeste paulista: Batatais, 1851-1887*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

GOMES, Luciano Costa. Estrutura etária e de gênero da população cativa e estrutura de posse de escravos em Porto Alegre a partir do rol de confessados de 1872. In: *VII Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2009.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1980.

GRAHAM, Richard. A família escrava no Brasil colonial. In: *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979. Pp. 41-57.

_____. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 27, 2002, pp. 121-160

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo*. Trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas e olarias*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, PUC-RS, Porto Alegre, 1993.

_____. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas [1777-1888]*. Pelotas: Ed. UFPEL, 2004.

GUTIÉRREZ, Horácio. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830. *Estudos Econômicos*, v.17, n.2. São Paulo, mai./ago., 1987, pp. 297-314.

_____. Grandes e pequenos senhores de escravos no Paraná. *Documento para Discussão*. São Paulo: IPE/ANPUH, julho

_____. Crioulos e Africanos no Paraná, 1798-1830. *Revista Brasileira de História*, v.8, n.16. São Paulo, mar./ago., 1988, pp.161-188.

_____. O tráfico de crianças escravas para o Brasil durante o século XVIII. *Revista de História*, n.120. São Paulo, jan./jul., 1989, pp. 59-72.

- GUTMAN, Herbert G. *The black family in slavery and freedom (1750-1925)*. New York: Vintage Books, 1976.
- KÜHN, Fábio. Gente de fronteira: sociedade e família no sul da América portuguesa – século XVIII. In: GRIJÓ, Luiz Alberto et al (org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, pp. 47-74.
- KÜHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007. 3 ed.
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Trad. De Milton da Silva Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia/Universidade de São Paulo, 1975.
- LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: Escravos e senhores. Análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804)*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981
- _____. Estrutura de posse de escravos em Minas Gerais (1804). In: COSTA, Iraci del Nero da (Org.). *Brasil: História econômica e demográfica*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986, pp.157-171.
- _____; COSTA, Iraci del Nero da. *Minas Colonial: Economia e sociedade*. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas; Livraria Pioneira Editora, 1982.
- _____; KLEIN, Herbert S. *Evolução da sociedade e da economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2006

MAESTRI FILHO, Mário José. *O escravo no Rio Grande do Sul: A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1984.

MARCÍLIO, Maria Luíza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850, com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos*. (La Ville de São Paulo). Trad. da autora, pref. Michel Fleury e Louis Henry. São Paulo: Pioneira, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973. (Biblioteca Pioneira de Estudos Brasileiros);

_____. *Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista. 1700-1836*. São Paulo: EDUSP, 2000.

MARCONDES, Ricardo Leite. *A arte de acumular na gestação da cultura cafeeira: formas de enriquecimento no Vale do Paraíba Paulista durante o século XIX*. Tese de doutorado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Departamento de Economia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. *Desigualdades regionais brasileiras: comércio marítimo e posse de escravos na década de 1870*. Tese de livre-docência. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Departamento de Economia, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2005.

_____; MOTTA, José Flávio. A família escrava em Lorena e Cruzeiro (1874). In: Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu: ABEP, 2000. Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/hist13_3.pdf .

Acesso em fevereiro de 2012

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio*. Os significados da liberdade no sudeste escravista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MONASTÉRIO, Leonardo. A decadência das charqueadas gaúchas no século XIX: uma nova explicação. In: *Anais do VIII Encontro Nacional de Economia Política*. Florianópolis: SEP, 2003.

MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres. Posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999.

_____. *Escravos daqui, dali e de mais além*. O tráfico interno de cativos na expansão da economia cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887). Tese de livre-docência. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Departamento de Economia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

_____; MARCONDES, Renato Leite. A família escrava em Lorena e Cruzeiro (1874). *População e Família*, v.3, n.3, pp. 93-128. São Paulo, 2000.

_____. VALENTIN, Agnaldo. A estabilidade das famílias em um plantel de escravos em Apiaí (SP). *Afro-Ásia*, v.27, pp. 161-192. Salvador, 2002.

OSÓRIO, Helen. Estancieiros que plantam, lavradores que criam, comerciantes que charqueiam: Rio Grande de São Pedro, 1760-1825. In: GRIJÓ, Luiz Alberto et. al. (Org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, pp. 75-90.

PESSI, Bruno Stelmach. *O impacto do fim do tráfico na escravaria das charqueadas pelotenses (C. 1846-C. 1874)*. (Monografia de Conclusão de Curso de

Graduação). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia*. 17. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão*. Bahia, 1850-1888. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil*. A história do levante dos Malês em 1835. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

ROCHA, Cristiany Miranda. *Gerações da Senzala*: famílias e estratégias escravas no contexto dos tráficos africano e interno. Tese de doutorado em História. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2004.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820 – 1821*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001

SLENES, Robert. *The demography and economics of Brazilian Slavery: 1850 – 1888*. Tese de doutorado em História, Stanford, Stanford University, 1976.

- _____. O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX. *Estudos Econômicos*, v.13, n.1, jan./abr., 1983, pp. 117-149.
- _____. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da Província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: DA COSTA, Iraci del Nero (Org.). *Brasil: História econômica e demográfica*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas-USP, 1986. Pp. 103-155.
- _____. Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). *Estudos Econômicos*. São Paulo: FIPE/USP, 17(2), 1987.
- _____. *Na senzala, uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas em Mariana, 1850 – 1888*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- VALENTIN, Agnaldo. *Uma civilização do arroz*. Agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira (1800 – 1880). Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- VARGAS, Jonas Moreira. Os charqueadores de Pelotas, suas estratégias familiares e a transmissão de patrimônio (1830 – 1890). In: *Anais do XXVI Encontro Nacional de História*. São Paulo: USP, 2011.

_____. Das charqueadas para os cafezais? O tráfico inter-provincial de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880. No prelo.

VASCONCELLOS, Macia Cristina Roma. *Família escrava em Angra dos Reis, 1801-1888*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno*. Ijuí, RS: Editora UNIJUÍ, 2002.